UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ANIMAL

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE CRENÇAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICIPIO DE GOIÁS, GO: INCLUSÃO DAS MULHERES NA RENDA FAMILIAR

Gabriella Riad Iskandar
Orientador: Dr. José Robson Bezerra Sereno

GOIÂNIA
2014

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: GABRIELLA RIAD ISKANDAR

Título do trabalho: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE CRENÇAS EM ASSENTAMETOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GOIÁS, GO: INCLUSÃO DAS MULHERES NA RENDA FAMILIAR

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Gabriella Riad Iskandar
Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2] Data: 05 / 08 / 2016

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

GABRIELLA RIAD ISKANDAR

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE CRENÇAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICIPIO DE GOIÁS, GO: INCLUSÃO DAS MULHERES NA RENDA FAMILIAR

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciência Animal junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás.

Área de Concentração:
Produção Animal

Linha de Pesquisa:
Manejo e avaliação de sistemas de produção

Orientador:
Prof. Dr. José Robson Bezerra Sereno – Embrapa Cerrados

Comitê de Orientação:
Profª. Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti – UFG
Profª. Dra. Maria Esperanza Camacho – UCO/Espanha

GOIÂNIA
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Iskandar, Gabriella Riad
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ANÁLISE DE CRENÇAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICIPIO DE GOIÁS, GO [manuscrito] : INCLUSÃO DAS MULHERES NA RENDA FAMILIAR / Gabriella Riad Iskandar. - 2014. xvi, 104 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Robson Bezerra Sereno; co-orientadora Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti; co-orientador Dr. Maria Esperanza Camacho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ), Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, Goiânia, 2014.
Bibliografia. Anexos.
Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. agricultura familiar. 2. gênero. 3. diagnóstico. 4. conteúdo. 5. metodologia. I. Sereno, José Robson Bezerra, orient. II. Título.

CDU 635

GABRIELLA RIAD ISKANDAR MESQUITA

Dissertação defendida e aprovada em **31/10/2014**, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Robson B.Sereno
(ORIENTADOR (A))

Prof. Dr. Elias de Pádua Monteiro - IFG

Prof. Dr. Marlos Castanheira – PUC/GO

À Deus e a minha família
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos momentos felizes e pelos não tão felizes assim, que me serviram de degraus para chegar até aqui. Pelo riso e pelo choro. Pelo amor e desilusão. Por me assistir e me amar. Pelas lições de vida que me fazem forte. Mas principalmente por me deixar experimentar a extensão do seu amor em três pequeninos tesouros que são o maior sentido do meu existir: Catarina, Antonio Carlos e Mariana.

A toda espiritualidade que me guia e não me desampara. Ao meu Anjinho da Guarda, minha eterna gratidão.

Aos meus pais, Karla Cyrene Dechichi e Riad Youssef Iskandar por terem me dado à oportunidade da vida, pelo amor, educação, dedicação e apoio.

Às minhas irmãs Alessandra Riad Iskandar e Michelle Riad Iskandar, pelo apoio, “pelos ouvidos”, conselhos, paciência e presença em todos os momentos da minha vida, dividindo comigo o coração nos momentos amargos e de alegria. Amo vocês.

Ao meu ex-marido Luiz Carlos Ribeiro Mesquita Junior por fazer parte da minha caminhada e colaborar na realização deste projeto.

Àqueles que deixaram saudades.

Aos meus “irmãos” Diogo Alves da Costa Ferro e Rafael Alves da Costa Ferro, pelo apoio e por estarem presentes nos principais momentos da minha vida. Que mesmo distantes por caminhos diferentes, a intensidade do sentimento de amor e gratidão permanece.

Ao professor Dr. José Robson Bezerra Sereno pela orientação na realização dessa dissertação, pela paciência, apoio, dedicação e amizade. Obrigado pela honra de ser sua orientanda.

À professora Dra. Maria Clorinda Soares Fioravanti pela orientação e pela paciência. Obrigada!

A Universidade Federal de Goiás, em especial a Escola de Veterinária e Zootecnia e toda a sua equipe.

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Ciência Animal e Pós-Graduação em Agronegócio que não mediram esforços para transmissão de conhecimento e incentivo a pesquisa.

Às minhas queridas mulheres assentadas da Reforma Agrária que sempre me receberam com o coração aberto em suas casas. Às suas contribuições para pesquisa e execução deste trabalho. Queira Deus que possamos também nós acadêmicos contribuir para melhoria de suas realidades.

Aos meus colegas de trabalho do Convênio ATES INCRA/SEBRAE pelo apoio e troca de ideias durante a realização do mestrado.

A toda minha família, avós, avôs, tios, tias, padrinhos, madrinhas, primos e primas que sempre me apoiaram na construção deste sonho.

As novas amizades que foram construídas durante o curso de Pós-Graduação em Ciência Animal.

A todos os meus amigos, colegas e conhecidos que contribuíram direta ou indiretamente para a obtenção do grau de mestre e para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS..... 1
2 Paradigmas Agrários: Agricultura Familiar e Campesinato..... 3
2.1 Teorias Clássicas do Camponês..... 3
2.2 Conceitos de camponês e Agricultura Familiar..... 4
2.3 Agricultura Familiar e o Campesinato no Brasil..... 6
2.4 Agricultura Familiar, Campesinato no Brasil e gênero 7
2.5 Gênero..... 8
2.5.1 Conceito de gênero..... 8
2.5.2 Gênero e desenvolvimento..... 8
2.6 Empoderamento..... 9
2.6.1 Conceito de Empoderamento..... 9
2.6.2 Empoderamento e desenvolvimento..... 9
2.7 Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin..... 10
2.8 Crenças e Comportamentos..... 11
3 Objetivos..... 14
3.2 Objetivos específicos..... 14
Referências..... 14

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE, LAVRINHA E BOM SUCESSO NA CIDADE DE GOIÁS, GO
Resumo..... 22
Abstract..... 23
1. Introdução..... 24
2. Material e Métodos..... 25
3. Resultados e Discussões..... 26
3.1 Aspectos Sociais..... 26
3.1.1 Características das famílias..... 26
3.1.2 Característica individuais e a interação social..... 34
3.1.3 Características habitacionais..... 37
3.2 Aspectos Econômicos e Produtivos..... 39
3.3 Aspectos Logístico..... 47

3.4 Saneamento e Saúde..... 50
3.5 Acesso ao Crédito e Capacitação..... 53
4. Considerações Finais..... 57
Referências..... 57

CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS, GO
Resumo..... 62
Abstract..... 63
1. Introdução..... 64
2. Material e Métodos..... 65
2.1 Local..... 65
2.2 Instrumento e Coleta de dados..... 65
2.3 Público Alvo e Análise dos Dados..... 66
2.4 Método de Análise..... 66
3. Resultados e Discussões..... 67
3.1 Perfil Sociodemográfico das Mulheres..... 67
3.2 Análise de Crenças do Relato das Mulheres..... 73
3.2.1 Determinação do número de categorias..... 73
3.2.2 Operacionalização e discussão das categorias e subcategorias..... 73
4. Considerações Finais..... 88
Referências..... 89
Anexos..... 93

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2

TABELA 1 - Nível de escolaridade dos integrantes dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 30

TABELA 2 - Características das habitações das famílias beneficiadas dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 38

TABELA 3 - Relação de bens de consumo das famílias dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 42

TABELA 4 - Relação de bens de produção por Assentamento no município de Goiás-GO..... 43

TABELA 5 - Relação de benfeitorias e origem de recursos das parcelas dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 44

TABELA 6 - Produção média de leite e valor médio comercializado em reais em assentamentos da cidade de Goiás, 2012..... 45

TABELA 7 - Suplementação mineral e qualidade de silagem fornecida na atividade leiteira dos assentamentos..... 46

TABELA 8 - Opções de assistência médica e local de acesso preferencial pelos assentados no município de Goiás-GO 51

TABELA 9 - Meios de tratamento da água, destinação de dejetos sanitários e lixo doméstico nos Projetos de assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO..... 52

TABELA 10 - Participação em cursos nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha no município de Goiás-GO.…..... 54

CAPÍTULO 3

TABELA 1 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 1 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 73

TABELA 2 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 2 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 75

TABELA 3 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 3 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 77

TABELA 4 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 4 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 80

TABELA 5 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 5 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 83

TABELA 6 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 6 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas..... 87

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

FIGURA 1 - Diagrama do conhecimento..... 12

FIGURA 2 - Estrutura de crença representada com um contínuo influenciando o comportamento interindividual e o intergrupal.. 12

FIGURA 3 - Relações entre crença, conformismo e comportamento passivo..... 13

CAPÍTULO 2

FIGURA 1 - Localização dos Projetos de Assentamento estudados no município de Goiás, GO..... 25

FIGURA 2 - Número de mulheres, homens e jovens nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 26

FIGURA 3 - Percentual de pessoas residindo nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 27

FIGURA 4 - Percentual de mulheres da pós-adolescência à quarta idade por Projeto de Assentamento no município de Goiás-GO..... 28

FIGURA 5 - Distribuição Feminina por faixa etária nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 28

FIGURA 6 - Comparativo do nível de escolaridade entre gêneros dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 31

FIGURA 7 - Atividades ocupacionais pregressas aos assentamentos dos chefes de família em percentual dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 32

FIGURA 8 - Comparativo da ocupação anterior dos chefes de família dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 33

FIGURA 9 - Local de origem dos beneficiários Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 33

FIGURA 10 - Número de famílias participantes de organizações nos Projetos de Assentamento Lavrinha, Rancho Grande e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 35

FIGURA 11 - Percentual de participação das unidades familiares por quantidade de formas organizacionais nos Projetos de Assentamento Lavrinha, Rancho Grande e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 36

FIGURA 12 - Forma preferencial de trabalho nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 36

FIGURA 13 - Percentual das atividades que representam a origem da renda dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 39

FIGURA 14 - Distribuição percentual das atividades que compõem a renda nos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 40

FIGURA 15 - Percentual do recurso destinado às despesas nos projetos de assentamento estudados no município de Goiás-GO..... 41

FIGURA 16 - Percentual de beneficiários que utilizam alimentação concentrada na atividade leiteira nos assentamentos Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO..... 46

FIGURA 17 - Forma de entrega/comercialização do leite produzido nos assentamentos no município de Goiás-GO..... 47

FIGURA 18 - Destino da produção dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 48

FIGURA 19 - Existência e estado de conservação de estradas de acesso aos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO..... 49

FIGURA 20 - Principais meios de transporte utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO..... 50

FIGURA 21 - Fonte de água para uso doméstico e produção animal utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO..... 51

FIGURA 22 - Distribuição dos financiamentos por operação de crédito nos três Projetos de Assentamento no município de Goiás-GO.... 55

FIGURA 23 - Atividades financiadas pelo PRONAF nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha no município de Goiás-GO..... 55

FIGURA 24 - Situação dos beneficiários junto ao agente financeiro após realização de operações de crédito em assentamentos no município de Goiás-GO..... 56

CAPITULO 3

FIGURA 1 - Percentual de mulheres entrevistadas por estado civil e quantidade de filhos..... 68

FIGURA 2 - Percentual de residentes e faixa etária das mulheres entrevistadas..... 68

FIGURA 3 - Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas..... 69

FIGURA 4 - Destino da produção..... 70

FIGURA 5 - Percentual de contribuição dos itens na renda familiar..... 71

FIGURA 6 - Percentual de políticas que as mulheres detém conhecimento 72

RESUMO

O objetivo deste estudo foi fazer um diagnóstico da situação da mulher rural em projetos de assentamento na região de Goiás, com vistas a subsidiar políticas públicas de inclusão da mulher e na elaboração de metodologias de ATER e capacitações com formato e linguagem apropriados para mulheres rurais com o objetivo de fazer a inclusão social desta parcela da população na geração de renda. Para a realização de um estudo qualitativo e quantitativo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, onde a análise do discurso de atores sociais, por meio da técnica de analise de conteúdo. Os resultados socioeconômicos para os três assentamentos mostraram um deficiente desenvolvimento escolar que se deve à precária infraestrutura das escolas rurais, transportes escolares e qualidade das estradas. O acesso ao crédito é restrito por irregularidades ambientais. A maior parte dos beneficiários não se enquadra no perfil de agricultor familiar. Estes demonstram maior aptidão por pecuária e deficiência no controle e gestão da propriedade. As mulheres, em maioria, encontram-se acima dos 40 anos de idade. Há um expressivo envelhecimento populacional causado pela descontinuidade de crenças entre as gerações. As mulheres apresentam dificuldade no poder de decisão e tem preferencia a atividades voltadas ao lar, culinária, costura, e criação de pequenos animais, devido crenças de machismo e comportamentos submissos e subalternos. Reconhecem a importância da assistência técnica continuada para o sucesso da atividade agropecuária e de formas associativas e cooperativas para o fortalecimento da comunidade.

Palavras-chave: agricultura familiar, gênero, diagnóstico, conteúdo, metodologia

ABSTRACT

The aim of the study was to make a diagnosis of the situation of rural women in settlement projects in the region of Goiás, in order to support public policies for inclusion of women, and the development of methodologies and capabilities with ATER format and language appropriate for rural women the goal of making the social inclusion of this portion of the population in income generation. To perform a qualitative and quantitative study, questionnaires with open and closed questions, where discourse analysis of social actors, through the technique of content analysis is employed and quite accurate especially when it comes to collecting indicators were applied assessment relevant to construction of measurement instruments of different social phenomena that involve both technologies such as conservation practices. Socioeconomic outcomes for the three settlements showed poor school performance is due to poor infrastructure in rural schools, school transport and road quality. Access to credit is restricted by environmental irregularities. Most beneficiaries do not fit the profile of family farmer. These show greater aptitude for farming and disability in the control and management of the property. Women, in majority, are over 40 years of age. There is a significant population aging caused by discontinuity of beliefs between generations. Women have difficulty with decision-making power and has preference to activities related to the home, cooking, sewing, and raising small animals, because of machismo beliefs and submissive and subordinate behaviors. Recognize the importance of continued service to the success of farming and associative and cooperative ways to strengthen the community. Working methodologies and focused on social development policies must cover behavioral and cognitive changes in all members of the community. There are more effective at work than strictly behavioral changes in training of manpower.

Keywords: family farming, gender, diagnosis, content, methodology

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

As mulheres correspondem a quase metade da população rural. Perfazem 47,9%, sendo que 66,4 % destas representam a distribuição das pessoas economicamente inativas. E dentre as mulheres ocupadas na agropecuária, salienta-se que 77,9% estão na faixa de sem rendimento (IBGE, 2009).

A participação da mulher no mercado ainda é muito tímida no contexto de empreendedoras, lideres e/ou cooperadas. Apesar de o agronegócio ser um setor em expansão, principalmente nas regiões de cerrados, as mulheres ainda estão na condição de “auxiliares”, seja no ambiente da formação ou da produção agropecuária. Essa não participação efetiva das mulheres como empreendedoras leva ao não reconhecimento (GUERRA & BONFIM, 2006).

Desta forma, a organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma *ajuda* (SALES 2007).

É importante o papel das mulheres como supridoras de trabalho na produção animal tradicional. Na maioria dos países do sul e sudeste asiático, as mulheres são responsáveis pela produção de frutas e verduras para a casa, pela cria das aves e pelo manejo do gado. No Paquistão as mulheres gastam entre um quinto e um quarto de sua jornada de trabalho em atividades relacionadas com produção animal (RIETHMULLER, 2001). Mulheres trabalhadoras rurais do Ceará produzem alimentos e garantem a subsistência da família, além de se ocuparem também com o plantio de ervas medicinais e com o artesanato. Suas atividades se confundem com os diversos espaços de trabalho; elas, ao mesmo tempo em que cuidam da casa, carregam água, cuidam também dos pequenos animais (galinhas, cabras e porcos) e das hortas (SALES, 2007).

Nesta temática e visto que desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento (TRIVIÑOS, 2006), torna-se cada vez mais importante o empoderamento e fortalecimento da comunidade. Assim,

contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente (DALMINA et al., 2007; ZAPATA, 2004).

A construção social de gênero varia em tempo e espaço, articulada a outros sistemas de relações de poder e dominação, como os de raça/etnia e classe social. Realidade vista como fruto da dinâmica das relações sociais, portanto passível de ser transformada. O uso da perspectiva de gênero, então, responde a duas finalidades: como categoria analítica, subsidia o exame da subordinação feminina; enquanto instrumento político, fomenta ações emancipatórias voltadas à equidade e à justiça social. Nesse âmbito, emerge a noção de transversalidade de gênero associada à de políticas públicas (PRÁ, 2003; CHERON & PRÁ, 2010)

Por transversalidade de gênero nas políticas públicas entende-se a ideia de elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) e uma responsabilização dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, nas e entre as distintas esferas do governo. Esta transversalidade garantiria uma ação integrada e sustentável entre as diversas instâncias governamentais e, consequentemente, o aumento da eficácia das políticas públicas, assegurando uma governabilidade mais democrática e inclusiva em relação às mulheres (BANDEIRA, 2005).

De acordo com MUTONE-SMITH (2011), duas formas de assegurar que as mulheres tenham acesso as novas oportunidades econômicas é, em primeiro lugar, usar a análise de gênero para ajudar a identificar aberturas e obstáculos e, em segundo lugar, assegurar que as mulheres tenham voz para falar por elas mesmas. A análise de gênero pode revelar as dificuldades e as barreiras específicas que tanto as mulheres quanto os homens têm de enfrentar ao se moverem ao longo da cadeia de valor ao acessarem os mercados e fazerem crescer os seus empreendimentos.

A fim de melhorar o direcionamento de políticas públicas, com ênfase no familiar, é, primordialmente, necessário traçar o perfil deste segmento (GUILHOTO et al. 2006). Neste sentido, no que se refere a estudo qualitativo, a análise de discurso de atores sociais, por meio da técnica de analise de conteúdo, é bastante empregada e precisa especialmente no que se refere ao levantamento de indicadores de avaliação, que nem sempre são encontrados na literatura e são relevantes para construção de instrumentos de mensuração dos diferentes

fenômenos sociais que envolvem tanto as tecnologias quanto as referidas práticas conservacionistas (SOUSA et al., 2009).

Com o grande percentual de mulheres inativas economicamente e o exorbitante percentual de mulheres consideradas sem renda, torna-se importante a realização da análise do perfil das mulheres em discussão, com um potencial aproveitamento desse recurso humano ocioso para desenvolvimento da economia local. Poucos estudos, porém, foram realizados no sentido de análise do discurso destas mulheres, para melhor conhecer suas necessidades, anseios, dificuldades e limitações. Portanto acredita-se na importância de se fazer ouvi-las, para construir de forma participativa um modelo de execução de trabalho que as leve a atuar de forma efetiva no agronegócio familiar.

2. Paradigmas Agrários: Agricultura Familiar e Campesinato

Faz-se necessária uma breve explanação conceitual dos paradigmas ideológicos que se encontram acerca do meio rural, visto que ao tentar compreender o comportamento dos indivíduos em estudo, devemos também salientar sua ideia do vinculo com a terra e seu papel perante a sociedade.

Portanto, dois termos têm alimentado, na atualidade, discussões na busca de uma definição aos personagens que ocupam o campo em produção de pequena escala: camponês e agricultura familiar. Para BONI & BOSELTTI (2013), isto se deve porque a agricultura brasileira apresenta uma complexa divisão entre agricultores e produtores rurais como sendo um desdobramento das formas históricas de produção e ocupação do espaço agrícola.

2.1 Teorias clássicas do camponês

Quando falamos sobre autores que trouxeram a visão clássica do camponês, as definições mais utilizadas são as de CHAYANOV (1981), KAUTSKY (1980) e LÊNIM (1985).

Os estudos surgiram da análise da sociedade frente ao sistema capitalista que se instalava; em especial a parcela populacional rural, denominada camponês que transcendia do sistema feudal.

KAUTSKY (1980) e LÊNIM (1985) pactuam da visão marxista, e sinalizam o desaparecimento do campesinato com o desenvolvimento do capitalismo. Para estes autores a necessidade de aquisição de capital pelos camponeses alterou a rotina de trabalho, os processos, objetivos e destinos da produção agrícola, consequentemente muitos camponeses se tornariam assalariados, seja das indústrias seja dos latifúndios que se formariam. Isso porque, para eles, a essência do desenvolvimento capitalista no campo consiste na formação de duas classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado.

Para KAUTSKY (1980) a presença do camponês no campo significava atraso social e econômico; e a reprodução do campesinato era resultado de um processo de auto-exploração que se aproximava a barbárie (FELÍCIO, 2006). Porém não prega o fim da pequena propriedade, mas a integração ao sistema capitalista no fornecimento de matéria prima a indústria, bem como mão-de-obra, ou ainda criando formas associativas e cooperativas, como possibilidade de sobrevivência.

Já na concepção de CHAYANOV (1981), o camponês se trata de um grupo diferenciado, caracterizado por uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família. Nesta lógica, defende a manutenção e reprodução da unidade econômica camponesa, acreditando que a associação e cooperação dos mesmos tende ao seu fortalecimento, formando um modo de produção independente do capitalista.

2.2 Conceitos de camponês e Agricultura familiar

Ainda a luz dos clássicos citados anteriormente, no esforço de conceituar o camponês, CHAYANOV (1981) os define por três características principais: inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; o trabalho como familiar, não podendo ser analisado em termos de lucro; e a produção de bens de consumo, ou seja, de valores de uso e não de troca.

Segundo SHANIM (1979), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, como um modo de vida.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida

camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza (TAUSSIG, 1980)

Sua ética apresenta terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios organizatórios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Ela fundamenta uma ordem moral de forte inspiração religiosa e tende a constituir uma ideologia tradicional oposta à ordem social da modernidade (WOORTMANN, 1990).

Para Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos; estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades (SHANIM, 2005).

Já a concepção de agricultor familiar está associada à idéia de que são pequenos empresários do setor agrícola, ou seja, estando eles altamente integrados ao mercado e menos "selvagens" segundo a classificação de LAMARCHE (1993), são então os agricultores próximos do "modelo ideal" segundo a mesma classificação (BOMBARFI, 2003). LAMACHE (1993) considera algumas características indispensáveis para elaboração deste conceito:

> A exploração familiar, tal como a concebemos corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

2.3 Agricultura familiar e o campesinato no Brasil

Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY,1999).

Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social especifica de produção (WANDERLEY,1995)

Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos - e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória. a construção de um espaço camponês se efetuou na maioria dos casos, sob o signo da precariedade estrutural, que o torna incapaz de desenvolver toda as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social, diferenciando-o, portanto, da estrutura européia, antes considerada, capaz de fechar o círculo da subsistência (WANDERLEY,1999).

No final dos anos 1970 e início dos anos 80, surgem novos movimentos sociais no campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras, entre outros, que colocam em cena a problemática da distribuição de terras e a politica agrícola para os “pequenos produtores”. Usa-se menos o conceito de campesinato ou pequena produção e mais a caracterização de cada movimento social, como sem terra, assentado, pequenos agricultores. Mas é na virada do século que ocorre novamente uma adoção de conceito para designar esses agricultores, é a utilização do conceito de agricultura familiar (BONI, 2011)

O termo agricultor familiar é introduzido no Brasil por duas vertentes, a acadêmica e a política. Na vertente acadêmica temos como principal base

introdutória o livro organizado por Hugues Lamarche “A agricultura familiar” (1993) e o estudo publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1996 e 2000, denominado “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto”. Na vertente política temos a luta dos próprios agricultores incentivada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (BONI, 2011).

Para FERNANDES (2002), no Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra.

2.4 Agricultura familiar, campesinato e a questão de gênero

São dois os paradigmas predominantes que norteiam as análises associativas em estudos sobre trabalho feminino: o da interdependência e o da divisão subalterna. O primeiro revela-se vinculado às sociedades rurais menos capitalizadas, ou seja, que conservam seu caráter camponês no fundamental. Elucidam a tradicionalidade de seus sistemas produtivos sustentados pela interdependência e complementaridade de trabalhos distintos realizados por mulheres e homens nas unidades. O segundo paradigma se sustenta na divisão sexualizada do trabalho, definida como o controle do homem sobre a capacidade da mulher com o objetivo de perpetuar o desigual acesso aos meios de produção constituindo-se assim, as relações de dependência do trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem (cônjuge ou não) (VIDAL, 2011).

2.5. Gênero

2.5.1. Conceito de gênero

O termo gênero se refere às qualidades e características que a sociedade atribui a cada sexo (FAO 2009). Essa abordagem considera as diferentes oportunidades, inter-relações e diferentes papéis sociais de homens e mulheres; relacionando todos os aspectos da vida economica e social, cotidiana e privada, cultural e política dos indivíduos, determinando características e funções de acordo com o sexo e a percepção que a sociedade tem dele (FAO, 1998; BARDUNI FILHO et al, 2010).

Embora sexo e gênero se relacionem as diferenças entre homens e mulheres ambos têm conotações diferentes. Sexo se refere as características biológicas, enquanto o gênero, se refere aos recursos que foram sendo moldados ao longo da história das relações sociais. Ou seja, enquanto as diferenças em matéria de sexo são imutáveis, o gênero variam entre as culturas e as mudanças ao longo do tempo em resposta a mudanças na sociedade (FAO, 1998).

2.5.2 Gênero e desenvolvimento

Quando se fala em desenvolvimento local, não se leva em conta somente o aspecto econômico, mas também se considera o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana (ZAPATA, 2004; LIMA et al., 2007).

Neste sentido torna-se cada vez mais importante a construção social de gênero, visto que, “uma das maiores barreiras para a transição de capital humano é a negação dos direitos humanos básicos a uma parte significativa da população, e isso se aplica genericamente às mulheres” (MILLENNIUM PROJECT, 2004).

A exclusão de muitas mulheres da educação primária, secundária e universitária, dos benefícios de serviços sociais e de saúde, e de participação real na força de trabalho e no mercado limita severamente sua capacidade de desenvolver as habilidades tão necessárias para as economias de seus países. Isto ocorre devido à “pobreza por tempo” causada pelo aumento de suas jornadas de trabalho que limita suas chances de se envolver em atividades lucrativas, participar em

assuntos comunitários e estudar. Consequência do fracasso ou a incapacidade dos governos em proporcionar infraestruturas sociais adequadas (UNIFEM, 2005; FAO, 2009).

A igualdade de gênero é importante como instrumento de desenvolvimento, visto que, ela pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados de desenvolvimento removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação. Oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade (ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado); melhorando a condição absoluta e relativa das mulheres que introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos; e nivelando as condições de competitividade, em que mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas. Provavelmente estes fatos gerarão no decorrer do tempo instituições e escolhas de políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2012).

2.6 Empoderamento

2.6.1 Conceito de Empoderamento

Empoderamento significa que as pessoas, tanto mulheres como homens, podem assumir o controle das suas vidas: definir os seus objetivos, adquirir competências, aumentar a autoconfiança, resolver problemas, e desenvolver a sua sustentabilidade. É, simultaneamente, um processo, e um resultado (UNIFEM, 2011).

2.6.2 Empoderamento e desenvolvimento

O conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade é essencial para a compreensão do desenvolvimento local endógeno. Assim, contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio-ambiente (ZAPATA, 2004).

Empoderar as mulheres para que participem totalmente em todos os setores da vida econômica, em todos os níveis de atividade econômica é essencial para

construir economias fortes, estabelecer sociedades mais estáveis e justas, atingir os objetivos de desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos internacionalmente reconhecidos, melhorar a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades. Além de impulsionar as operações e as metas dos negócios (UNIFEM, 2011).

Na Índia, dar poder às mulheres no nível local (por meio de cotas políticas) gerou aumentos no fornecimento de bens públicos (os preferidos pelas mulheres, foram a água e saneamento e os preferidos pelos homens, irrigação e escolas) e corrupção reduzida (BANCO MUNDIAL, 2012).

2.7 Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin

Na análise de conteúdo, constitui-se como ciência uma prática que se pretende neutra no plano significativo do texto, na tentativa de se alcançar diretamente o que se diz. A relação entre pesquisador e seu objeto de análise é distanciamento, mediada por uma abordagem metodológica que garantiria a desejada neutralidade. Além disso, a metodologia assume lugar de destaque uma vez que as técnicas de validação dos resultados obtidos estão centradas sobre tudo na garantia de neutralidade conferida pelo método. Isso se dá pelo apagamento das implicações do pesquisador de análise de conteúdo em suas investigações (ROCHA & DEUSDARÁ, 2005).

GASKELL (2002) afirma que a pesquisa qualitativa “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

Segundo BARDIN (2009), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em três etapas, a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de resultados:

A pré-análise, objetiva a sistematização para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise. Assim, num plano inicial, a missão desta primeira fase é, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, também a formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final (FARAGO & FOFONCA, 2012)

A exploração do material é a etapa da realização das decisões tomadas na pré-análise. É o momento da codificação, em que os dados brutos são transformados de forma organizada agregadas em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo, segundo Holsti, apud (ROCHA et al, 2008). A codificação compreende a escolha de unidades de registro, seleção de regras de contagem e a escolha de categorias. De acordo com Bardin (2009), as categorias podem ser criadas a *priori* ou a *posteriori*, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados.

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. A inferência na análise de conteúdo é um instrumento de indução para se investigarem as causas a partir dos efeitos.

As interpretações a que levam as inferências serão sempre no sentido de buscar o que se esconde sob a aparente realidade, o que significa verdadeiramente o discurso enunciado, o que querem dizer, em profundidade, certas afirmações, aparentemente superficiais (CÂMARA, 2013), ou seja, induzem ao levantamento de crenças a partir de verbalizações e do comportamento.

2.8 Crenças e comportamentos

A relação existente entre crenças e comportamento é objeto de estudo antigo da antropologia e recente da psicologia (HARKNESS & SUPER, 1992; KOBARG, 2006). Para a antropologia tradicional, a cultura varia de um local para outro e inclui um conjunto de valores e crenças compartilhados. A psicologia redefine esse conceito ao acrescentar uma dimensão comportamental: as práticas (BAUM, 1999). Atualmente já é possível afirmar que "um dos aspectos culturais mais relevantes para a compreensão do desenvolvimento humano refere-se aos valores, crenças e práticas predominantes em uma determinada cultura (DESSEN, 2005; KOBARG, 2006)

Para MORIN (2002) existem dois tipos de pensamento, um pensamento ligado à lógica, ao calculo e a razão e um pensamento mítico, relacionado a um âmbito mitológico, imaginários, das analogias e dos símbolos. Para esse autor os pensamentos humanos são fundidos em logica e mítica, visto que a esfera

imaginária dos mitos, religiões e crenças adquire tanta importância quanto a esfera do pensamento racional.

Portanto para esse autor o conhecimento humano não se encerra nos princípios da razão e da lógica, deve ser sempre considerado dentro de seus limites e incertezas (PÁTARO, 2007). Podemos considerar a partir do relato dos autores acima o diagrama do conhecimento, que se deve à união de pensamentos míticos (crenças) e lógicos (razão ou verdade), conforme visto na figura 1.

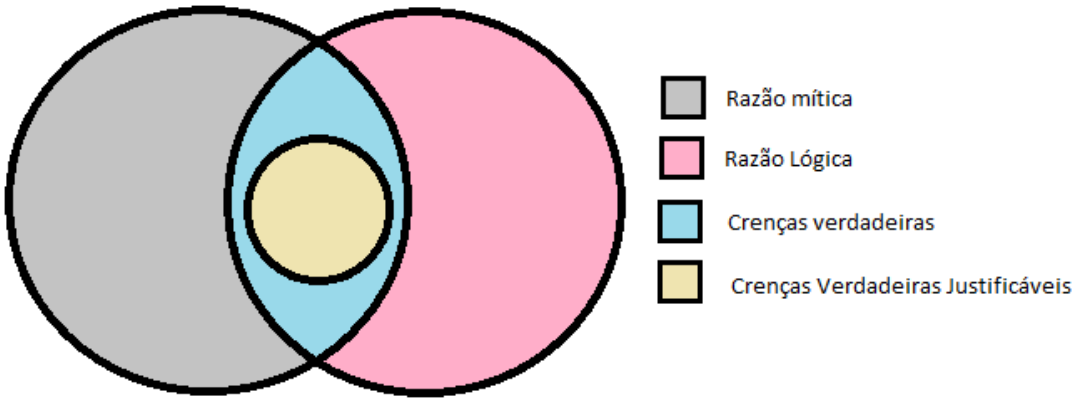
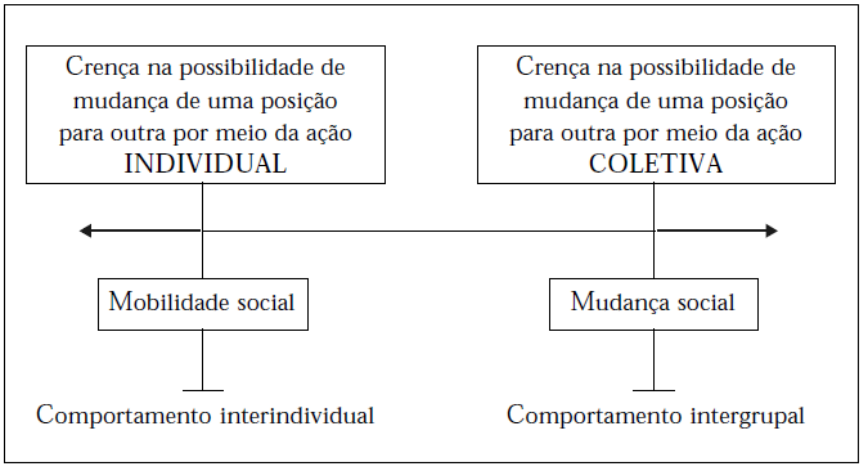


FIGURA 1- Diagrama do conhecimento

A estrutura de crenças, sobre a flexibilidade ou rigidez da estratificação social parece determinar, conforme TAJFEL (citado por PRETTE & PRETTE, 2003), a natureza das relações entre os membros de diferentes grupos, a partir de uma base interpessoal ou a partir de uma base intergrupal que podem ser entendidas, em um processo contínuo, como ilustra a Figura 2.



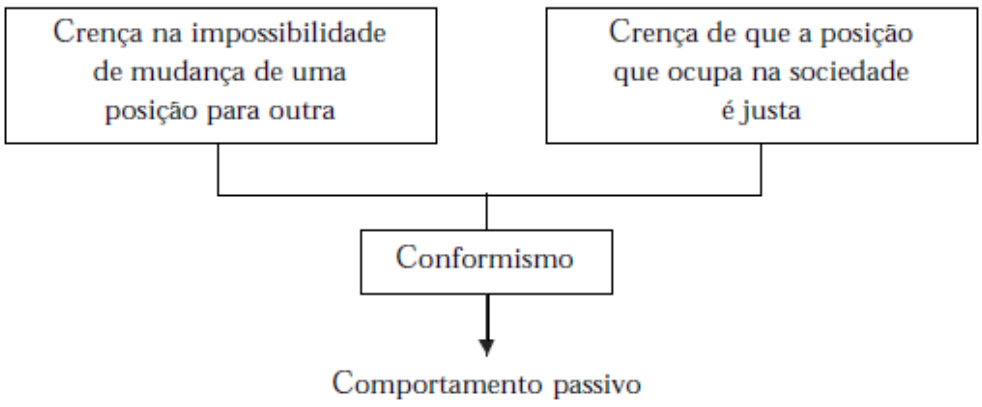
FONTE: PRETTE & PRETTE, 2003

FIGURA 2 - Estrutura de crença representada com um contínuo influenciando o comportamento interindividual e o intergrupal.

Logo se percebe, segundo estes mesmos autores, que o indivíduo que possui crença na mobilidade social, acredita na melhora de sua posição através da ação individual. Já a crença na estratificação social, baseia-se na percepção de impossibilidade de mudança na posição ocupada na sociedade, levando à idéia da ação coletiva como a única maneira de obter mudanças desejáveis.

Diante de tais considerações, partindo do pressuposto que as crenças possuem suas raízes na cultura, conforme colocamos anteriormente, é possível afirmar que o sujeito ao mesmo tempo que possui determinadas crenças e tende a agir de acordo com elas, é também, em certa maneira, tomado por suas crenças passando assim a pensar e a enxergar o mundo através delas. Nesse aspecto a crença é ao mesmo tempo uma forma de guiar as condutas e também de limitá-las (PÁTARO, 2007).

Se a cultura grupal dissemina a crença na estratificação social, ela tende a reforçar o conformismo e as tentativas de mudança de posição social através de estratégias individuais. Por outro lado, a crença na impossibilidade de alteração da própria situação, ou a crença de que ela é justa, afasta o indivíduo das tentativas de enfrentamento, sejam elas individuais ou coletivas (PRETTE & PRETTE, 2003)(Figura 3).



FONTE: PRETTE & PRETTE, 2003

FIGURA 3 - Relações entre crença, conformismo e comportamento passivo.

O sistema de crenças pode determinar padrões comportamentais interindividuais ou intergrupais e ser fortalecido pelos resultados dos padrões adotados. Nesse sentido, a estrutura de crenças mantém relação com a identidade social, contribuindo, em termos de crença grupal compartilhada, para a atribuição de

valores positivos ou negativos ao grupo e ao indivíduo (PRETTE & PRETTE, 2003). Portanto, é sumamente importante considerar essa dimensão cultural, tanto na explicitação de objetivos para um treinamento de assertividade quanto na elaboração de procedimentos de intervenção (Prette & Prette, 1999, 2001).

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Realizar um diagnóstico da situação, com vistas a subsidiar políticas públicas de inclusão da mulher rural na participação da renda familiar.

3.2 Específicos

- Fazer um diagnóstico socioeconômico dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso.
- Fazer um diagnóstico da situação da mulher rural em Projetos de Assentamento na região de Goiás/GO;
- Entender o sistema de crenças, com vistas a oferecer suporte para metodologias de ATER e capacitações, com formato e linguagem apropriados para mulheres rurais com o objetivo de fazer a inclusão social desta parcela da população na geração de renda.

REFERÊNCIAS

1. BANDEIRA, L. Brasil: **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, Brasília, Janeiro, 2005

2. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009**.**

3. BARDUNI FILHO, J.; DELESPOSTE A. G.; CARVALHO, A. L. de. As novas perspectivas de gênero no meio rural: o papel feminino em (re)construção. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010 , Curitiba. **Anais...** Curitiba: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 2010: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010

4. BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre: Artmed; 1999.

5. BOMBARFI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003

6. BONI, V. Conceito de Campesinato no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. In: Congresso Brasileiro de Sociologia 15, 2011. Curtiba. **Anais**...Paraná: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.

7. CÂMARA, R. H. Analise de conteúdo: da teria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Brasília, v 6, n 2, p.179-191, 2013

8. CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, Jose Graziano da; STOLCKE, Verena. **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

9. CHERON, C.; PRÁ, J. R. Políticas públicas de gênero e experiências da metodologia feminista de monitoramento no Brasil. In: VI SEMINÁRIO DE CIENCIA POLITICA E RELAÇOES INTERNACIONAIS UFPE, 2010, Recife.

Anais... Recife: UFPE, 2010.

10. DALMINA S. M.; KASPARY E. S.; PILAR M. H.; FALCAO A. D. F. Avaliação da participação das mulheres na propriedade e na geração de renda. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA,1,2007, Ceará. Resumos...Rio Grande do Sul: **Revista Brasileira de Agroecologia**, fev.2007. v.2, p.1306.

11. DESSEN, M. A. Construindo uma ciência do desenvolvimento humano: passado, presente e futuro. In: DESSEN, M. A, COSTA Jr, A.L. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed; 2005. p. 264-78

12. FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. CAMPO-TERRITÓRIO: **revista de geografia agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

13. FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Equidad entre gêneros em la agricultura y desarollo rural** : Una guía rápida sobre la incorporación de las questiones de género en el nuevo marco estratégico de la FAO. Roma, 2009

14. FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Censos Agropecuarios y Género**: Conceptos y Metodología. Julho 1998. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/004/X2919S/x2919s00.htm#Contents > Acesso em: Agosto de 2012

15. FARAGO, C. C., FOFONCA, E. **A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de**

significações. Revista Eletronica Linguagem, UFSCAR, edição 18, 2012. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf > Acesso em 03 de setembro de 2014

16. FERNANDES, B.M. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa. **Anais eletrônicos**... João Pessoa:AGB, 2002.

17. GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W., GASKELL, G., **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002, pp.64-89

18. GUERRA, O. F. & BONFIM, M. C. A. do. **Ensino agrícola e a inserção de mulheres e homens no mundo do agronegócio.** Piaui, 2006. Disponível em: http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt16/GT16_2006_09.PDF . Acesso em: 05 abr 2012.

19. GUILHOTO J. J. M. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 355-382, jul/set 2006

20. HARKNESS, S., SUPER, C. M. Parental ethnotheories in action. In: SIGEL, I.E., MCGILLICUDDY-DELISA, A. V., GOODNOW, J., editors. **Parental belief systems: the psychological consequences for children.** 2 ed. Hillsdale: LEA; 1992. p. 372-91

21. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001-2009. CD-ROM. Disponível em: www.ibge.gov.com.br . Acesso em:

10 de mai. 2012

22. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária.** 2012. Disponível em: http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria Acesso em: 18/09/2013

23. KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial. 1980.

24. KOBARG, Ana P. R.; SACHETTI, Vírginia A. R. e VIEIRA, Mauro L.. Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**. vol.16, n.2, pp. 96-102. 2006

25. LAMARCHE, H. A **Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

26. LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

27. LIMA, V. R. de; MARINHO, M.; BRAND, A. **Historia, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos**. História & Perspectivas, Uberlândia, v. 1, n. 36-37, p. 363-388, 2007. Disponível em: <http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/include/getdoc.php?id=201&article=125&mode=pdf>. Acesso em: Agosto de 2012.

28. MUTONE-SMITH, D. Promover as mulheres no agronegócio é a chave para o crescimento econômico. In: **TRADWINDS – USAID West Africa Trade Hub**, 2011. Disponível em: http://www.watradehub.com/pt-

pt/atividades/tradewinds/jan11/promover-mulheres-no-agronegocio-e-chave-para-o-crescimento-economico . Acesso em : 18 mai 2012.

29. Millennium Project Task Force on Environmental Sustainability. Interim Report. New York: Millennium Project. 2004. Disponível em: http://www.unmillenniumproject.org/html/tf6docs.shtm > Acesso em : Agosto 2012

30. MORIN, E. **O método 1: A natureza da natureza**. HEINEBERG, I (Tradução). Porto Alegre: Sulina, 2002

31. PÁTARO, C. O. **Pensamento, crenças e complexidade humana**. Ciência & Cognição, v04, n12, pp.134-149, 2007

32. PRÁ, J. R. **Relatório do Seminário Monitorando as políticas públicas: um desafio feminista/Articulação das Mulheres Brasileiras**. Fórum Municipal de Mulheres de Porto Alegre, 2003. 37 p.

33. PRETTE, A. D., PRETTE, Z. A. P. D. Assertividade, Sistema de crenças e identidade social. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136, jun. 2003

34. RIETHMULLER, Paul. O impacto social da produção animal. In: **Produção de leite e sociedade:** uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. 1.ed. Belo Horizonte FEPMVZ, 2001. Cap. 8, p. 103-116.

35. ROCHA, D. DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista de estudos Neolatinos**, Rio de Janeiro, v7, n2, p.305-322, 2005.

36. ROCHA, F. E. C.,ALBUQUERQUE, F. J. B, MARCELINO, M. Q. S. **Aplicação da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin em uma aproximação avaliativa do Pronaf-PB.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008

37. SALES, Celecina Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v.15, n.2. p. 437-443, maio-agosto/ 2007.

38. SOUSA, E dos S. de.; RODRIGUES, M.A. dos S.; ROCHA, F. E. de C.; MARTINS, R. M. **Guia de utilização do software Alceste**: uma ferramenta de análise lexical aplicada à interpretação de discursos de atores na agricultura. Documentos, n. 275.Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009.

39. SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

40. SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n.7, pp. 1-21, ano 8, 2005.

41. TAUSSIG, M. T. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.

42. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2006. ZAPATA, Tania. Estratégias de desenvolvimento local. In: II CONFERENCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL, 2006, Porto Alegre. **Papers**…Porto Alegre: SESI, maio de 2006.

43. UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres. **Rumo à igualdade de gênero:** CEDAW, Pequim e os ODM. 2005 Disponível em:

http://www.unifem.org.br/ > Acesso em: Agosto 2012

44. VIDAL, D. L. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. **Revista Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v.60, n. 232, p.1149-1160, fev.2011.

45. ZAPATA, Tânia et al. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: < http: www.iadh.org.br>. Acesso em 03 de março de 2012.

46. WANDERLEY. M. N. B. **A agricultura familiar no Brasil**: um espaço em construção. 1995. Mimeo

47. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas.** 2 a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE, LAVRINHA E BOM SUCESSO NA CIDADE DE GOIÁS, GO

RESUMO

Objetivou-se caracterizar aspectos socioeconômicos e os sistemas produtivos de assentamentos localizados no município de Goiás, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como programas regionais de desenvolvimento, capazes de promover a sustentabilidade social e econômica da região. Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos de fonte primária, mediante a aplicação de questionário semiestruturado em Unidades Familiares dos Projetos de Assentamento da Cidade de Goiás, Goiás. O número médio era de três pessoas por família, 39% dos lotes ocupados com casal ou duas pessoas e 51% com três e cinco. A atividade anterior de 39% dos entrevistados não era vinculada ao agronegócio e aproximadamente 36% residiam em grande cidade. A renda média era de dois salários mínimos, 48% provinha da atividade leiteira, 61% comercializavam o excedente da produção e 48% tinham preferência pelo trabalho individual. Os resultados mostraram que um agravante ao deficiente desenvolvimento escolar se deve à precária infraestrutura das escolas rurais, transportes escolares e qualidade das estradas. O acesso ao crédito é restrito por irregularidades ambientais. A maior parte dos beneficiários não se enquadra no perfil de agricultor familiar. Estes demonstram maior aptidão por pecuária e deficiência no controle e gestão da propriedade.

Palavras chave: agricultura familiar, assentamento rural, diagnóstico, sistema de produção.

SOCIECONOMIC CARACTERIZATION OF THE SETTLEMENT PROJECTS RANCHO GRANDE, LAVRINHA E BOM SUCESSO, IN THE STATE OF GOIÁS, BRAZIL

ABSTRACT

The objective of this study was to characterize socioeconomic aspects and productive systems settlements located in the municipality of Goiás, with views to subsidize the development and implementation of public policies, as well as regional development programs, capable of promoting the social and economic sustainability of the region. The data used in this study were obtained from primary source, through the application of a structured questionnaire in Family Units of Settlement Projects the City of Goiás, Goiás. The average number was three persons per family, 39% of the lots occupied with couple or two people and 51% with three and five. The previous activity of 39% of the respondents was not linked to agribusiness and approximately 36% lived in a large city. The average income was of two minimum wages, 48% came from dairy farming, 61% traded the production surplus and 48% had preference for individual workKey words: family farming, rural settlement, diagnosis, production system. The results showed that a complicating factor for poor school performance is due to poor infrastructure in rural schools, school transport and road quality. Access to credit is restricted by environmental irregularities. Most beneficiaries do not fit the profile of family farmer. These show greater aptitude for livestock and disability in control and property management

Keywords: family farming, rural settlement, diagnosis, production system.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2014 é caracterizado, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), o ano internacional da Agricultura Familiar, em reconhecimento à contribuição deste segmento agropecuário para a segurança alimentar e a erradicação da pobreza no mundo.

A reforma agrária reassume uma posição de destaque no debate nacional, nos processos sociais nas atividades políticas e em alguns programas governamentais.

Para GUILHOTO et al. (2006) o mundo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto socioeconômico próprio e delicado, haja vista, que sua importância ganha força quando se questiona o futuro das pessoas que subsistem do campo, a problemática do êxodo rural e, consequentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social no campo e nas cidades. Se por um lado, a agropecuária familiar tem um papel social inquestionável, por outro, sua sobrevivência é incerta. Por si só, este setor produtivo é desorganizado e ineficaz para promover seus próprios interesses.

Após a conquista da terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto às organizações econômica e social nos assentamentos e em relação à sociedade como um todo. Muitas famílias nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários e ainda a falta de crédito adequado, sementes e orientação técnica, tornam impossível a sobrevivência das famílias isoladas (VALADARES et al., 2011 citado por SANGALLI, 2013)

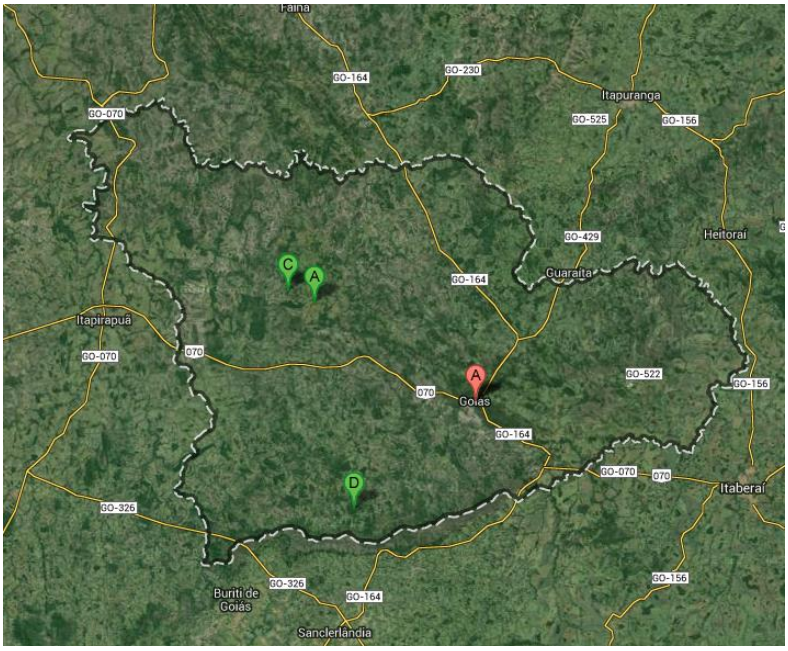
O almejado desenvolvimento sustentável só logrará êxito se não se limitar a fatores econômicos, fornecendo as famílias não apenas o acesso a terra, mas também toda a infraestrutura e aporte necessário para a redistribuição do poder político, de modo a promover uma verdadeira reforma do setor agropecuário brasileiro (CARVALHO et. al,2009).

Desta forma objetivou-se com este trabalho caracterizar aspectos socioeconômicos e os sistemas produtivos, das comunidades dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, localizados no território do

Vale do Rio Vermelho, município de Goiás, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, bem como programas regionais de desenvolvimento, capazes de promover a sustentabilidade social e econômica da região.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos de fonte primária, mediante a aplicação de questionário semiestruturado em Unidades Familiares dos Projetos de Assentamento (P. A.) no município de Goiás (Figura 1), Goiás, no período de Março a Agosto de 2012. Foram entrevistadas 70 Unidades Familiares (UFAs) em um universo de 79. Isto porque algumas famílias não residiam no local e outras se recusaram a participar da pesquisa, totalizando nove unidades não diagnosticadas, em que duas pertencentes ao P.A Bom Sucesso, cinco ao P.A Lavrinha e duas ao P.A. Rancho Grande, respectivamente. Submetidos à entrevista encontravam-se os chefes de família (homens e mulheres), sendo que 28 residentes do P.A. Bom Sucesso, 19 do P.A Rancho Grande e 23 do P.A. Lavrinha, respectivamente.



Em verde: A – P.A. Lavrinha, C – P.A. Rancho Grande e D – P.A.Bom Sucesso; Em vermelho A – Cidade de Goiás.

FIGURA 1 – Localização dos Projetos de Assentamento estudados no município de Goiás, GO.

O questionário abordava dados referentes aos aspectos sociais e econômicos da população, em que buscavam a obtenção de diagnóstico dos beneficiários e sua família. Foram considerados aspectos como: condições de moradia, aspectos sanitários, posse de bens duráveis, destino da produção animal e vegetal, composição da renda familiar, composição da despesa familiar, formas associativas, entre outros. Os dados obtidos na aplicação dos questionários foram tabulados em planilha Excel e posteriormente analisados descritivamente utilizando-se gráficos e tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aspectos Sociais

3.1.1 Características das famílias

O número médio de pessoas por família variou pouco entre as comunidades, sendo de 3,3, 2,8 e 3,0 nos P.A Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, respectivamente, sendo três a média total. Resultados equivalentes foram encontrados por MARQUES & LUCAS (2012). Assim como nos estudos do IBGE (2009), as mulheres correspondiam a quase metade da população rural, 48% do total, como pode-se observar na Figura 2.

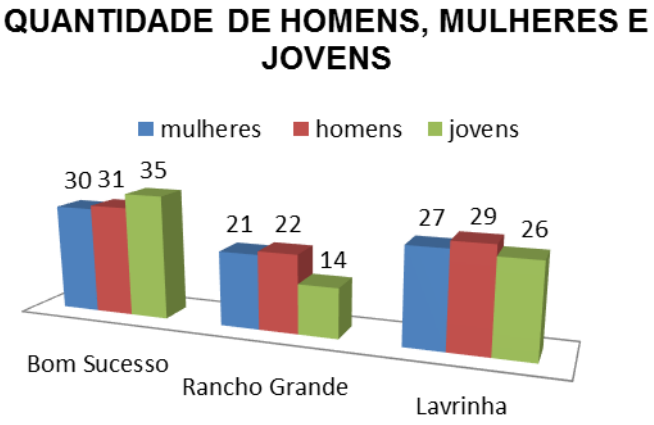


FIGURA 2 – Número de mulheres, homens e jovens nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

O número de mulheres, homens e jovens por Projeto de Assentamento são bem próximos, com uma divergência maior, em relação aos jovens, no Projeto de Assentamento Rancho Grande. Isto se deve à esta população ser caracterizada em mais da metade (58%) por parcelas contendo uma ou duas pessoas e com média de idade de 65 anos, ou seja, os jovens ou sucessores já se encontrarem em fase adulta, como famílias constituídas em outras parcelas, propriedades vizinhas ou emigrados para cidades próximas.

Estes aspectos corroboram com GUANZIROLI (1998) que ressalta que intimamente ligado à problemática do desenvolvimento, estão a persistência de padrões familiares complicados, como o *mayorazgo* e o impedimento à participação de jovens e mulheres nas decisões que se referem à produção. Isto acaba tendo um problema pernicioso, pois os jovens migram mais rápido, trazendo como consequência o esvaziamento do campo, ou em alguns casos até o envelhecimento da população rural.

Quando analisada a média de distribuição dos agricultores familiares por lote, nos três Projetos de Assentamento, observamos que 6% estão ocupados com apenas um beneficiário, 39% com dois beneficiários ou casal, 51% entre três e cinco pessoas e apenas 4% com famílias com número superior à cinco pessoas (Figura 3). Das 5 parcelas que apresentavam somente um residente, apenas uma era do sexo feminino.

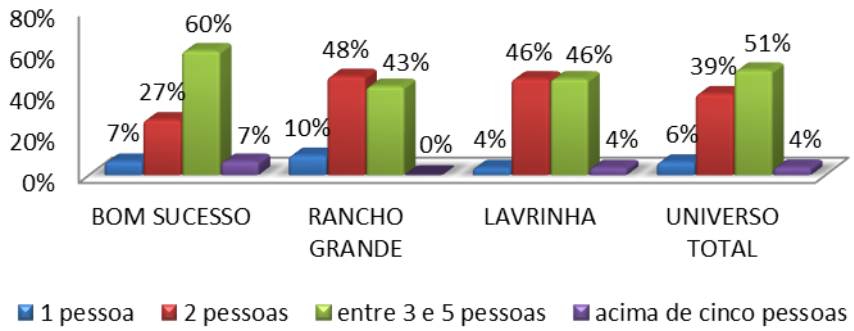


FIGURA 3 – Percentual de pessoas residindo nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

As mulheres da pós-adolescência (20 anos e um dia) à dessoma, em sua maioria encontram-se em faixa etária acima de 50 anos (48%), representado na Figura 4.

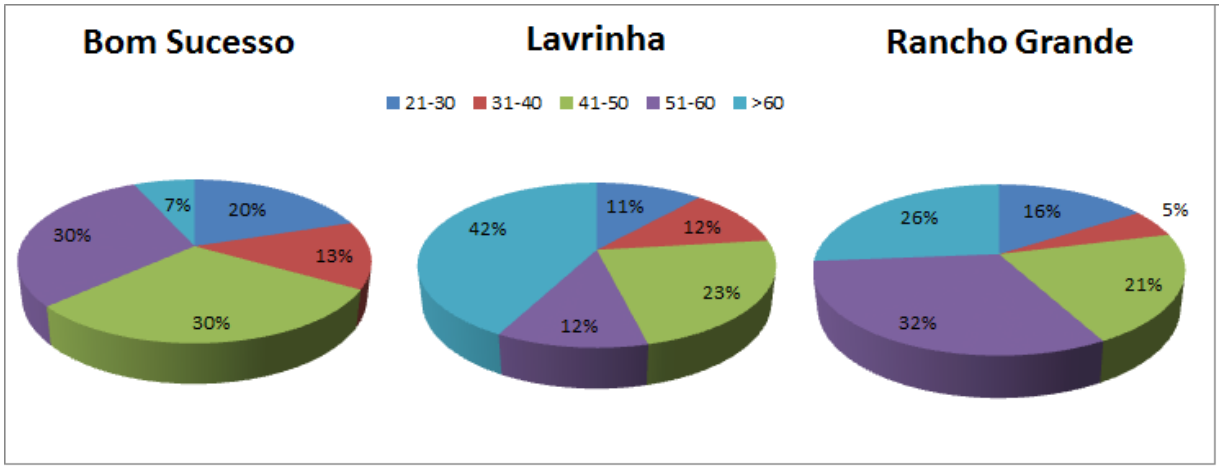
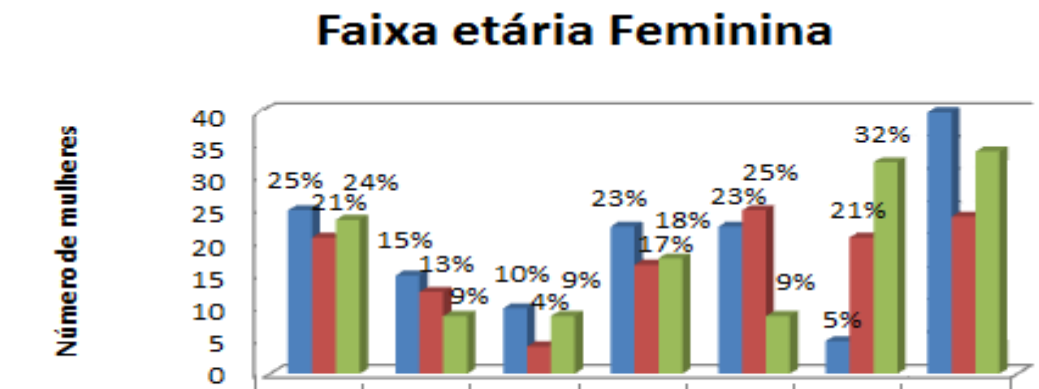


FIGURA 4 – Percentual de mulheres da pós-adolescência à quarta idade por Projeto de Assentamento no município de Goiás-GO.

O Projeto de Assentamento Lavrinha foi o que apresentou maior grau de envelhecimento populacional feminino, 11 mulheres (32%) encontram-se em faixa etária acima dos 60 anos de idade, sendo que a mulher mais idosa apresentou 74 anos (Figura 5).



	até 20	21-30	31-40	41-50	51-60	>60	
Bom Sucesso	10	6	4	9	9	2	40
Rancho Grande	5	3	1	4	6	5	24
Lavrinha	8	3	3	6	3	11	34

FIGURA 5 – Distribuição feminina por faixa etária nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Ao levantar dados sobre a educação e grau de escolaridade das comunidades, constatamos outra problemática. Houve grande redução de quantidades de escolas rurais no município, obrigando os alunos a se deslocarem à cidade para estudar. Grande parte das crianças passou a iniciar os estudos aos seis anos de idade, fase escolar obrigatória, devido dificuldades de deslocamento,

precariedade no transporte escolar e distância entre a escola e os assentamentos (média aproximada de 30 km). Mesmo com o transporte público, a maioria das crianças tem que caminhar longas distâncias até chegar à estrada principal, como pode-se constatar no diagnóstico de ROSA & GUIMARÃES (2011) em assentamentos rurais em Tamarana, Paraná. Segundo relato dos pais, para cursar o período vespertino, o transporte escolar busca os alunos às dez horas da manhã e estes só retornam às oito horas da noite, em dias normais. Quando estes optavam por escolas mais próximas, como escola na Buenolândia para os assentamentos Lavrinha e Rancho Grande e Escola Olympia (dentro do P.A. São Carlos) para o Assentamento Bom Sucesso, se deparavam com ausência contínua de professores e baixíssima qualidade de ensino, ocasionando, por vezes, reprovação dos alunos por não cumprir carga horária exigida pelo MEC.

LEITE JÚNIOR (2011) afirma que na maioria absoluta dos assentamentos, além da relativa baixa qualidade do ensino, existem problemas relacionados com o transporte dos alunos: no caso presente, os ônibus escolares trafegam apenas na estrada principal dos assentamentos, tendo os alunos que percorrer longas distâncias, de suas residências até a estrada.

Estas situações ocasionam elevados índices de evasão familiar dos projetos de assentamento, em que a mãe sediava com os filhos na cidade para continuação dos estudos destes e posteriormente o pai acompanhava o fluxo, buscando serviço na cidade e abandonando ou vendendo a parcela. Ocorria também a evasão escolar dos jovens, que se cansavam do processo exaustivo do percurso à escola.

Para tentar minimizar esses efeitos, algumas famílias optaram por matricular os filhos em Escola Família Agrícola (EFA), localizada em uma comunidade chamada Arraial do Ferreiro, próxima ao Projeto de Assentamento Serra Dourada, à aproximadamente seis quilômetros da cidade de Goiás, corroborando com os achados de LEITE JÚNIOR (2011). Isto porque é uma escola filantrópica, alternativa e específica de metodologia de alternância, em que os alunos estudam período integral e permanecem internos na escola quinzenalmente, além de ser uma escola técnica agrícola.

TABELA 1 – Nível de escolaridade dos integrantes dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-Go.

	Bom Sucesso	Rancho Grande	Lavrinha	Frequência Total	%
Sem alfabetização	16	7	6	29	14%
Fase inicial do ensino fundamental	33	23	32	88	41%
Fase final do ensino fundamental	23	10	15	48	22%
Ensino Médio Incompleto	10	6	8	24	11%
Ensino Médio Completo	9	2	5	16	7%
Superior Incompleto	0	0	3	3	1%
Superior Completo	0	2	4	6	3%
Pós-graduação	0	0	0	0	0%

Pode-se observar na Tabela 1 o baixo capital intelectual, sendo que a maior concentração de pessoas de ambos os gêneros se encontra nas faixas inicial e final do ensino fundamental, em sua maioria analfabetos funcionais. É preocupante o elevado índice de pessoas que se encontram na faixa de analfabetismo, 29 pessoas (14%).

Resultados semelhantes foram encontrado por CARVALHO et. al (2009) no Projeto de Assentamento Vale do Araguaia, município de Baliza – GO. Segundo a visão dos autores, um processo que esteja preocupado com a inclusão de todos os indivíduos deve ocupar-se constantemente com a erradicação do analfabetismo, por significar um entrave à participação consciente e a melhoria da qualidade de vida. O nível de educação também influência no desenvolvimento dos projetos de assentamento, uma vez que o analfabetismo limita o aperfeiçoamento do agricultor e restringe o emprego de técnicas e/ou tecnologias modernas.

Em relação aos estudos realizados por LIMA et. al (2008), apenas o índice de analfabetos foi menor, pelo fato de possuir escola dentro do assentamento funcionando com o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ao realizar um comparativo entre a escolaridade dos gêneros feminino e masculino (Figura 6), observa-se valores percentuais bem próximos, com menor índice de analfabetismo entre as mulheres, sete por cento menor em relação ao masculino, assim como no assentamento Santana – CE (LIMA et. al, 2008). Apenas

cinco por cento das mulheres em relação aos homens não concluíram o ensino médio, e um por cento a mais chegou ao ensino superior (quatro homens e cinco mulheres), sendo que destas apenas dois por cento concluíram os estudos.

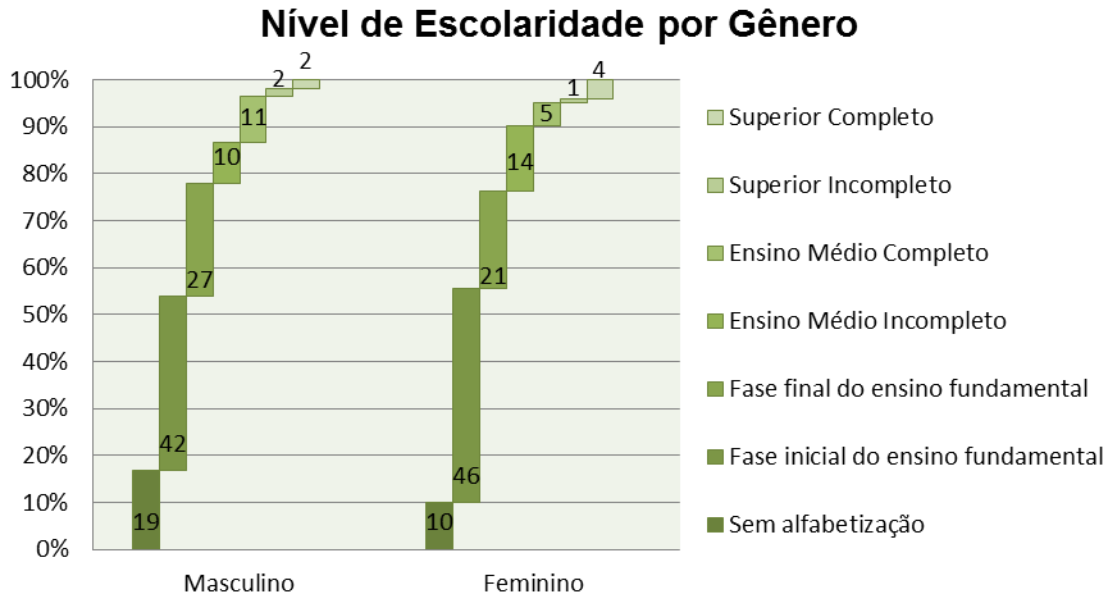


FIGURA 6 – Comparativo do nível de escolaridade entre gêneros dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Apesar de vários estudos demonstrarem inversão nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres no meio rural, passou a ser comum nos assentamentos brasileiros a mulher apresentar um nível de escolaridade maior que do homem (RUA & ABRAMOVAY, 2000; LIMA et.al, 2008). Não houve grande diferenciação nos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, demonstrando que não há distinção entre os gêneros quanto á educação nestes locais estudados.

Em relação à ocupação pregressa exercida pelos chefes de família, constatou-se que 33% atuavam em atividades que demandassem esforço físico, 28% possuíam vínculo direto com a produção agropecuária, trabalhando como vaqueiro ou agricultor contratado e 24% se enquadravam em outros (Figura 6). Dentre as atividades, categorizadas outros, foram declaradas: confeiteiro, vigilante, padeiro, alfaiate, vendedor, autônomo, açougueiro, feirante, costureira, estudante e inclusive servidores públicos.

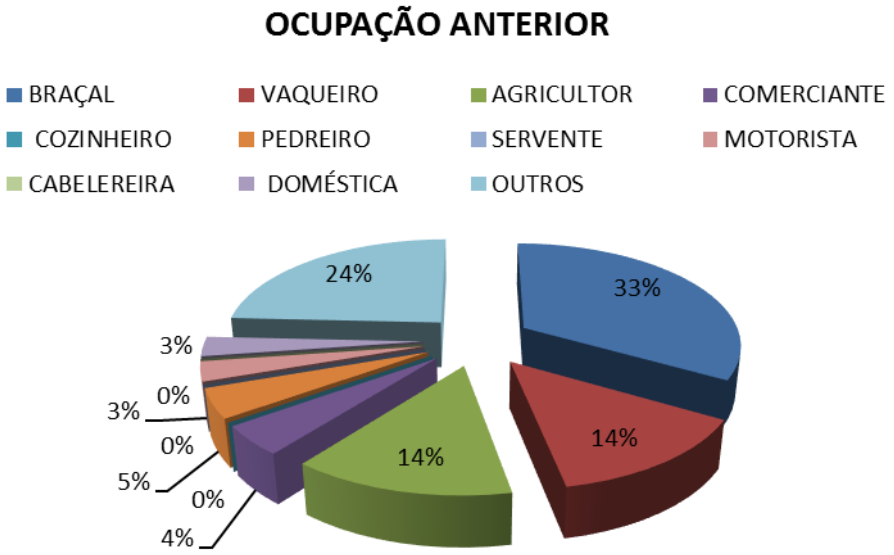


FIGURA 7 – Atividades ocupacionais pregressas aos assentamentos dos chefes de família em percentual dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Portanto, é elevado o percentual de beneficiários que fere o significado constitucional de direito à terra, ou seja, direito da população de trabalhadores “sem-terra” de acesso à terra produtiva para que nela possam realizar seu trabalho (que também é elemento de identificação cultural dessa população), proteger social e economicamente essa população, garantindo alimentação para seus familiares e também para sociedade brasileira.

Segundo o Decreto nº 59.428/66, que regulamenta os dispositivos do Estatuto da Terra, determina que somente participarão do programa de reforma agrária indivíduos que exerçam atividade rural, que possuam comprovada vocação agrícola, estatuindo que:

Art 16. Para a ocupação das parcelas dos núcleos de colonização serão recrutados, dentro ou fora do território nacional, indivíduos ou famílias de comprovada vocação agrícola.

Em comparação ao perfil de aptidão a terra nota-se que o Projeto de Assentamento Rancho Grande apresentou maior quantidade de beneficiários concentrados nas três principais atividades: braçal 31%, vaqueiro 13% e Agricultor 13% (Figura 7).

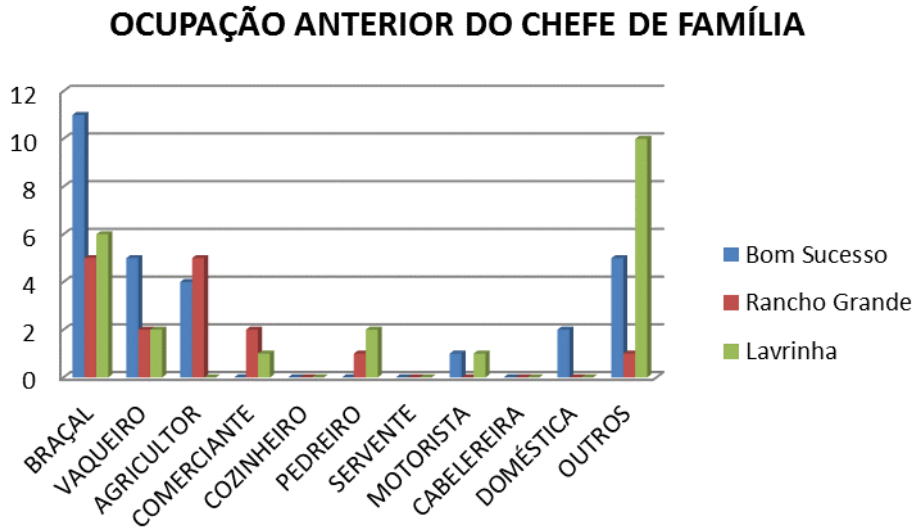


FIGURA 8 – Comparativo da ocupação anterior dos chefes de família dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Quando questionados sobre o local de origem pregressa ao assentamento, em concordância com as atividades ocupacionais, observou-se que apenas 25% dos beneficiários do P.A. Lavrinha eram oriundos da zona rural, contra 75% de cidades (Figura 8).

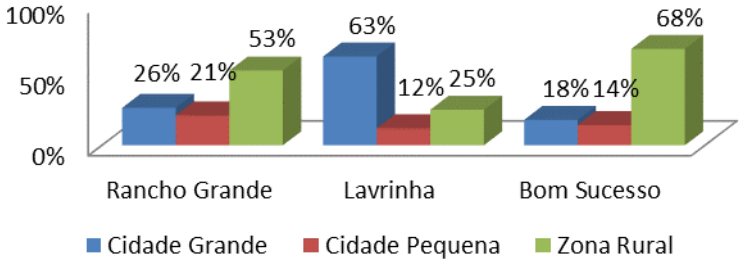


FIGURA 9 – Local de origem dos beneficiários Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Em uma pesquisa realizada para o Ministério Especial de Política Fundiária (MEPF), BRUNO & MEDEIROS (1998), concluíram que os assentamentos que obtiveram índices de evasão acima de 50% se localizavam majoritariamente (89%) nas regiões Norte e Centro-Oeste brasileiro e representavam percentual de 15,3 do total de projetos. O índice médio aproximado de evasão, no período pesquisado, era de 30% para o Brasil.

Cerca da metade dos desistentes (55,6%) manifestaram não ter trabalhado na atividade agrícola ou pecuária antes de ser assentado; e 44,5 % deles trabalharam de forma informal na prestação de serviços, que incluíam: ajudante de pedreiro, cozinheiro, guarda noturno e lenhador (ZINGA, 2004).

Embora seja elevado o número de beneficiários da reforma agrária, nas mais diversas pesquisas, caracterizados por não possuírem experiências pregressas com a atividade agropecuária, esse não é o fator principal diretamente responsável pela evasão das famílias. Ao contrário, observou-se que como estimuladores à tomada de decisão à desistência da terra, apontados pelos próprios evadidos, encontram (LOPES, 2004, MELLO, 2006; ALEIXO, 2007; RIBEIRO et.al, 2011):

1) causas de natureza pessoal ou familiar: doenças, dificuldades conjugais, drogas, alcoolismo, dentre outros.

2) processos sociais que deram origem aos assentamentos: pressão de grupos sociais peculiar à região, o INCRA realiza desapropriação da terra independente de demanda, dinâmica de fronteiras e tradições nômades de extrativismo e esgotamento, dentre outros.

3) causas relacionadas à ação do Estado e à forma como o processo tem sido conduzido: falta de investimentos do governo e assistência técnica, permanência de situações conflituosas derivadas das disputas com fazendeiros, inexistência de políticas públicas, inadimplência, dentre outros.

4) ao passivo de infraestrutura social, ambiental e produtivo existente falta de água potável, precariedade no transporte, assistência medica, escolar, estradas ruins, dentre outros.

5) de natureza social e cultural dos assentados: inaptação à exploração coletiva, divergências em capital material, social, humano.

6) irregularidades observadas: irregularidade na aplicação dos projetos PRONAF, notificação e despejo por intermédio do INCRA, dentre outros.

3.1.2 Características individuais e a interação social

A interação social e a existência de formas coletivas de trabalho em assentamentos rurais são uma tentativa de reprodução da ideologia camponesa como modo de vida. Em assentamentos criados pelo INCRA, constitui-se uma

associação, para fortalecimento dos indivíduos e como forma de acesso ao próprio órgão.

Quando questionados sobre a existência de cooperativa nos Projetos de Assentamento, 100% dos entrevistados alegaram que não possuíam esta forma organizacional, apesar de manifestações de interesse. Já para associações formalmente constituídas, apresentando CNPJ, 100% dos entrevistados nos Projetos de Assentamento Lavrinha e Bom Sucesso confirmaram positivamente, contra a totalidade do Projeto de Assentamento Rancho Grande que afirmaram a inexistência de tal, apesar das comprovações documentais de que houve uma associação (Figura 10). Segundo relatos isto ocorreu devido grandes conflitos internos e ideologias diferentes entre os beneficiários, além de denuncias de corrupção, decidindo, portanto, dar baixa e extinguir a Associação de Produtores do Projeto de Assentamento Rancho Grande.

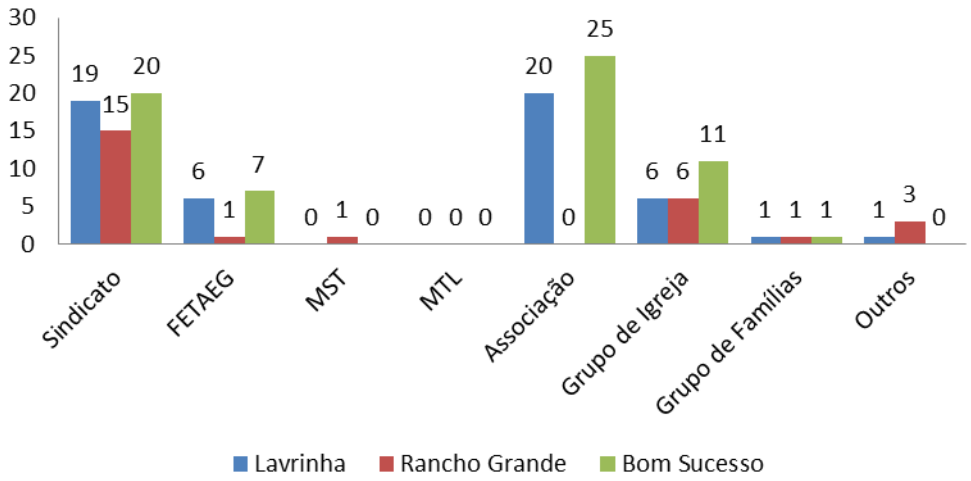


FIGURA 10 – Número de famílias participantes de organizações nos P.A. Lavrinha, Rancho Grande e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

.

Mesmo decidindo pôr fim à associação do P.A. Rancho Grande, 47% dos entrevistados alegaram participar de até duas formas/grupos organizacionais, como o sindicato (56%) e grupos de igreja (22%) (Figura 11). Outras opções apresentadas foram: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Goiás (FETAEG), Movimento sem Terra (MST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), grupos de famílias e outros. A categoria outros foi apontada participações na Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado, uma organização cooperativa.

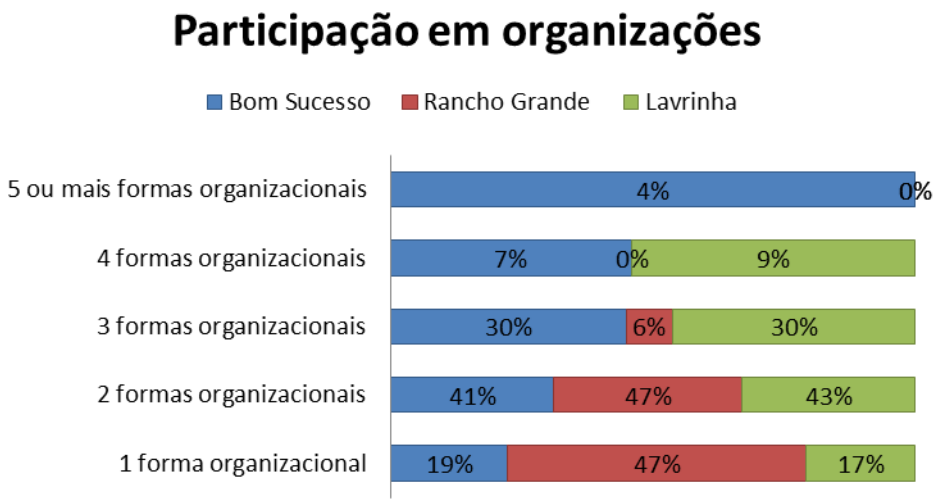


FIGURA 11 – Percentual de participação das unidades familiares por quantidade de formas organizacionais nos P.A. Lavrinha, Rancho Grande e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

Ao questionar a forma como preferem trabalhar, 48% responderam que têm preferência pelo trabalho individual, apenas 17% disseram que tem preferência pelo trabalho coletivo e 35% preferem a forma mista de trabalhar, individual/coletivo, respectivamente.

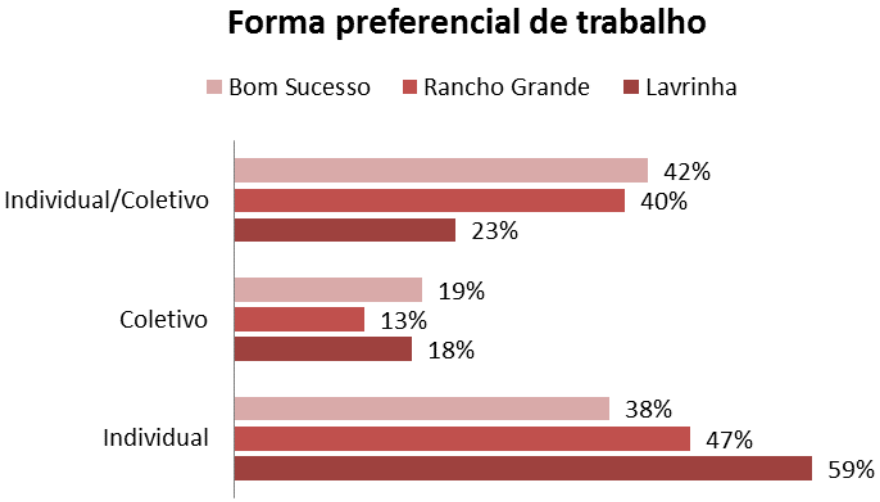


FIGURA 12 – Forma preferencial de trabalho nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Pode-se observar na figura 12, que a interação social das famílias se difere por comunidade em que se inserem, visto que a preferência de trabalho nos Projetos de Assentamento Lavrinha e Rancho Grande são por serviços individuais (59 e 47%), enquanto que no Projeto de Assentamento Bom Sucesso as famílias

têm preferência pelo trabalho individual/coletivo (42%), favorecendo formas organizacionais associativas/cooperativas.

LOPES (2004), no assentamento Ivan Ribeiro, mostra que 16,7% dos assentados que saíram apontaram como causa “inadaptação à exploração coletiva”.

PIRES (2002) traz para discussão um problema mais complexo devido às origens diferenciadas como ideologias, tradições e costumes daqueles que chegam aos assentamentos. Estas particularidades dificultam e/ou tornam mais lento o processo de integração do grupo e consequentemente, da meta de produção/produtividade desejada por todos.

Visto análise empírica e o processo de constituição dos assentamentos corroboram com a afirmação de ZINGA (2004), em que os assentados decidiram participar de grupos organizados por necessidade de obter algum benefício de agências governamentais como o INCRA e a Secretaria Municipal de Agricultura. Além disso, consideram a participação em grupos organizados como sendo a melhor forma de se obterem informações que possam beneficiar os assentados e de estar, assim, mais organizados dentro do assentamento.

3.1.3 Características habitacionais

Os resultados da pesquisa demonstraram que as parcelas possuem casas de alvenaria (99%), corroborando com dados obtidos por LEITE JUNIOR (2011), no diagnóstico dos assentamentos Mosquito, Buriti Queimado e Baratinha, todos localizados no município de Goiás. Porém evidenciado também por LEITE JUNIOR (2011), são observações diferentes das encontradas por CARVALHO et. al (2009) no P.A. Vale do Araguaia, em que as moradias são em sua maioria construções precária, de palha e chão batido. Para LEITE JUNIOR (2011) esta diferença é justificada pelo atraso na liberação dos primeiros recursos. Porém o fato dos assentamentos da cidade de Goiás serem implantados há mais tempo, também permitiu que, ao longo dos anos, as famílias fossem aprimorando as condições de moradia e promovendo maior conforto em suas residências. Como pode ser observado na tabela 2, 67% alegam que as habitações são oriundas de recursos do INCRA somados a recursos próprios.

TABELA 2 – Características das habitações das famílias beneficiadas dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

	Rancho Grande	Bom Sucesso	Lavrinha	Frequência Total	%
Condição da moradia					
Provisória	0	1	0	1	1%
Definitiva	19	27	23	69	99%
Estado de Conservação					
Bom	9	10	16	35	50%
Regular	8	14	4	26	37%
Ruim	2	4	3	9	13%
Material de Construção					
Alvenaria	18	28	23	69	99%
Lona	0	0	0	0	0%
Pau-à-pique	0	0	0	0	0%
Alvenaria e madeira	1	0	0	1	1%
Palha	0	0	0	0	0%
Possui água encanada					
Possui	19	28	23	70	100%
Não possui	0	0	0	0	0%
Possui energia elétrica					
Possui	19	28	23	70	100%
Não possui	0	0	0	0	0%
Fonte de recursos					
INCRA	5	3	4	12	17%
Recursos próprios	3	5	3	11	16%
INCRA + recursos próprios	11	20	16	47	67%

Apesar das casas serem de alvenaria, metade dos entrevistados consideraram bom o estado de conservação de seus domicílios, 37% consideram regular e 13% ruim, respectivamente, resultados próximos encontrados por ROSA & GUIIMARÃES (2011), mesmo apresentando 70% das construções em alvenaria.

3.2 Aspectos Econômicos e Produtivos

A renda média para os três projetos de assentamento foi de dois salários mínimos, sendo que a diferença em reais entre a maior e a menor média, dos assentamentos Lavrinha e Rancho Grande foi de apenas R$158,19.

Ao levantar a origem da renda familiar dos Projetos de Assentamentos, observou-se que a produção leiteira foi mais citada em 31%, 34% e 39% nos assentamentos Bom sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, respectivamente. Seguida por 20% e 16% para atividade pecuária nos P.A. Bom Sucesso e Lavrinha e 22% provém da aposentadoria no P. A. Rancho Grande. E em terceira posição para as atividades que davam origem da renda aferiu-se que no assentamento Bom Sucesso foram trabalho externo e programas sociais com 14%, no Rancho Grande, trabalho externo, pecuária e programas sociais, com 11%. E a terceira atividade, bem como aposentadoria com 14% no P. A. Lavrinha, respectivamente.

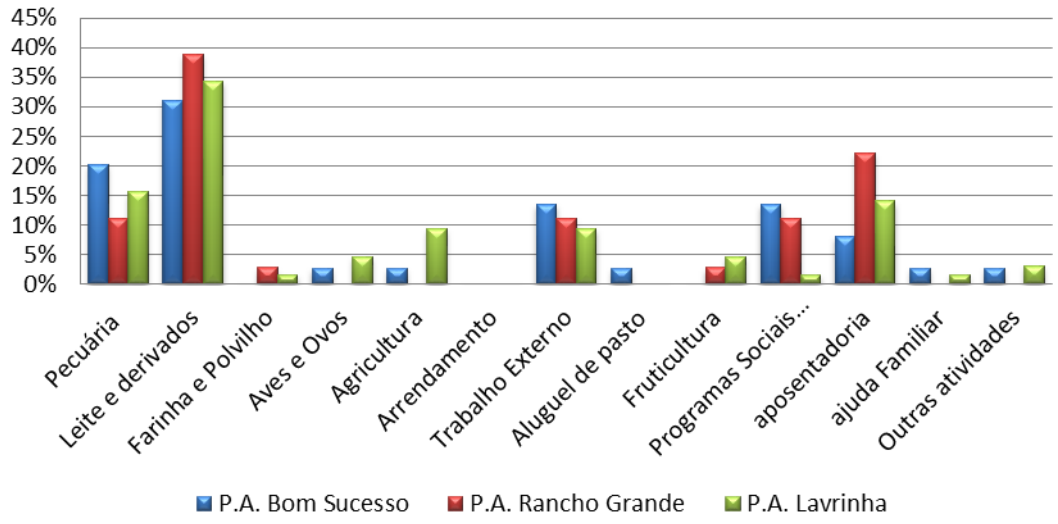


FIGURA 13 - Percentual das atividades que representam a origem da renda dos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

As demais atividades somaram para os três assentamentos, representando a origem da renda, em 4% polvilho e farinha, 7% ave e ovos, 12% agricultura, 3% aluguel de pasto, 7% fruticultura, 4% ajuda familiar e 6% outras atividades respectivamente.

Quando se observou o percentual da composição, em reais, da renda nos três assentamentos verificou-se que 48% da renda provêm de recursos da atividade leiteira, 14% da pecuária (comercialização de bezerros e vacas de descarte), 18% da aposentadoria, 11% de trabalho externo, respectivamente. Estas são as principais atividades geradoras de renda e que compõem maior percentual do recurso dentro dos três assentamentos (Figura 14).

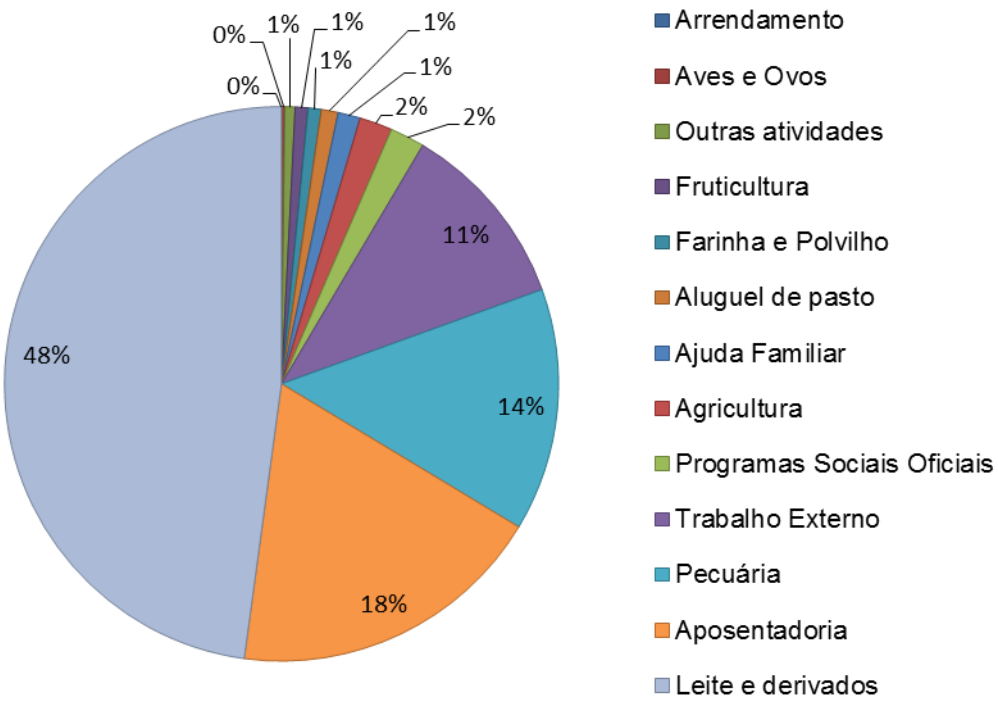


FIGURA 14 – Distribuição percentual das atividades que compõem a renda nos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

A análise dos dados permitiu observar que os sistemas de produção nos assentamentos estão pouco diversificados e concentram-se na produção de leite e de grãos. Considerando que as agroindústrias são o principal canal de comercialização destes produtos, observa-se uma forte inserção dos assentamentos no agronegócio (ROSA & GUIMARÂES, 2011).

Assim como nos estudos de CARVALHO et. AL (2009), SANT'ANA & TARSITANO (2009), LEITE JUNIOR (2011), ROSA & GUIMARÂES (2011), notou-se que a produção leiteira foi maioria da renda familiar mensal dos assentados.

Quanto às despesas pode-se observar na figura abaixo, que a maior parte dos recursos empregados na despesa da família são destinados ao supermercado (34%). Este aspecto reforça argumentos sobre diminuição da pluriatividade das

famílias assentadas. Como as famílias estão se concentrando em poucas atividades, em especial a bovinocultura de leite, os demais produtos alimentícios têm de ser adquiridos em comercio local.

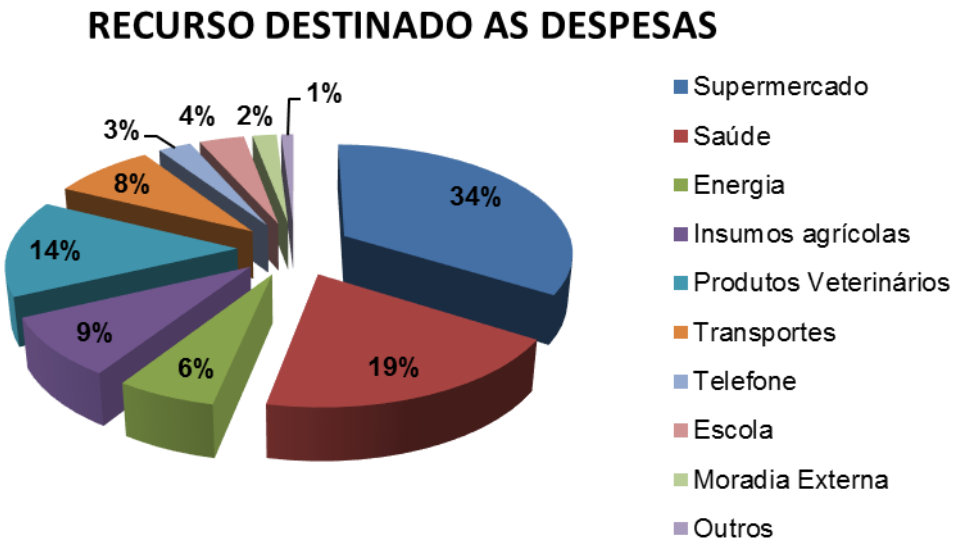


FIGURA 15 – Percentual do recurso destinado às despesas nos projetos de assentamento estudados no município de Goiás-GO.

Existe alta proporção de gastos em produtos veterinários (14%) e insumos agrícolas, que configuram uma gestão deficitária nos processos produtivos e controle de custos de produção, muitas vezes tornando a atividade inviável.

O percentual de gastos com moradia externa está relacionado principalmente pelo fato de ter de manter os filhos na cidade para facilitar o acesso aos estudos.

Há uma relação direta entre a renda das famílias e o acesso a bens de consumo duráveis. Para os três assentamentos, entre os bens de consumo, o mais citado foi a geladeira em 71 residências, seguida pelo fogão a gás (70) e pela televisão presente em 69 residências, lembrando que algumas parcelas possuíam duas casas. Tecnologia como computador foi encontrado em apenas duas residências, uma no P.A. Bom sucesso e outra no P. A. Lavrinha, totalizando 0,4% dos bens de consumo totais registrados ou 3 % das famílias. Nas categorias outros foi declarado forno elétrico. Apenas nove famílias do P.A. Bom sucesso disseram possuir rádio, dificultando a disseminação de informações, que segundo presidente da associação era realizada a convocação para reuniões e prazo para inscrições em cursos principalmente por esse meio de comunicação (Tabela 3).

TABELA 3 – Relação de bens de consumo das famílias dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

	Bom Sucesso	Rancho Grande	Lavrinha	Frequência Total	%
Possui rádio	9	2	13	24	34%
Possui geladeira	28	19	24	70	100%
Possui telefone	11	4	9	24	34%
Possui fogão a gás	27	19	24	69	99%
Possui liquidificador	24	19	22	65	93%
Possui freezer	9	11	18	38	54%
Possui batedeira	11	5	11	27	39%
Possui ventilador	9	3	14	26	37%
Possui aparelho de som	11	9	17	37	53%
Possui TV	27	19	23	69	99%
Possui tanque	22	15	23	60	86%
Possui DVD	12	8	13	33	47%
Possui Computador	1	0	1	2	3%
Outros	1	0	1	2	3%

Outro aspecto relevante é a aquisição de bens de produção. Esta categoria é capaz de demonstrar o grau de preparo das famílias quanto ao trabalho na terra e nível de tecnificação.

Analisando a tabela 4 percebe-se que a maioria possuía ferramentas básicas de produção como pá (84%), facão (73%), enxada (100%), foice (99%), dentre outros.

Vale salientar, que apesar da fonte principal de renda ser proveniente da produção de leite, 69% possuíam triturador e apenas 9% detinham posse de um trator associadamente; por tanto, conclui-se a baixa tecnificação da atividade e existência de sistemas de subsistência, visto que qualidade de volumosos na alimentação animal, principalmente no período seco é um dos aspectos mais importantes para produtores profissionalizados nesta atividade.

TABELA 4 – Relação de bens de produção por Assentamento no município de Goiás-GO.

	Bom Sucesso	Rancho Grande	Lavrinha	Frequência	%
Trator	0	4	2	6	9%
Colheitadeira	0	0	0	0	0%
Plantadeira	0	0	0	0	0%
Arado	0	6	2	8	11%
Pá	24	15	20	59	84%
Facão	18	17	16	51	73%
Enxada	28	19	23	70	100%
Triturador	13	17	18	48	69%
Matraca	12	11	14	37	53%
Foice	28	18	23	69	99%
Carro de boi	0	0	0	0	0%
Machado	25	17	23	65	93%
Picareta	18	15	18	51	73%
Caminhão/Camionete	4	1	3	8	11%
Charrete	0	6	4	10	14%
Implementos	7	5	6	18	26%
Outros	1	10	4	15	21%

Na categoria outros dos bens de produção foram relatados ferramentas básicas como cutelo, alabanca, cultivador, esmeril elétrico, carrinho de mão e motosserra. Foi relatado também nos assentamentos Lavrinha e Rancho Grande ordenhadeira canalizada (2) e uma ensiladeira da associação.

Em relação a organização e infraestrutura utilizada para produção, foram relacionadas as benfeitorias para lida com gado, 83% possuíam curral dos mais variados materiais de construção, que iam desde arame farpado, arame liso, cordoalha à madeira.

Apenas 30% possuíam galinheiro, porém a maioria dos beneficiários criava galinha, de forma extensiva, soltas pelo quintal. 70% das parcelas possuíam chiqueiro para criação de porcos e em apenas duas parcelas a criação era solta no quintal (Tabela 5). Interessante é que houve um projeto específico para produção de

suínos, ciclo completo, de forma coletiva e os beneficiários preferiram investir em instalações e produção individual. Todo o recurso mobilizado foi perdido e as instalações se encontravam em depreciação. Os beneficiários afirmam que foi produzido apenas um ciclo e a falta de capacidade de gestão, liderança, organização e espírito cooperativo os levou a desistir da atividade, alternativa também encontrado nos estudos de SOUZA et. al (2009) no Projeto de Assentamento Mosquito, na cidade de Goiás.

TABELA 5 – Relação de benfeitorias e origem de recursos das parcelas dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

	Rancho Grande	Lavrinha	Bom Sucesso	Frequência	%
Curral	17	22	19	58	83%
Recursos próprios	11	18	17	46	79%
Galinheiro	7	7	7	21	30%
Recursos próprios	6	6	6	18	86%
Chiqueiro	13	16	20	49	70%
Recursos próprios	11	13	18	42	86%
Paiol	10	20	16	46	66%
Recursos próprios	5	16	14	35	71%
Represa	9	6	10	25	36%
Recursos próprios	0	1	1	2	8%
Outros	12	6	-	18	26%
Recursos próprios	11	6	-	17	94%

Para a estocagem de grãos da produção agrícola foi construído paiol em 66% das parcelas. Estes grãos na maior parte das vezes retornavam à produção agropecuária na alimentação animal, com exceção àqueles que têm que ser entregues como contrapartida pela aquisição através da lavoura comunitária da Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO).

A disponibilidade de água nos assentamentos da Cidade de Goiás demonstra o grande potencial para atividades aquícolas como a piscicultura, tanto em tanque escavado como em tanque rede. Aproximadamente 36% das parcelas possuíam represas. O município é cortado pelos rios: Vermelho, Peixe, Ferreiro,Uru,

Uvá e Índio e pelo ribeirões: Bacalhau, Bagagem, Caiamar, Bugre e outros. O que torna o município bem servido de recursos hídricos.

As benfeitorias apontadas foram: cercas, barracão, mini-poço, cisterna, cocheira e galpão. Todas as benfeitorias, com exceção das represas, foram adquiridas em mais de 70% das parcelas com recursos próprios, segundo entrevistados. provavelmente as represas em sua maioria já estavam no local na chegada dos beneficiários e que os mesmos têm investido em melhorias nas parcelas desde então.

Ao investigar a atividade leiteira, aferiu-se que no P. A. Bom sucesso 23 famílias eram produtoras de leite, 18 famílias no P. A. Rancho Grande e 22 famílias no P.A Lavrinha, tanto para autoconsumo quanto para comercialização. Dados próximos foram encontrados nos estudos de SILVA (2011) e LEITE JUNIOR (2011). Na Tabela 6 observa-se a média de produção de leite destas famílias. Como há atividades de autoconsumo os valores da média são baixos, porém de forma geral, devido à baixa tecnificação já demonstrada anteriormente a maioria dos produtores não ultrapassou 100 litros de leite/dia.

TABELA 6 – Produção média de leite e valor médio comercializado em reais nos assentamentos da cidade de Goiás, 2012.

Projetos de Assentamento	Época da seca		Época das águas	
	Produção l/dia	R$	Produção l/dia	R$
Bom Sucesso	25	0,52	54	0,44
Rancho Grande	29	0,56	55	0,43
Lavrinha	29	0,65	56	0,48

Quando questionados sobre alimentação concentrada, em especial no período seco na atividade leiteira, observou-se o grande percentual de produtores que afirmaram não utilizar esta técnica (Figura 16). Isto reafirma a precária produção leiteira dos assentamentos e média de volume de leite por parcela/dia baixos. Apesar do P.A. Bom Sucesso apresentar 61% dos beneficiários praticando o fornecimento de concentrado aos animais na atividade leiteira, sua média de produção foi inferior aos demais assentamentos. Outros aspectos podem estar influenciando este fato, como a baixa aptidão para produção de leite das vacas, topografia do terreno, qualidade da alimentação volumosa etc.

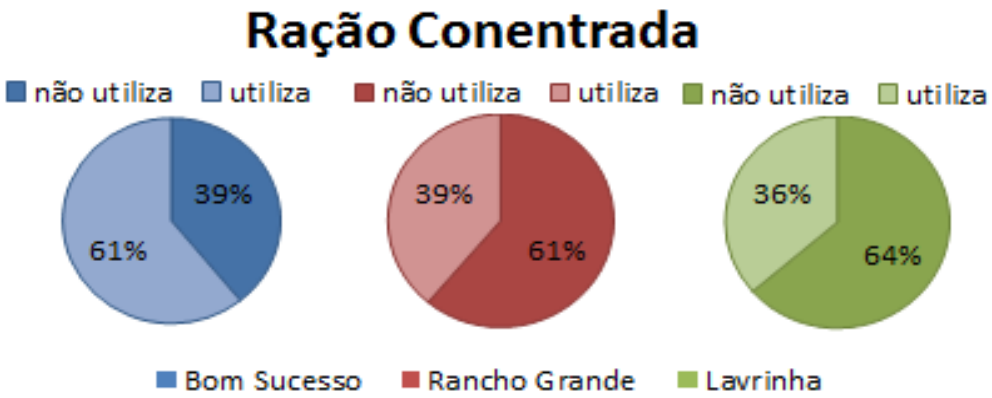


FIGURA 16 – Percentual de beneficiários que utilizam alimentação concentrada na atividade leiteira nos assentamentos Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha, no município de Goiás-GO.

Sobre a forma de aquisição da ração apenas um beneficiário disse comprar a prazo de uma fazenda vizinha, três afirmaram que adquiriam pelo atravessador e descontava no leite, apenas dois compravam a vista na cidade de Itaberaí e os demais compravam a vista na Cidade de Goiás.

A totalidade de produtores fornecedores de concentrado utilizava a ração concentrada apenas no período seco, e destes 10 forneciam quantidades variáveis por cabeça e 18 quantidades fixas/animal/dia. A suplementação mineral pode ser observada na Tabela 7.

TABELA 7 – Suplementação mineral e qualidade de silagem fornecida na atividade leiteira dos assentamentos.

	Bom Sucesso	Rancho Grande	Lavrinha	Frequência	%
Sal					
Branco	0	0	1	1	2%
Mineralizado	2	2	4	8	13%
Misturado	21	16	17	54	86%
Não Fornece	0	0	0	0	0%
Silagem					
Milho	2	4	5	11	17%
Cana	0	3	2	5	8%
Sorgo	0	0	0	0	0%

Quanto à alimentação volumosa, no assentamento Rancho Grande 15 produtores de leite possuíam área de canavial, sendo a área media de 0,97 ha. No

assentamento Bom Sucesso a área media do canavial era de 0,69 ha para 12 produtores. Já no assentamento Lavrinha a área media de canavial era de 0,76 ha para 100% dos produtores.

3.3 Aspectos Logísticos

A logística na agricultura familiar é parte integrante dos fatores que podem garantir a eficácia das operações de compra e venda destes produtores. Neste âmbito é usada também como meio de integração da cadeia de suprimento e de apoio à solução de problemas operacionais e para definir estratégia quanto a perecibilidade dos produtos agrícolas. Além disso, em face do baixo valor agregado, confere aos custos da logística importância relativa, devendo a racionalização das atividades desta ser um dos principais focos a se investir para viabilizar a produção da agricultura familiar (CABRAL et. al, 2013).

Em consideração a afirmação acima e ponderando que a principal atividade para os três assentamentos era a produção leiteira, uma das formas de atender a normativa 51 e posterirormente a normativa 62, e viabilizar a comercialização do leite, as famílias optaram pela entrega do excedente produzido, em graneis ou tanques de expansão coletivos (Figura 17).

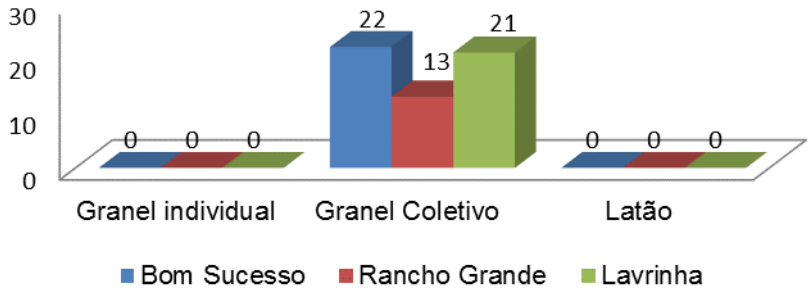


FIGURA 17 – Forma de entrega/comercialização do leite produzido nos assentamentos no município de Goiás-GO

O produto fica devidamente armazenado e resfriado nos tanques de expansão coletivo, pelo prazo de dois a três dias até que o caminhão do laticínio fosse buscar. Esta espera era devida principalmente pela rota, devido ao baixo volume produzido, capacidade total do equipamento de refrigeração e qualidade das estradas, corroborando com achados de SILVA (2011).

Ao analisarmos o destino da produção (Figura 16) nos Projetos de Assentamento observou-se que de modo geral, a maior proporção das famílias tem preferência pela comercialização do excedente, para qualquer produto produzido, assim como observado por LEITE JUNIOR (2011). Apenas oito famílias possuíam modo de vida de subsistência, ou produziam para o autoconsumo, e apenas uma família comercializa toda a produção. Este modo de comercialização de excedente produzido caracteriza um descompromisso com o mercado, ou um não planejamento da atividade. Fato este que subsidia uma maior inserção na atividade leiteira, que remunera os produtores à quantidade produzida no mês, sem maiores prejuízos, visto melhor estruturação da cadeia.

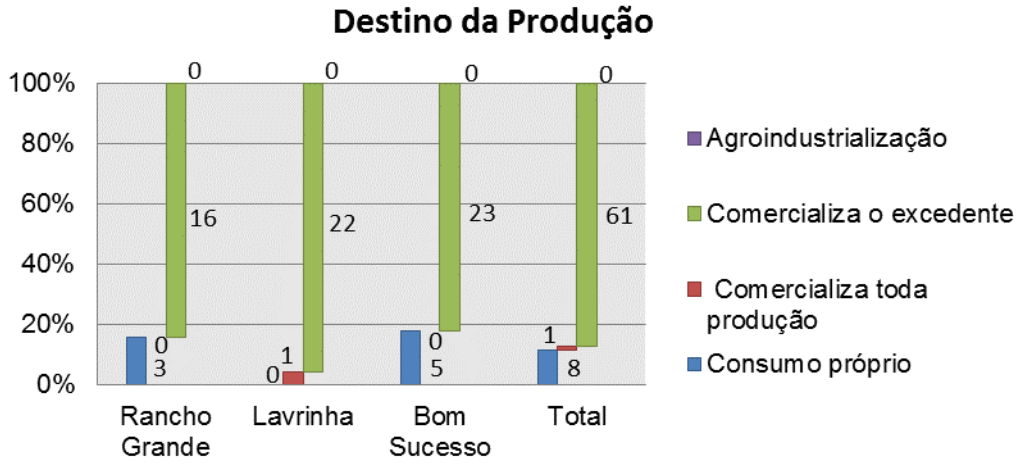


FIGURA 18 – Destino da produção dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

Assim como em LEITE JUNIOR,(2011) a atividade de avicultura visa atender a subsistência da família. A produção de ovos apresenta baixos índices produtivos, devido ao reduzido investimento e ao sistema extensivo de criação. Além de dificultar o acompanhamento do desempenho dos animais, parte da produção é perdida por ação de predadores. Poucos produtores comercializam ovos e frangos, fator atribuído à dificuldade de escoamento da produção e a ausência de canais de comercialização e a dificuldade de conseguir a licença sanitária para escoar a produção de forma legal.

Esta problemática da dificuldade de escoamento da produção ocorre não somente nos Projetos de assentamento da reforma agrária como em toda a zona rural, com empresas rurais de todo porte. Observa-se na figura 19 que 11% das famílias não possuíam acesso das estradas à parcela e 74% alegam que as

estradas encontravam-se em estado regular. O estado mais preocupante encontrado foi no Projeto de Assentamento Bom Sucesso, onde 26% dos beneficiários, alegaram que a estrada de acesso ao assentamento estava intransitável.

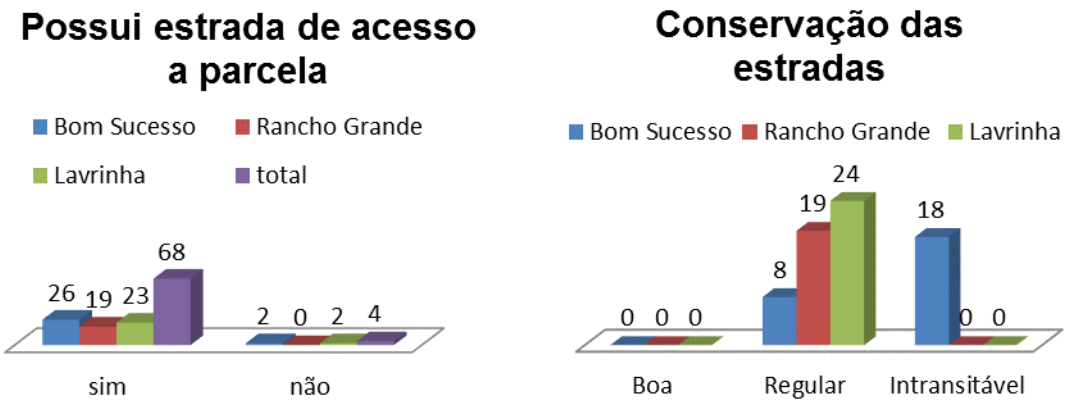


FIGURA 19 – Existência e estado de conservação de estradas de acesso aos Projetos de assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, no município de Goiás-GO.

De acordo com CABRAL (2013) relativo aos custos, as perdas agrícolas são muito elevadas em virtude das condições de armazenamento, de transporte e das vias de acesso. Os valores cobrados para transportar os itens dos assentados até os locais de venda são altos, o que reflete no custo global de produção e distribuição.

A forma de armazenagem e transporte dos produtos são aspectos de fundamental importância na redução de custos na logística. CABRAL (2013) relata ainda que quanto à rapidez na entrega, as condições precárias das estradas de acesso e dos tipos de transporte utilizados implicam em elevado tempo gastos para a distribuição dos pontos de venda e dos itens produzidos.

Desta forma, observou-se que apenas 29% dos entrevistados possuíam carro e 56% moto, respectivamente. Ninguém apontou a utilização de ônibus, que se encontrava restrito apenas ao uso escolar, caso necessitassem teriam que interceptar o ônibus na rodovia, o que daria uma média de aproximadamente 20 km do assentamento. Por isso, havia preferência de entrega da produção à atravessadores a preços impraticáveis, mesmo sabendo que a maior margem de lucro ficaria entregue a eles.

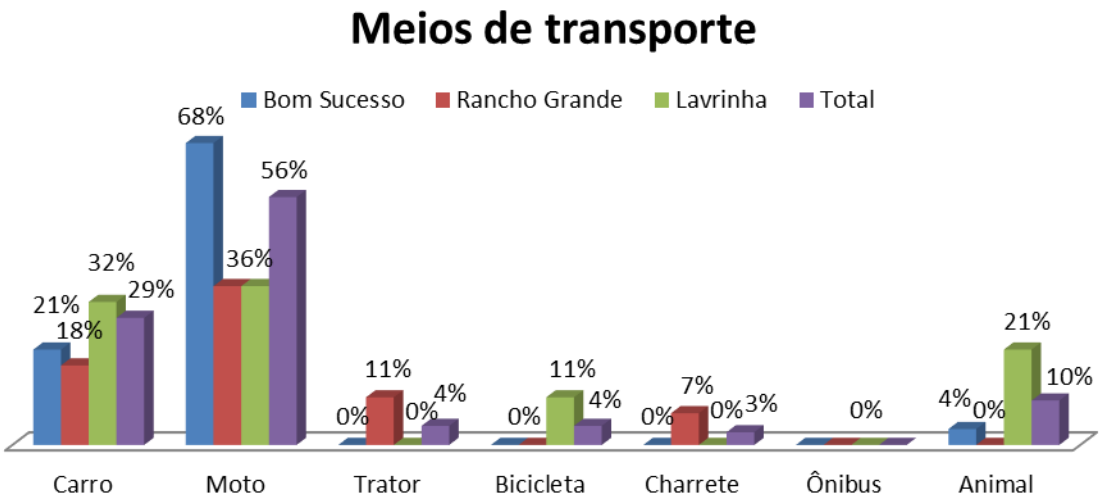


FIGURA 20 – Principais meios de transporte utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO.

Vale ressaltar ainda, no processo de logística que, relativo à confiabilidade, os controles ineficientes e a falta de registros resultam numa identificação muito abstrata da quantidade produzida e comercializada, não havendo segurança na informação, nem sobre o total de produtos oferecidos pelos assentamentos, e a frequência de entrega dos itens por quantidade nos pontos de comercialização (CABRAL, 2013).

3.4 Saneamento e Saúde

Nos três Projetos de Assentamento foi observada a ausência de postos de saúde. Conforme dados da tabela 8, quando os assentados necessitam de atendimento médico precisam dirigir-se aos postos mais próximos localizados nas cidades de Goiás, Trindade, Itaberaí e Goiânia. Neste estudo verificou-se que em torno de 83% dos assentados contam com agentes de saúde que visitam as residencias, por intermédio do Programa Saúde da Família (PSF), como nos estudos de CARVALHO (2009) e LEITE JUNIOR (2011). Contudo, estes autores relataram que as visitas são pouco frequentes e sua atuação se restringe à entrega de remédios e à marcação de consultas. As agentes são mais assíduas nas parcelas onde algum membro da família toma remédio controlado, sendo comum à entrega mensal de remédios.

TABELA 8 – Opções de assistência médica e local de acesso preferencial pelos assentados no município de Goiás-GO

	Rancho Grande	Lavrinha	Bom Sucesso	Frequência	%
Assistência Médica 1					
Agente de Saúde	0	0	0	0	0%
Posto de Saúde	0	1	0	1	1%
Programa Saúde da Família	16	16	26	58	83%
Hospital Municipal	2	7	2	11	16%
Assistência Médica 2					
Agente de Saúde	1	1	4	6	25%
Posto de Saúde	1	0	0	1	4%
Programa Saúde da Família	0	2	0	2	8%
Hospital Municipal	2	8	5	15	63%
Local					
Goiânia					41%
Cidade de Goiás					41%
Itaberaí					15%
Trindade					3%

Sabe-se que a qualidade da saúde está diretamente relacionada ao acesso a água de qualidade não só para o uso humano, mas também para o uso animal como medida preventiva de algumas zoonoses. Portanto diante de aspectos sanitários pesquisados observou-se que a principal fonte de água dos assentamentos era proveniente de poços artesianos, mas ainda encontramos famílias que fazem uso da agua de represas (Figura 21). Já para utilização animal a principal fonte de água era de rios ou córregos, o que pode ocasionar problemas principalmente de verminoses, visto que é um reflexo fisiológico os animais defecar ou urinar ao entrar em contato com a água.

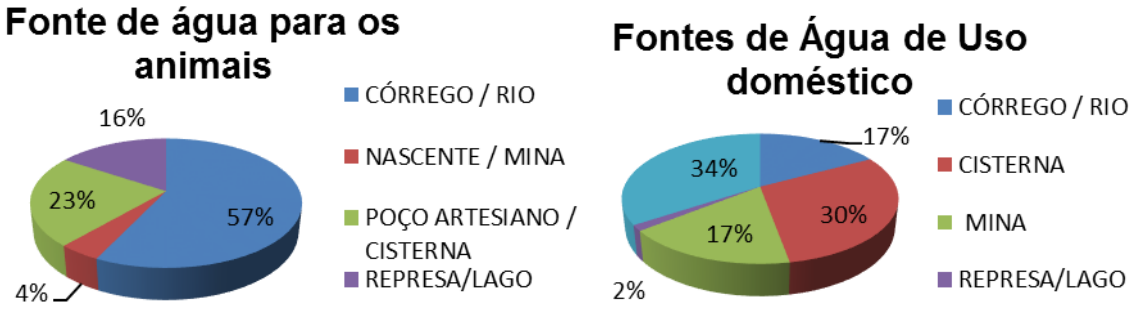


FIGURA 21 – Fonte de água para uso doméstico e produção animal utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO.

Outros aspectos importantes quanto ao saneamento e à saúde foram relacionados na tabela abaixo. Observou-se que 29% das famílias continuavam bebendo água direto da fonte, e mesmo que seja proveniente de poço artesiano, era importante ao menos um processo de tratamento desta água, como a filtragem, para evitar algumas contaminações de tubulação e caixa d'água.

Todas as famílias dispõem de fossa séptica para destinação dos dejetos. Das opções de descarte do lixo doméstico observou-se que 65% queima o lixo e 23% queima e enterra, enquanto o ideal e esperado seria encaminhá-lo até a cidade para tratamento correto e aproveitamento em recicladoras.

TABELA 9 – Meios de tratamento da água, destinação de dejetos sanitários e lixo doméstico nos Projetos de assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso utilizados pelos assentados no município de Goiás-GO.

Forma de tratamento da água de beber	Frequência	%
Filtrada	48	69%
Coada	2	3%
Fervida	0	0%
Coada/Filtrada	0	0%
Direto da Fonte	20	29%
Coada/Fervida	0	0%
Clorada	0	0%
Destino dos Dejetos Sanitários		
Rios e Córregos	0	0%
Fossa Séptica	70	100%
Céu Aberto	0	0%
Destinação do lixo doméstico		
Enterra	2	3%
Queima	49	65%
Queima e enterra	17	23%
Despeja nos cursos d'água	0	0%
Lixão da cidade	7	9%
Despeja a céu aberto	0	0%

3.5 Acesso ao Crédito e Capacitação

Para realizar o levantamento dos cursos e oficinas praticados e desejados, foi elaborada uma lista para assinalar e estimular a lembrança de outras prováveis capacitações, dentre elas: meio ambiente, bovinocultura, suinocultura, avicultura, conservas, olericultura, alimentação alternativa, associativismo, agricultura orgânica, industrialização de leite, armazenamento, cultivo da mandioca, processamento de frutas, comercialização, construção de fossa séptica, cooperativismo, manejo de pastagens, fabricação de farinha, viveiro de mudas, destinação de lixo, preservação de aguadas e outros.

Verificou-se que 29% dos cursos praticados foram na área da bovinocultura leiteira, corte ou mista. O Segundo curso mais praticado foi na área de industrialização do leite, ou seja, fabricação de produtos derivados do leite, como: doce de leite, iogurte, requeijão, etc.

Isto confirma as informações obtidas anteriormente em que mostram claramente que a atividade principal dos Projetos de Assentamento é a produção de gado leiteiro ou mista.

Na categoria outros com 33% do total, são observados cursos que não foram listados, como: apicultura, piscicultura, administração rural, trançado em fita, organizacional, vacinação, inseminação artificial, doces cristalizados, irrigação e qualidade e higiene organizacional e de produção (qualidade total, 5s, de olho na qualidade).

Concordando com LEITE JUNIOR (2011), verificou-se uma carência de capacitação e habilitação profissional para todos os componentes das famílias, não somente na área produtiva, mas também na área organizacional, ambiental e social. Houve um significativo aumento das pessoas participantes de alguns cursos eventuais oferecidos principalmente, pela Agência Rural, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), porém, sem a devida continuidade e com poucas aplicações práticas. A participação dos beneficiários em cursos e o tema dos mesmos pode ser observada na Tabela 10. O perfil mais apto das atividades pecuárias em relação as agrícolas também pode ser observado na tabela.

TABELA 10 – Participação em cursos nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha no município de Goiás-GO.

	Bom Sucesso	Rancho Grande	Lavrinha	Frequência Total	%
Meio Ambiente	1	0	1	2	3%
Bovinocultura	8	5	7	20	29%
Suinocultura	1	1	1	3	4%
Avicultura	0	1	1	2	3%
Associativismo	2	0	0	2	3%
Industrialização de leite	5	2	5	12	17%
Manejo de Pastagens	1	1	1	3	4%
Fabricação de farinha	1	0	0	1	1%
Viveiro de mudas	0	1	0	1	1%
Destinação do lixo	1	0	0	1	1%
Outros	11	1	11	23	33%

Quando questionados sobre cursos que gostariam de participar foram apontados em maior quantidade: inseminação artificial, meio ambiente e bovinocultura. Apontamentos isolados também ocorreram para os cursos de cerca elétrica, cultivo de mandioca, casqueamento, doma racional, agricultura orgânica e manejo de pastagens. Já os cursos desejados em especial por mulheres e jovens foram: cultivo de pimenta, derivados do leite, doces cristalizados, processamento de frutas, culinária e artesanatos.

Esta demanda de cursos de meio ambiente é uma tentativa dos beneficiários em solucionar um problema de não acesso ao crédito, ocasionado pela não regularização dos Projetos de Assentamento quanto à averbação de reserva legal e cumprimento da legislação ambiental vigente. A não liberação da Licença de Instalação e Operação (LIO) impossibilita que os beneficiários tenham acesso ao crédito em operações como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo. Quando se observou as operações de crédito, por exemplo, ficou claro a dificuldade dos beneficiários em acessar outras linhas após o PRONAF. Isto acontecia porque a não regulamentação ambiental do assentamento impedia a geração de novas Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF específica daquela operação (Figura 22).

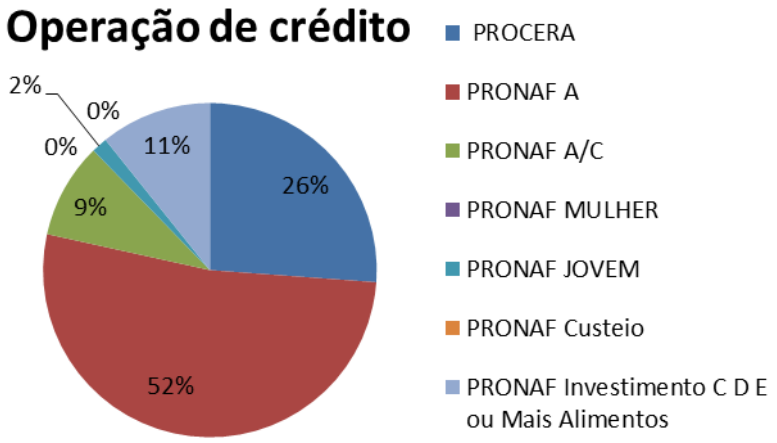


FIGURA 22 – Distribuição dos financiamentos por operação de crédito nos três Projetos de assentamento no município de Goiás-GO.

SOUZA et. al (2009) em um estudo realizado sobre os assentamentos rurais da Cidade de Goiás, afirmou que apesar do INCRA classificar esses assentamentos como um assentamento em consolidação, no trabalho de campo, foi possível perceber que esses assentamentos e seus assentados sobreviviam sem uma política direcionada para o potencial agrícola da região e sem uma política de créditos agrícola capaz de atender as suas necessidades.

Das operações realizadas pelo PRONAF nos três assentamentos 73% foram aplicadas na atividade bovinocultura leiteira, 16% aplicadas na bovinocultura mista, 4% em lavouras anuais, e 7% em lavouras semi-perenes (Figura 23), respectivamente.

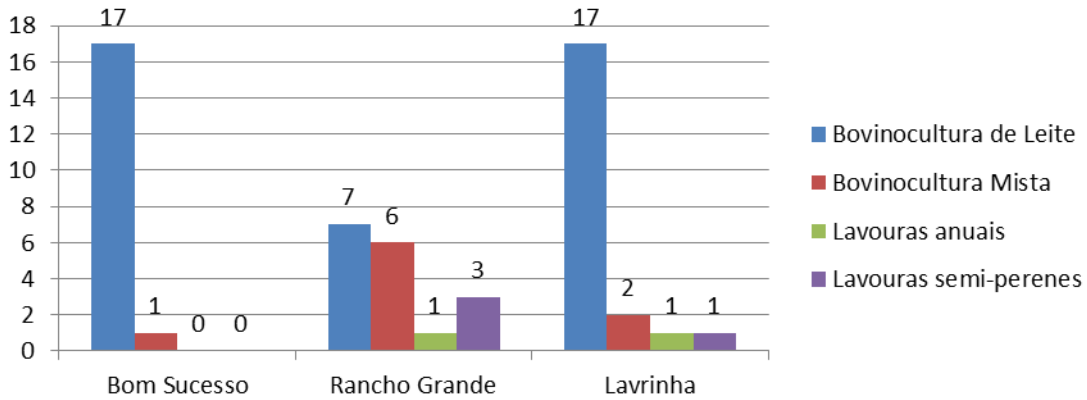


FIGURA 23 – Atividades financiadas pelo PRONAF nos Projetos de Assentamento Bom Sucesso, Rancho Grande e Lavrinha no município de Goiás-GO.

A disponibilidade de estrutura para a atividade leiteira na região e a experiência dos agricultores na produção de leite fizeram com que uma parcela significativa dos assentados investisse suas economias e os créditos da reforma agrária na atividade, tornando o leite um produto de grande importância na geração de renda nos assentamentos (ALTAFIN et.al 2011). Quando os recursos financiados não eram aplicados diretamente para inserção na bacia leiteira, eram aplicados em lavouras subsidiando tal atividade.

Isto porque a estruturação da cadeia produtiva e a facilidade na comercialização do produto passava certa segurança aos assentados no momento de investir na atividade. Outro aspecto importante era a garantia na renda mensal com a venda, sem grandes esforços, do produto.

Os juros especiais aplicados à agricultura familiar, os bônus por adimplência e rebates oferecidos pelo governo para quitar as dívidas, são políticas para favorecimento do fortalecimento da agricultura familiar. Porém observou-se que mesmo com todos estes esforços, 23% das operações de credito encontravam-se negativadas e os beneficiários em restrições junto ao agente financeiro (Figura 24), denotando ineficiência no modelo assistencialista e paternalista do governo.

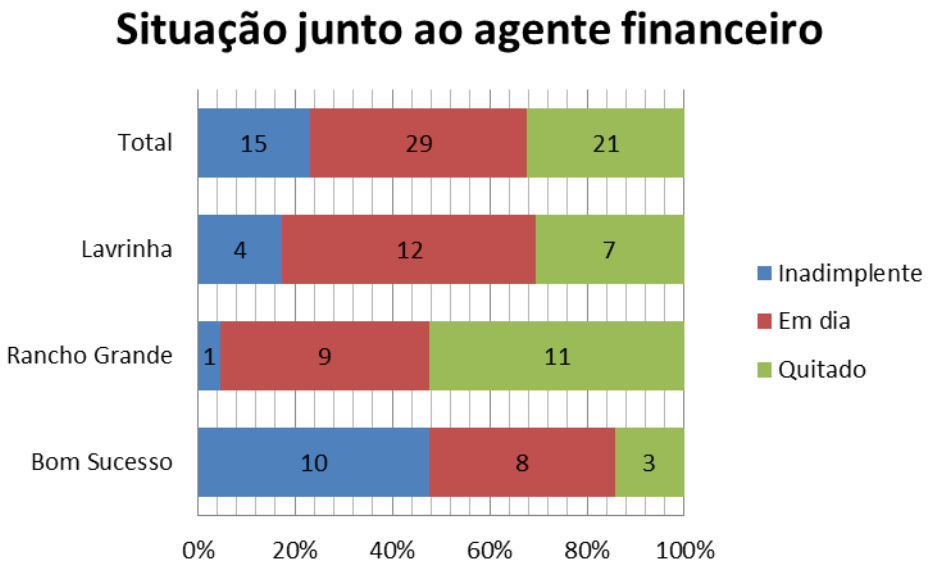


FIGURA 24 – Situação dos beneficiários junto ao agente financeiro após realização de operações de crédito em assentamentos no município de Goiás-GO.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos, pode-se chegar à conclusão que, o que perpetua entre a maioria dos beneficiários é um saudosismo da época de infância e das histórias que os avós e os pais contavam da vivência no meio rural, porém que não se caracteriza como um *"Know-How"*, já que suas experiências e construção da personalidade se deram fora deste meio, sendo grande o número de pessoas que não possuem aptidão com a terra.

Os baixos níveis de escolaridade traduzidos em baixo capital intelectual, dificultaram o processo produtivo e o acesso as tecnologias, limitando o desenvolvimento agrícola e a qualidade de vida das comunidades. Um agravante ao deficiente desenvolvimento escolar se deve à precária infraestrutura das escolas rurais, transportes escolares e qualidade das estradas.

De modo geral, observou-se que os assentados demonstraram maior aptidão pecuária do que agrícola.

A dificuldade de controle e gestão por parte dos assentados e sua estrema dificuldade na comercialização dos produtos são aspectos que comprometem seriamente a produtividade, qualidade de vida e continuidade desta categoria.

O não cumprimento da legislação ambiental no planejamento do assentamento e instalação das famílias gerou desconforto entre os beneficiários e o órgão gestor dos Projetos de Assentamento. A impossibilidade de acesso ao crédito dificultou o desenvolvimento e inovação nas atividades agropecuárias.

REFERÊNCIAS

1. ALEIXO, D. N. S. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes, no assentamento Capelinha, Conceição de Macambu, RJ**. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

2. ALTAFIN, I; PINHEIRO, M. E. F.; VALONE, G. V.; GREGOLIN, A. C. Produção Familiar de Leite no Brasil: Um estudo sobre os assentamentos de Reforma Agrária no Município de Unaí (MG). **Revista UNI**, Minas Gerais, v. 1, n.1, p. 31-49, 2011

3. BRASIL, **Decreto 59.428/66, de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o estatuto da terra. Disponível em: < http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116073/decreto-59428-66> Acesso em: Agosto de 2014.

4. BRUNO, R, MEDEIROS, L. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos.** Projeto de Cooperação técnica MEPF- INCRA/FAO. Brasília, dezembro, 1998.

5. CABRAL, S; VITAL, T.; MENELAU, A. S. Logística de distribuição dos assentamentos Timbó e Granja Jumbo em Moreno, Estado de Pernambuco. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.43, n.2, p. 57-67, 2013.

6. CARVALHO, S. P.; FERREIRA, G. A.; MARIN, J. O. B.; VARGAS, F.; BELO, A. F. C. F.; MENDONÇA, D. C. Reforma agrária: a realidade de um assentamento rural. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 67-97, 2009.

7. GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia:** O caso do Brasil. Brasília: INCRA/FAO, 1998, 24p.

8. GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F.G.; ICHIHARA, SILVIO M.; AZZONI, CARLOS, R. C. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural,** Rio de Janeiro, v.44, n 03, p. 355-382, 2006.

9. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE,

2001-2009. CD-ROM. Disponível em: www.ibge.gov.com.br. Acesso em: 10 de mai. 2012

10. LEITE JÚNIOR, C. B. **Indicadores social-econômico e ambiental em assentamentos de reforma agrária no cerrado goiano.** 2011, 66f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-graduação em Agronomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

11. LIMA, P. V. P. S; CASIMIRO FILHO, F; MUNIZ, K. T; CASIMIRO, M. I. E. C. Relações de gênero no cotidiano de homens e mulheres do Assentamento Santana no Ceará. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rura, 2008, Rio Branco. **Anais...**Acre, 2008. 18p.

12. LOPES, E. S.; MATOS, E.; ALVES, M.; SILVA, T. **Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado de Sergipe**. In: Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Maud, pg. 229 a 270. Rio de Janeiro, 2004.

13. MARQUES, P. E. M, LUCAS, A. **Reforma Agrária e desenvolvimento territorial em questão:** estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. 36º Encontro Anual da ANPOCS. 2012, Águas de Lindóia SP

14. MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2006, 228f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

15. PIRES, M. A. P. Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais da região de Ponta Porã e perspectivas de desenvolvimento local. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.

16. RIBEIRO, M. M. C; FERREIRA NETO, J. A.; DIAS, M. M.; FIÚZA, A. L. C. Análise das causas de evasão em assentamentos de reforma agrária no Estado do Tocantins. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XVIII, nº 22, 132p, 2011.

17. ROSA, L. A. B., GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana - PR. **Semina: Ciências Agrárias,** Londrina, v.32, n.3, p. 809-828, 2011.

18. RUA, M. das G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 348p, 2000.

19. SANGALLI, A. R**.. Assentamento Lagoa Grande em Dourados/MS**: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento. 2013. 105f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados/MS, 2013.

20. SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, vol.47, n.3, pp. 615-636, 2009.

21. SILVA, D. S. **A produção camponesa de leite no assentamento Sul Bonito em Itaquiraí - MS**. 2011. 59f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), PR, 2011.

22. SOUZA, F. E., COELHO J. B., RODRIGUES, M. S. C., BORGES, J. A. Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no município da Cidade de Goiás. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Agrária, 2009. P.1-27.

23. VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, F. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). **Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida. Brasília**: IPEA, 2011. 283 p.

24. ZINGA, M. R. M. **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes**. 2004. 120f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS MULHERES ASSENTADAS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS, GO

RESUMO

Objetivou-se com este trabalho caracterizar aspectos sociodemográficos das mulheres dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, localizados no território do Vale do Rio Vermelho, município de Goiás, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação de metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural, capazes de auxiliar a mudança comportamental-cognitiva e promover sustentabilidade social e econômica da região. Para realizar um estudo qualitativo e quantitativo, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, onde a análise do discurso de atores sociais, por meio da técnica de analise de conteúdo, é bastante empregada e precisa especialmente no que se refere ao levantamento de indicadores de avaliação, que nem sempre são encontrados na literatura e são relevantes para construção de instrumentos de mensuração dos diferentes fenômenos sociais que envolvem tanto as tecnologias quanto as referidas práticas conservacionistas. Os resultados evidenciam que a maior quantidade de mulheres encontra-se acima dos 40 anos de idade. Há um expressivo envelhecimento populacional causado pela descontinuidade de crenças entre as gerações. As mulheres apresentam dificuldade no poder de decisão e tem preferencia a atividades voltadas ao lar, culinária, costura, e criação de pequenos animais, devido crenças de machismo e comportamentos submissos e subalternos. Reconhecem a importância da assistência técnica continuada para o sucesso da atividade agropecuária e de formas associativas e cooperativas para o fortalecimento da comunidade. Concluiu-se que as metodologias de trabalho e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social devem abranger mudanças comportamentais-cognitivas em todos os membros da comunidade, tanto femininos quanto masculinos. Há mais efetividade no trabalho de mudanças comportamentais propriamente do que na capacitação da mão-de-obra.

Palavras-chave: agricultura familiar, comportamento, crenças, gênero.

SITUATIONAL DIAGNOSIS AND ANALYSIS OF DISCOURSE SETTLER WOMEN OF AGRARIAN REFORM IN THE MUNICIPALITY OF GOIÁS

ABSTRACT

The objective of this work was to characterize sociodemographic aspects of women of Settlement Projects Rancho Grande, Lavrinha and Bom Sucesso, located in the territory of the Valley of the Red River, municipality of Goiás, with views to subsidize the development and implementation of methodologies for Technical Assistance and Rural Extension, able to assist the change cognitive-behavioral and promote social and economic sustainability of the region. To perform a qualitative and quantitative study, questionnaires with open and closed questions, where discourse analysis of social actors, through the technique of content analysis is employed and quite accurate especially when it comes to collecting indicators were applied evaluation, which are not always found in the literature and are relevant for construction of measurement instruments of different social phenomena that involve both technologies such as conservation practices. It follows that as many women are over 40 years of age. There is a significant population aging caused by discontinuity of beliefs between generations. Women have difficulty with decision-making power and has preference to activities related to the home, cooking, sewing, and raising small animals because of machismo beliefs and submissive and subordinate behaviors. Recognize the importance of continued service to the success of farming and associative and cooperative ways to strengthen the community. Working methodologies and focused on social development policies must cover behavioral and cognitive changes in all community members, both female as male. There are more effective at work than strictly behavioral changes in training of manpower.

Keywords: family farming, behavior, beliefs, gender

1. INTRODUÇÃO

Durante décadas as mulheres têm lutado buscando a ocupação do seu espaço em direito igualitário. Este processo não é diferente quanto à luta pela terra, acesso ao credito e a renda. Sua imagem, como pode ser observada e descrita por vários autores, no âmbito rural, foi vinculada apenas como uma ajudante, subjugando seu trabalho e dignidade.

Com o grande percentual de mulheres inativas economicamente e o exorbitante percentual de mulheres consideradas sem renda, segundo estudos do IBGE, torna-se importante a realização da análise do perfil das mulheres em discussão, com um potencial aproveitamento desse recurso humano “ocioso” para desenvolvimento da economia local. Poucos estudos, porém, foram realizados no sentido de análise do discurso destas mulheres, para melhor conhecer suas necessidades, anseios, dificuldades e limitações.

De acordo com Bardin (2009) há um método de estudo para se analisar quantitativamente e qualitativamente um discurso, sendo esse teste realizado por associação de palavras. O método de Bardin é o mais antigo dos testes projetivos, e permite em psicologia clínica, ajudar a localizar as zonas de bloqueamento e de recalcamento de um indivíduo.

As crenças são consideradas variáveis antecedentes, isto é, determinantes dos comportamentos humanos. Tomadas como unidades mínimas de análise, tornam-se estratégicas para qualquer estudo comportamental, inclusive no caso de ações relacionadas à adoção de práticas conservacionistas (ROCHA et al, 2011).

Desta forma objetivou-se com este trabalho caracterizar aspectos sociodemográficos e crenças das mulheres dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, localizados no território do Vale do Rio Vermelho, município de Goiás, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação de metodologias de Assistência Técnica e Extenção Rural, capazes de auxiliar a mudança comportamental-cognitiva e promover sustentabilidade social e econômica da região.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Local

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2013 e 2014, nos projetos de assentamento Rancho Grande, Lavrinha e Bom Sucesso, todos localizados no município de Goiás/GO. O projeto de assentamento Rancho Grande foi criado no ano de 1991, possui uma área de 800,14 há e capacidade para 21 famílias assentadas. O projeto de assentamento Lavrinha foi criado no ano de 1995, possui uma área de 706,71 há com capacidade para 28 famílias assentadas. E o projeto de assentamento Bom Sucesso, criado no ano de 2004, possui uma área de 1714,15 há e capacidade para 30 famílias assentadas (INCRA, 2012)

2.2 Instrumentos e coleta de dados

Dois questionários foram elaborados em 2012 por acadêmicos de mestrado, professores do Programa de Pós Graduação em Ciência Animal (PPGCA) da escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás (EVZ-UFG) e colaboração da professora Maria Esperanza Camacho, da Universidade de Córdoba (UCO), na Espanha. Os questionários se diferem quanto as variáveis estudadas, a metodologia de aplicação para coleta dos dados e público submetido; sendo um com perguntas fechadas destinado as mulheres da reforma agrária (Anexo A) e dois de perguntas abertas destinadas as mulheres da reforma agrária (Anexo B e C).

O questionário de perguntas fechadas constitui de variáveis que se designam ao intuito de levantar um diagnóstico da situação sociodemográfica das mulheres, como: idade, escolaridade, renda, participação de organização social, destino da produção e conhecimento de políticas publicas de inserção ao mercado. Este questionário foi aplicado verbalmente e assinaladas as respostas pelo próprio pesquisador, em folha A4, com vista a não criar desconforto com analfabetas e semianalfabetas. As respostas a estas questões foram posteriormente tabeladas em documento eletrônico para submeter à análise estatística.

O questionário de perguntas abertas, constituía de 13 questões que buscavam extrair do entendimento destas mulheres sobre a importância do seu

posicionamento nas relações de produção e trabalho, suas dificuldades e anseios em relação à vivência e sociabilização no campo, interação política e realização pessoal. Estes discursos não foram direcionados, no sentido de ouvir destas mulheres a visão que elas têm delas próprias inseridas neste processo e a visão que idealizam. Para isso as oratórias foram gravadas em aparelho gravador da marca Sony e digitalizado para computador para posteriormente ser transcrito para documento digital do Word.

2.3 Público alvo e análise dos dados

Utilizou-se delineamento tipo correlacional, com amostragem não probabilística. O critério de definição do tamanho da amostra foi o de saturação das crenças na forma de enunciados. Isso significa que a coleta de dados foi realizada até o momento em que se percebeu a constante repetição das respostas em relação às questões apresentadas (ROCHA et al, 2011), aproximadamente 13% das mulheres.

A análise dos itens sociodemográficos, contidos no questionário de perguntas fechadas (Anexo A), foi realizado por meio de planilha descritiva Excel.

O segundo questionário, contendo perguntas abertas (Anexo B), foi analisado qualitativo e quantitativamente segundo o modelo de análise de conteúdo (BARDIN, 2004), a partir de entrevista gravada e transcrita em documento eletrônico Word.

2.4 Método de análise

A primeira etapa denomina-se pré-análise. Por se tratar de entrevista, as questões norteadoras e hipóteses foram consideradas na elaboração das perguntas. Foi realizada uma “leitura flutuante”, cujo, informações sem entendimento lógico e que não se relacionavam com o objetivo da pesquisa (pertinência) foram desconsideradas. Logo, os conjuntos de respostas dos discursos foram transcritos em lauda do Word, sem inserir as perguntas, formando assim o que chamamos de *corpus*.

Na segunda etapa o corpus foi seccionado em unidades de registro ou *recortes*, separados pelo símbolo barra (/). Nesta fase de análise ocorreu a

codificação do corpus, em que cada recorte permitiu uma descrição característica pertinentes do conteúdo, podendo ser o tema, palavra ou frase. Na formação das Unidades de Contexto Elementar (UCEs), as sentenças que possuíam idéias de contrariedade, adversidade, complementaridade ou que tinham sentido dedutivo foram consideradas unitárias, ou seja, foram contabilizadas uma única vez. Já sentenças que apresentavam ideias confirmatórias (reiteração) foram consideradas UCEs diferentes e contabilizadas em sua individualidade. Em seguida houve a categorização das informações, em que as UCEs que continham a mesma acepção foram adornadas de mesma cor e aglomeradas em grupos temáticos semelhantes, podendo ser posteriormente divididas em subcategorias primárias, secundárias e terciárias. A nomenclatura das categorias e subcategorias foi dada com base na semântica do conteúdo das UCEs. A análise quantitativa das informações foi realizada ao computar as UCEs (% e *f*) de cada grupo organizacional, incluindo as subcategorias.

Na terceira etapa, fase inferencial, foi realizada a interpretação, dedução e conclusão do que esconde sob a aparente realidade do discurso, o que quer dizer em profundidade certas afirmações. A inferência foi fundamentada na experiência profissional, referenciais teóricos utilizados e observações realizadas ao longo da coleta (GORDO, 2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Perfil Sociodemográfico das Mulheres

A caracterização do perfil das mulheres do assentamento é de fundamental importância para que se possam analisar os dados informados por elas próprias em contraste aos dados da média dos chefes de família homens e mulheres. Isto porque a partir desta distinção obtemos informações que estavam implícitas ou que retratam a visão feminina.

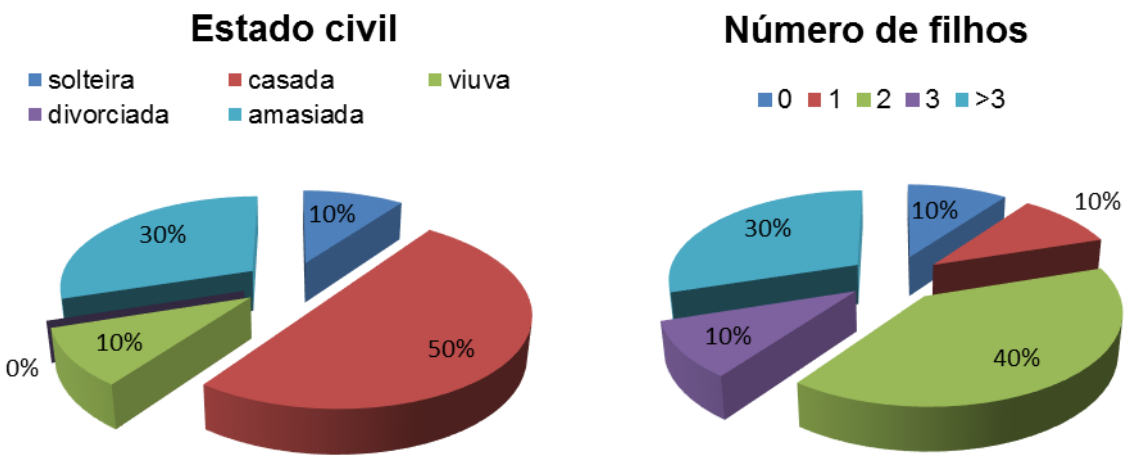


FIGURA 1 – Percentual de mulheres entrevistadas por estado civil e quantidade de filhos.

Observa-se que metade das mulheres eram casadas legalmente e 30% relataram estar em união estável. Em relação à quantidade de filhos 60% tiveram até três filhos e 30% acima disto (Figura 1). Porém quando analisados os dados da figura 2, observa-se que metade das mulheres alegou que residiam apenas duas pessoas em suas casas e 30% que residiam quatro pessoas em suas casas. Isto demonstra que os jovens, filhos dos beneficiários não se encontram mais nos assentamentos.

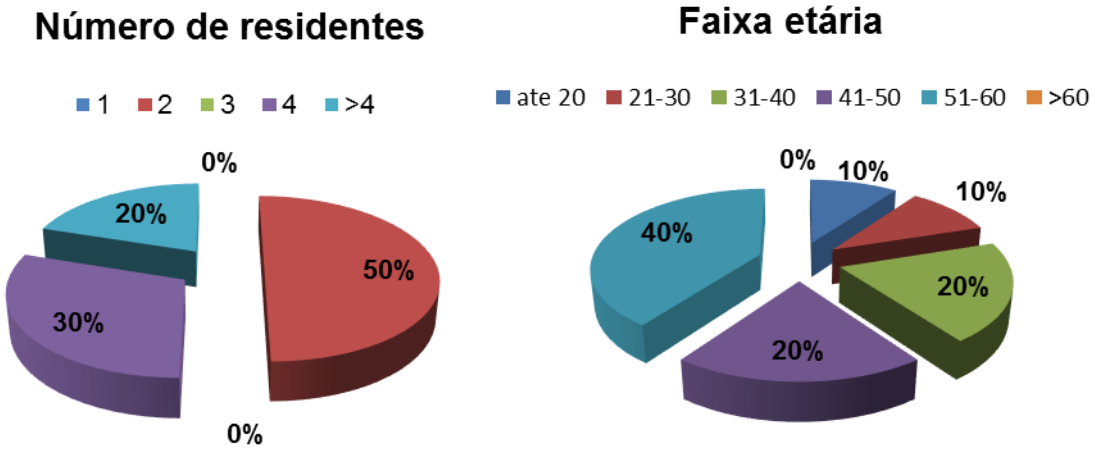


FIGURA 2 – Percentual de residentes e faixa etária das mulheres entrevistadas

A ideia acima é ainda reforçada quando entendemos que houve envelhecimento populacional, visto que 60% apresentaram idades superiores a 41 anos de idade. Assim os dados retratam que houve êxodo por parte dos jovens,

provavelmente para concluir estudos, buscar outras fontes de renda ou constituir família em outros lugares.

Quanto ao grau de escolaridade das mulheres, observa-se que 10% não são alfabetizadas, valores inferiores ao censo do IBGE (2012) em que o percentual médio de analfabetos no meio rural era de 4,6% no ano de 2010.

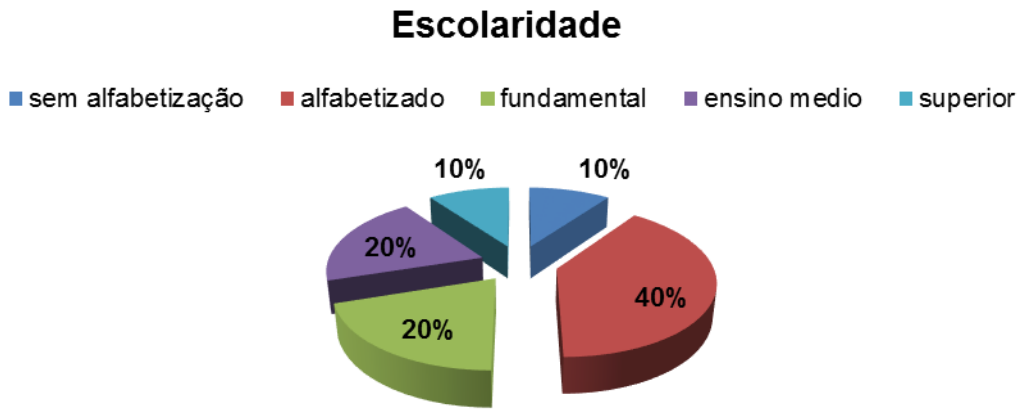


FIGURA 3 – Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas

O grau de escolaridade da maioria das mulheres foi até a alfabetização, 40%. Outro aspecto importante que pode ser observado na figura 3 e nos dados acima mencionados é que corroboram com os observados na média populacional apontados no capítulo 2. Assim confirma-se que a amostra das mulheres entrevistadas é representativa à comunidade dos Projetos de Assentamento Rancho Grande, Lavrinha e bom Sucesso.

Quanto questionadas sobre a participação em organizações e a interação social, 80% participavam de algum tipo de organização. Destas, apenas 20% das participações apontadas eram para associação dos P.A., 20% eram para o sindicato, visando facilidade para aposentar como produtora rural, 33% para grupos de igreja, 7% grupos de família, 13% FETAEG e 7% para outras organizações, em especial o grupo de produtoras de frango em garantia ao acesso ao crédito instalação apoio mulher, do INCRA.

Estas informações corroboram com as afirmações de MOURÃO (2011) que diz:

Contudo participação das mulheres nas ações coletivas de eventos (reuniões, seminários, oficinas de trabalho) ainda é em número muito menor que os homens, e geralmente quando se envolvem em alguma atividade concreta, o fazem

especificamente nos temas ditos “sociais” (tais como saúde e educação) e em intensidade muito menor, nas atividades ditas “econômicas” (ligadas com a produção agrícola ou pecuária, e com a comercialização dos produtos). Neste último caso, sua inserção também se dá em atividades bem segmentadas, como a transformação de produtos (agroindústrias caseiras), serviços (turismo rural) ou atividades hortícolas.

Em relação a renda familiar, 10% responderam possuir renda menor que meio salário mínimo, 20% maior que meio salário, 40% de um salário e 30% de até dois salários mínimos. Nenhuma das mulheres apontou valores superiores a dois salários. O observado no capítulo 2, foi que a renda média dos três projetos de assentamento era de dois salários, logo observamos que as mulheres têm impressão de que a renda familiar é inferior ao valor obtido. Deduz-se com isto, a falta de conhecimento sobre o orçamento familiar, principalmente quanto a receita. Na figura 4, pode-se observar o destino da produção, onde 20% alegam que o que se produz é para autoconsumo.

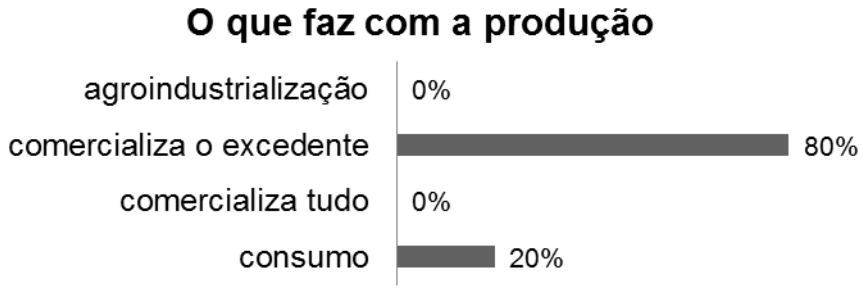


FIGURA 4 – Destino da produção.

Segundo LOPES (2003) dentro da unidade de produção, as tarefas consideradas como voltados para a comercialização, mercado, banco (depósitos e financiamentos), contratação de técnicos e participação de reuniões de sindicatos e de cooperativas são, geralmente, de responsabilidade masculina.

Para as mulheres entrevistadas, 23% da origem da renda está vinculada a atividades avicultura caipira e bovinocultura leiteira, 15% proveniente de programas oficiais do governo, 12% da aposentadoria e pecuária e 4% de aluguel de pasto e agricultura (Figura 5).

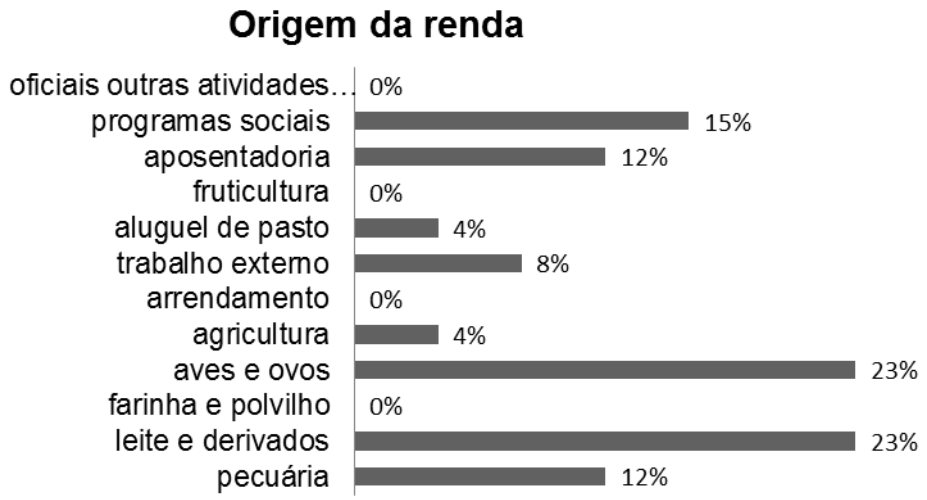


FIGURA 5 – Percentual de contribuição dos itens na renda familiar.

Pode-se observar que ao analisar os dados da figura 5 e contrastar com dados do capítulo 2, verifica-se um aumento significativo da participação do item aves e ovos na composição da renda familiar. Acredita-se que esta visão reflete a realidade das mulheres, em que, embora se tenha conhecimento de que a produção de leite está fundamentada na utilização da mão de obra feminina, isto não implica que as mulheres sejam consideradas responsáveis pela gestão dos estabelecimentos onde se desenvolve a atividade (IPARDES, 2009). Portanto as mulheres têm preferencia por espécies menores como aves, caprinos e ovinos. Isto porque apesar do lucro ser baixo, o custo inicial é menor, e os homens são menos propensos a interferir (AYORADE, 2009).

Políticas voltadas ao empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho são cada vez mais frequentes. Porém a não participação destas mulheres em reuniões e capacitações limita a ação destas políticas. Ao serem questionadas quanto ao conhecimento de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, apenas uma mulher respondeu não conhecer nenhuma das opções citadas, 40% alegaram conhecer apenas uma das políticas, 20% conheciam duas, e 30% conheciam três das políticas citadas.

Observa-se, portanto que ao levantar as políticas de fortalecimento das mulheres o PRONAF foi o mais citado, ocupando 53% das respostas (Figura 6).Na categoria outros enquadravam programas como o PRONATEC e cursos do SENAR.

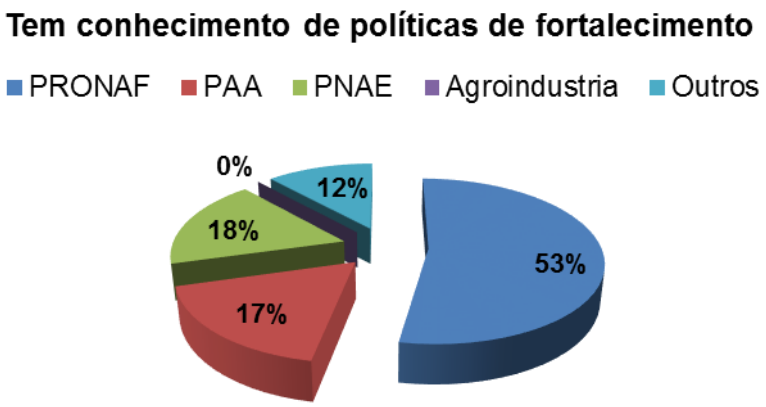


FIGURA 6 – Percentual de políticas que as mulheres detém conhecimento.

3.2 Análise das Crenças do Relato das Mulheres

3.2.1 Determinação do número de categorias

Inicialmente foi construído um corpus com 99% do conteúdo total proferido, alguns ajustes e descartes foram necessários, sendo aproveitados aproximadamente 61% do corpus original. O critério para realização dos descartes foi a dificuldade de algumas mulheres em manter o raciocínio lógico, expressar dificuldades em apresentar as respostas ou remeter-se a lembranças de histórias desencadeadas por determinado assunto.

As mulheres de forma geral declararam expressões como: “eu quase não dou conta de responder nada assim, ninguém quase nunca perguntou isso assim pra mim”; “a isso daí eu acho que não vou dar conta de responder isso pra você não Gabriella”, “Nossa você me apertou agora...” e demonstraram insegurança ao responder as questões verbalizando expressões como: “...será que tá certo isso?”. Apenas uma entrevistada se emocionou bastante e pediu para que não continuasse a entrevista.

Vale salientar que os questionários foram apresentados, analisados e aprovados previamente, pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, visando não causar transtornos de qualquer tipo. Possivelmente estes comportamentos são uma representação verbal da dificuldade de visualização da própria pessoa, um

sufocamento ao longo dos anos de suas características particulares de individualidade, como se elas nunca tivessem pensado sobre elas mesmas, quem são e o que querem. Apresentam também uma necessidade de legitimação no pesquisador, como se ele lhes ditasse o que deve ou não dizer sobre a própria realidade.

Do corpus extraído, resultou-se em 783 Unidades de Contexto Elementar totais. Esta análise possibilitou a categorização das UEC em seis grupos, sendo eles: Visão do trabalho feminino com 112 UCEs, Contratempos, Dificuldades e Insatisfações com 155 UCEs, Razões para Permanência ou Desistência da Atividade Agropecuária com 155 UCES, Empoderamento, Decisão e Capacitação com 142 UCEs, Impedimentos para Gerar Renda com 132 UCEs e Relação com a Terra com 87 UCEs.

3.2.2 Operacionalização e discussão das categorias e subcategorias

A Categoria 1 aspirou perceber crenças no enxergar do próprio trabalho, implícito no discurso das mulheres. Esta categoria foi dividida em subcategorias que permitiam o agrupamento das UCE por compatibilidade de informações. Apresentou então as subcategorias: 1-Obrigação, ajuda, sem valor; 2- Complementariedade; 3- Trabalho mais leve; 4- Trabalha mais (Tabela 1).

TABELA 1- Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 1 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas.

CATEGORIA 1 : VISÃO DO TRABALHO FEMININO			
Subcategoria primária	F	% Subtotal	% Total
Obrigação, ajuda, sem valor	57	51%	14%
Complementariedade	21	19%	
Trabalho mais leve	3	3%	
Trabalha mais	31	28%	
Subtotal 1	112	100%	

A subcategoria – Obrigação, ajuda, sem valor apresentou um total de 55 UCEs. As expressões demonstraram claramente um machismo inerente à sociedade e uma visão reducionista do trabalho executado pela mulher. Argumentações como “só os meninos trabalha aqui em casa”, “só cuido da casa”, “mas só ajudo” mostram a crença de inferioridade do serviço da mulher. Algumas mulheres chegam até a perceber essa relação que fica nítido na fala de uma entrevistada que aos 47 anos, com curso superior diz: “...mas assim, financeiramente acho que esse dinheiro não chega pra gente, porque ele mal da pra fazer a despesa da casa, então quer dizer a mulher só entra mais no trabalho. Fica só com o trabalho”. Isto ocorre mesmo relatando que as atividades praticadas durante o dia, que vão além das atividades domésticas.

A afirmação acima pode ser sustentada ao analisar a subcategoria - Trabalha mais. São exemplos desta categoria “... mulher não tem descanso não.” “trabalha o dia inteirinho”, “deita pensando no que vai fazer no outro dia”, “tem dia santo eles guarda, não quer trabalhar, e a mulher não tem jeito” e “nunca fico assim parada, vai indo uma coisa eu passo pra outra”. Quando questionadas sobre as atividades, além das domésticas, desenvolvidas por elas durante o dia estas relataram produzir polpas reservadas a cada época do ano, como pequi e caju, fazem polvilho, açafrão, cuidam de criações menores como galinhas, porcos, e ainda “ajudam” os companheiros em suas atividades diárias.

Outra subcategoria que vale salientar é a - Trabalho mais leve, em que apresentou apenas três UCEs: “só que o homem trabalha em serviço pesado”, “a mulher não” e “o serviço da mulher é mais maneiro”. Esta afirmação de que o serviço feminino é mais leve é retratada por diversos autores quanto aos estudos de gênero (PAULILO, 1982; PAULILO. 1987; MARCONDES et al, 2003; GRANJA, 2006; CALVELLI, 2013). As categorias trabalho “leve” e trabalho “pesado” são categorias que nos ajudam a compreender as desigualdades de gênero (CALVELLI, 2013), visto que trabalho “leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde (PAULILO, 1987). Segundo a autora, essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Para ela a conclusão é clara de que o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.

Pode-se observar, por exemplo, nos relatos da entrevista de numero 3, onde ao ser questionada sobre as atividades não domésticas que a entrevistada realiza ela declarou: “Vixi, eu capino, eu planto, se for pra roçar eu roço, faço farinha, faço polvilho, mexo com gado, tiro o leite, aparto vaca, ajudo a curar o gado...”. Notam-se claramente atividades que demandam esforço físico que deveriam ser, neste contexto, consideradas típicas do sexo masculino.

Já ao considerarmos as crenças de interdependência, observamos que 19% das UCEs da categoria 1 apontam complementariedade nas atividades diárias familiares. Esta subcategoria é composta por verbalizações como: “aqui tá todo mundo junto, ganhando junto”, “aqui é 50%”, “meio a meio”, “faz a parte dele eu faço a minha a gente trabalha junto pra manter as duas coisas bem”.

A categoria 2 faz menção aos pontos negativos apresentados pelas mulheres ao longo do discurso. Suas insatisfações foram categorizadas em seis subcategorias primárias e três subcategorias secundárias, contabilizando 20% das UCEs totais (Tabela 2).

TABELA 2 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 2 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas

CATEGORIA 2: CONTRATEMPOS, DIFICULDADES E INSATISFAÇÕES				
Subcategoria primária	Subcategoria secundária	f	% Subtotal	% Total
Estudo		24	15%	20%
Logística	Transporte deficiente	30	19%	
	Estrada ruim ou inexistente	15	10%	
	Eixão ruim ou inexistente	5	3%	
Recursos financeiros limitados		21	14%	
Desorganização social		37	24%	
Desenvolvimento pessoal e profissional		16	10%	
Outros		7	5%	
Subtotal 2		155	100%	

Foi considerada a categoria outros para abranger contrariedades diversas que não se apresentavam em volume de recortes para constituir novas subcategorias, mas que possuem relevância em ser mencionadas. Foi apontada a dificuldade com falta dos filhos que se ausentaram alegando carência de oportunidades profissionais e também quanto à distância da cidade relacionado adoecimento de um membro da família e o atendimento emergencial.

A subcategoria que também apresentou grande importância nesta categoria foi a denominada logística com 32% das UCEs. O grau maior de insatisfação está associado ao acesso à cidade para resolver problemas, pagar contas e fazer compras e quanto acesso ao transporte escolar e condições precárias do mesmo.

As expressões mais marcantes que retrataram o grau de insatisfação foram: “Tinha dia que dava vontade até de morrer, de tanto sofrimento nessas estradas”, “teve uma reunião que o pai disse que o filho anda treze km de a pé pra poder pegar o transporte escolar”, “Fazer compra, ai e difícil igual nisso daí eu sofro demais”, “não tem uma linha de ônibus pra ir pra Goiás”, “o ônibus também escolar, muito ruim”.

A insatisfação quanto o recurso financeiro também é um grande gerador de insatisfação entre as mulheres, isto porque apesar da média geral declarada de renda entre as três comunidades ser de dois salários mínimos, o orçamento familiar está vinculado ao da propriedade em geral. Logo grande parte do rendimento já esta comprometido com o pagamento dos custos de produção e reinvestimento na atividade.

Expressões como “eu tinha vontade assim de ter mais renda” e “a, eu agora eu sinto feliz porque só da gente pensar que tem e uma boa pra ajudar. Aposentadoria e dela que eu tô falando” não são incomuns, retratando por vezes até uma condição de insegurança alimentar em algumas parcelas. Outras como “porque a gente não tem dinheiro pra poder ajeitar, e isso” demonstra a dificuldade das famílias em investir nas parcelas o que prejudica inclusive o desenvolvimento local e do município, visto que mal produzem e mal compram. Logicamente que para se criar um indicador nessa magnitude outros índices deveriam ser cruzados a essas informações como escolaridade e capacidade gerencial.

Para esta categoria a subcategoria com maior importância foi a desorganização social. Neste aspecto as mulheres reconhecem a necessidade da

organização social, principalmente em forma cooperativa para a comercialização dos produtos, porém esperam isso dos companheiros, dos vizinhos, mas não tomam a iniciativa de se organizarem. Provavelmente isto ocorre devido outras crenças que as impedem, como por exemplo, a de subalternidade e a falta de experiências, já estão principalmente ligadas às práticas domésticas. Estes fatos podem ser observados nos seguintes fragmentos: “Por exemplo, montasse uma cooperativa, cada um tem um trem, vamos por pra vender, acho que ajudava bastante”, “E aqui ninguém combina um com outro, pra cooperativa não, cada um quer andar com sua própria cabeça”, “que nem os presidentes correm atrás dos benefícios ele fala que vai ajudar não arruma nada”, “Até nas reuniões, mas não antes era, você quer mandar”, “Aqui você esbarra muito nas pessoas que de certa forma a gente já estava conversando sobre isso, assim não tem uma visão de progresso”.

A categoria 3 faz alusão ao grau de empoderamento das mulheres. Foi subcategorizada em três grupos distintos que retratam aspectos do discurso quanto a dependência ou falta de autonomia das mulheres, poder de decisão sobre as atividades da unidade familiar e a relação intrínseca do conhecimento (Tabela 3).

TABELA 3 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 3 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas.

CATEGORIA 3: EMPODERAMENTO, DECISÃO E CAPACITAÇÃO				
Subcategoria primária	Subcategoria secundária	f	% Subtotal	% Total
Relação de dependência		28	20%	18%
Poder de decisão	Possui	26	18%	
	Não possui	33	23%	
Conhecimento	Medo do desconhecido	17	12%	
	Desejo de conhecimento	25	18%	
	Necessidade de conhecimento	13	9%	
Subtotal 3		142	100%	

A subcategoria primária Relação de dependência retrata a enorme falta de autonomia das mulheres que necessitam da relação com terceiros em diversas situações e não reconhecem em si a condição de agente de mudanças. Esta relação também provém da crença de submissão e subalternidade e causa deveras angústias nas entrevistadas. Compõem esta subcategoria fragmentos como: “eu não entendo esses negocio de mel é só ele que entende”, “Se ele tivesse aqui ele respondia tudo”, “Isso me impede deu poder crescer mais”, “Que que me impede, o ir e vir, não saber dirigir pra fazer os cursos em Goiás”, “na vida do campo tem muita coisa assim que você depende dos outros e não tem condições de realizar sozinho”.

No questionário de perguntas abertas algumas questões foram elaboradas com o intuito de mensurar o poder de decisão das mulheres, não somente questionado diretamente, mas principalmente com a interpretação ao longo do discurso em mensagens subentendidas. O que obtem-se é que há um equilíbrio entre as subcategorias secundárias em possuir ou não poder de decisão, aproximadamente 5% de diferença. As expressões apresentadas para validar o poder de decisão das mulheres foram: “Não, isso ai é ele que decide sabe mas pra comandar e organizar a aterra eu não tenho muita palavra não”, “Ah não tem como porque é o marido que decide”, “...porque o (nome próprio) olha, olha, e fala assim vamos fazer isso, ai se falar que não, não!”, “... mas se vai, ai eu ordeno mais” “eu disse eu preciso dessa assim e assim e ele disse não pode ir lá pegar”. A última expressão relata a história de uma família que produzia queijo e passou a entregar o leite no tanque, graças ao poder de decisão e a visão da mulher. Apesar de o queijo possuir maior valor agregado, com a entrega do leite houve aumento de produtividade e melhor controle orçamentário, visto que o recebimento passou a ser unitário em um só montante, além da facilidade do mercado estruturado.

Um dos maiores entraves para a mudança é o medo do desconhecido. Esse contexto pode ser observado na subcaregoria secundária medo do desconhecido, que segundo os relatos das entrevistadas a dificuldade de promover mudanças nas comunidades assentadas. Portanto nota-se: “Com tanto medo, mas ai nos tá aprendendo”, “Essas são as limitações que eu acho, pras mudanças, tudo que você traz de novo aqui é assustador”, “Todo progresso aqui é rejeitado. Depois eles vão aceitando devagarzinho e vão ate elogiando”, “E você teme fazer outra divida de novo. Porque você não tem o retorno”.

Segundo CASTRO (2012), são tantos os perigos, as vigilâncias e as punições que a população, assustada e muitas vezes adoecida, vai se tornando progressivamente mais passiva, mais conformada. Reduzindo sua vida ao cotidiano de seu trabalho alienado, diminuindo sua autonomia e suas possibilidades de humanização, sem possibilidades (e sem desejo) de tentar mudar a realidade a sua volta.

O desejo do conhecimento é uma subcategoria secundária criada a partir de desejos e anseios das mulheres assentadas de mudar a realidade de vida. Apresenta-se como mais uma categoria de visão de futuro apresentada por essas mulheres. Porém observa-se claramente que poucas são as UCEs voltadas para atividade agropecuária. Em sua grande maioria são expressões de cursos e realizações no âmbito extremamente feminino, do lar, como culinária e costura, são elas: “Ter eu tenho, mas todo mundo tem vontade de crescer na vida”, “Um curso que eu tenho vontade, é o curso de costura”, “Eu já tive demais vontade de fazer culinária”, “Doce, prefiro doce”.

A subcategoria secundária necessidade de conhecimento como o próprio nome diz faz alusão a necessidades percebidas pelas próprias entrevistadas em subsistir ou promover mudanças voltadas ao desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional. Podem ser percebidas as afirmações nas expressões: “Ai o (nome próprio) fala assim, vocês tem que aprender, se vocês quiser tomar o leite vocês tem que aprendera tirar”, “Deu certo pra quem sabe fazer”, “comprei o sêmen tudinho, mas as minhas não teve quem fizesse inseminação”.

A quarta categoria diz a respeito das impressões assinaladas sobre os impedimentos para gerar renda. Nesta categoria subcategorizamos a dificuldade de inserção no mercado, a infraestrutura, a dificuldade de transporte, a repressão, os problemas de saúde, a falta de assistência técnica contínua e recursos financeiros. Apesar da logística ser um dos principais apontamentos por diversos estudos como determinadores do processo produtivo e no escoamento de produtos (BATALHA, 2004; CABRAL, 2013, PAULA et al, 2014), não foi assinalado pelas mulheres como fator limitante. Consta apenas nessa temática dificuldades no transporte, e mesmo assim representando apenas 7% dessa categoria (Tabela 4). Exemplo: “Que hortaliça sai daqui, tem que sair cedo né, pra chegar lá na cidade, tem que ter carro”.

TABELA 4 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 4 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas.

CATEGORIA 4: IMPEDIMENTOS PARA GERAR RENDA				
Subcategoria primária	Subcategoria secundária	f	% Subtotal	% Total
Dificuldades de inserção no mercado		12	9%	17%
Infraestrutura		17	13%	
Dificuldade de transporte		9	7%	
Repressão. Trabalho rentável típico masculino		36	27%	
Problemas de saúde		4	3%	
Falta de assistência técnica contínua		20	15%	
Recursos financeiros	Falta de recursos	24	18%	
	Acesso ao crédito	10	8%	
Subtotal 4		132	100%	

Para infraestrutura são questões bem abrangentes, desde dificuldade de emprego na cidade e necessidade de instalação em casa na cidade, até estrutura de assentamento, qualidade da terra, falta de local adequado para plantio, devido a terra ser pequena, pedregosa ou não estar desmatada. Mas a UCE que mais chamou atenção é referente a este fragmento de texto: “Porque o queijo não tava funcionando, né. Porque pro queijo também precisa do selo de qualidade”. Assim demonstra o grau de instrução de algumas assentadas quanto às normalizações de produção e comercialização de produtos de origem animal.

Com relação às dificuldades de inserção no mercado, quando questionada a uma jovem assentada, com curso técnico em agropecuária, esta demonstra claramente a vontade de mudar para a cidade para poder trabalhar, reafirmando que os jovens não querem permanecer no campo, conforme vimos anteriormente nesse estudo. São afirmações dela: “Só que tem assim na roça não tem jeito não tem nenhum serviço pra gente trabalhar... É , você fala, aqui na propriedade. Não assim, eu queria um serviço.”. Concordando com estas afirmações estão às afirmações de outras entrevistadas, em outro assentamento: “Porque não tem jovem aqui mais não, foi tudo embora e culpa que é porque aqui não tem serviço

né” e “Era abrir um serviço pra todos os filhos ficar quieto aqui né, junto com os pais”.

Fica claro que a relação com a terra e a cultura não foram passadas como crenças positivas pelos pais aos filhos. Observa-se validação desta afirmação através deste relato de outra entrevistada: “eu não tive estudo se eu for pra cidade como que eu vou trabalhar” e “como que agente vai pra cidade né, nem eu nem meu esposo não estudamos”. Assim concluímos que os próprios pais estimulam os filhos a estudarem pra ter uma vida melhor que a deles e que a vida no campo é muito difícil, e quando os jovens evadem para a cidade ficam pesarosos. CARNEIRO (1991) relata:

Investir na formação educacional dos filhos visando ampliar sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, pode ser uma outra estratégia que mobilize a família agrícola a desativar ou secundarizar a produção agrícola buscando novas alternativas de renda. Privilegiar a formação profissional dos filhos longe do meio agrícola pode ser uma opção que se insira numa trajetória de abandono, a curto termo, da propriedade como unidade de produção agrícola. Essa estratégia atinge particularmente os jovens que, liberados da responsabilidade de manter o funcionamento da unidade de produção, podem alcançar níveis de escolarização mais elevados que outros jovens, cujos pais insistiram em preservar a exploração agrícola. Sob tais condições, contraditórias para a reprodução social da unidade familiar, a exploração agrícola torna-se desinteressante para os filhos de agricultores, inaugurando-se uma crise motivada pela ausência de sucessor para o chefe da unidade produtiva e que pode acarretar o abandono do investimento familiar na exploração agrícola.

A crença reducionista do trabalho da mulher e a inferioridade desta se expressa potencialmente quanto aos impedimentos para gerar renda. Observa-se que a subcategoria primária Repressão - Trabalho rentável típico masculino apresenta maior importância nessa categoria, com 27% das UCEs parciais e 5% das UCEs totais do corpus.

Algumas falas marcantes que confirmam estes aspectos de crenças são: “Ai o (nome próprio) também não quis deixar né, eu fazer pra tirar meu dinheirinho, ai ele mandou eu ficar dentro de casa mesmo”. Fica claro a condição de submissão e dominância apresentados por essa mulher e seu companheiro.

Talvez essa categoria seja a mais importante ser analisada e considerada como subsídios na construção de metodologias projetos de inclusão para a mulher. Outras expressões mostram a vontade de ocupação de espaço pela mulher e a dominação masculina, quando uma mãe viúva tenta trabalhar com a avicultura caipira e é reprimida pelo próprio filho acabando por ceder devido sua crença de submissão: "...mas assim mesmo não é minha as galinha que tem aqui e do menino caçula. Eu mexia mas ai porque ele mexe também eu falei, ah não dois assim toma conta assim no terreiro assim é ruim. Gosto assim só eu sozinha. Mas de dois assim eu não gosto. Vira confusão então... aí é só ele.

Outro aspecto interessante nessa categoria é que apesar de serem comunidades que estão envelhecendo, em que grande parte da população feminina se encontra acima de 50 anos de idade, apenas 3% das UCEs foram referentes a transtornos de saúde.

As demais subcategorias dão ênfase a necessidade de assistência técnica contínua e a necessidade de recursos financeiros para investir nas atividades. É interessante observar que já existe uma crença da necessidade de assistência técnica, porém vale salientar que esta cultura não pode se tornar assistencialista, causando dependência na hora da tomada de decisões. São UCEs para estas: "muitas vezes você precisa de orientação de alguém", "planta e precisa da adubação assim certinha e muitas vezes a gente não sabe", "se for dentro assim da tecnologia eu acredito que poderia dar certo" e "incentivar".

Pode-se observar que houve maior importância quanto à falta de recursos no impedimento da geração de renda, que quanto ao acesso ao crédito, mesmo este estando impedido, devido a não regularidade ambiental. Constatamos que de forma geral as mulheres têm receio ao trabalhar com empréstimos e preferem atividades com menores investimentos iniciais. Para estas subcategorias secundárias os fragmentos foram: "Mas agente não tem mais dinheiro pra investir na parcela", "mas não tem nada que cria sem dinheiro", "tirar o empréstimo você sabe que vai pesar pra você, você não vai dar conta", "Poxa se eles abrissem a linha de credito isso aqui estaria muito mais bonito do que já esta".

A categoria 5 buscou a compreensão de fatores que auxiliam na tomada de decisão em permanecer ou desistir de determinada atividade agropecuária ou até mesmo a evasão do campo, quando levantamos os quesitos qualidade de vida e perfil.

Observamos na tabela 5 que a subcategoria mais importante foi a Qualidade de vida com 30% das UCEs desta categoria. São relatados principalmente argumentos de bem estar, de ser um lugar sossegado, sem violência, com energia, agua em abundância e por estar próximo aos parentes.

TABELA 5 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 5 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas.

CATEGORIA 5: RAZÕES PARA PERMANÊNCIA OU DESISTÊNCIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA				
Subcategoria primária	Subcategoria secundária	f	% Subtotal	% Total
Segurança, renda mensal		18	12%	20%
Mercado estruturado		5	3%	
Comercialização	Dificuldade	19	12%	
	Facilidade	21	14%	
Resultado econômico	Lucro	7	5%	
	Prejuízo	26	17%	
Clima e tecnificação		8	5%	
Qualidade de vida		47	30%	
Perfil		4	3%	
Subtotal 5		155	100%	

Quanto ao perfil observou-se poucos recortes, destes dois foram novamente identificação de submissão das mulheres por estarem em um local que não lhes agrada, são eles: “Como diz, pra nois ir embora pra cidade. Nossa meu sonho é mexer com restaurante” e “Meu sonho assim era ser advogada”.

Clima e tecnificação é outra subcategoria que apresentou baixa quantidade de UCEs isto provavelmente por causa do baixo nível de profissionalismo das atividades, sendo métodos primitivos de produção, mas que mesmo assim suportam abastecer a unidade familiar e ainda compõe renda com a venda do excedente. Logo não despertam muitas reflexões acerca deste contexto, a exemplo de: “acho que da certo pra uma terra pequena galinha e ovos”, “mas no meu pai é a inseminação artificial. Que as vacas dele depois que ele fez você viu que melhorou”, “pelo tempo”, “que hoje em dia não é igual meu pai meu avô que plantava na época certa”

A subcategoria primária segurança – renda mensal mostra que estes fatores são determinantes para permanência na atividade. Mostraram-se presentes nessa subcategoria a atividade leiteira e apícola. A produção de queijos não trouxe estabilidade, logo foi substituída pela entrega do leite, conforme relatos: “fazer queijo não adianta que não consegue vender pra juntar o dinheiro”, “que ele vê o dinheiro do mel” e “Já assim vaca leiteira ele vê todo mês ele vê o dinheiro no bolso”.

Quanto ao mercado estruturado, apresentou-se também a atividade leiteira e a produção de pimentas de qualidade malagueta. Isto porque o leite é levado diretamente ao tanque resfriador coletivo e o produtor não precisa se preocupar com a comercialização, além de receber o pagamento em data pré-estabelecida e em parcela única. Já a cadeia da pimenta favorecia a estocagem da produtividade em salmoura em até seis meses, quando o comprador visitava a parcela e realizava a compra de acordo com o preço do mercado atual. Portanto o produtor poderia segurar produto e garantir o melhor preço. São os argumentos: “Ai foi muito bom, vendia pra fabrica” e “Quantidade grande, ai compensou”.

Para a subcategoria secundaria facilidade de comercialização foram apontadas atividades como a produção de mel, avicultura caipira, bananicultura, produção de rapadura e piscicultura. Para essa categoria também foi apontada a figura do atravessador na comercialização, principalmente do mel e aves caipira, que acontecia no mesmo sistema da pimenta citado acima, comercialização em maior volume e pagamento unitário com montante de dinheiro. Já as bananas, rapaduras e queijo eram comercializados em feiras locais. Os peixes eram comercializados na propriedade para vizinhos e viajantes. Observou-se que a facilidade de comercialização foi um atrativo para permanência em determinadas atividades e denota-se a dificuldade que o produtor possui em apresentar habilidades de vendedor.

Essa não habilidade foi apresentada na outra subcategoria dificuldade de comercialização, em que os relatos demonstram que a produção de pimentas foi abandonada (outra entrevistada) quando o caminho de comercialização foi de porta em porta e em feira local. Os exemplos de relatos são: “Das pimenta que nos colheu nos vendeu só dois litros, pra uma mulher Irma duma vizinha minha que morava ali ó”, “ Ai eles disseram não mexe com esse trem”, “Mas de todas as coisas mais difícil é as vezes mais difícil de vender” e “sabe as vezes as coisas ate perde ai e não tem como levar”.

Um dos fatores que mais estimulam a desistência das atividades agropecuárias segundo as entrevistadas é o prejuízo ou “não trazer retorno” ou a atividade “não compensa”, esta informação torna-se irônica no ponto de vista analítico, visto que não há controle gerencial, organizacional e muito menos financeiro dos agricultores familiares assentados da reforma agrária.

Ao observar as UCEs desta subcategoria observou-se que 10 UCEs, aproximadamente 38% diziam a respeito da produção de suínos, sete ou 27% sobre plantio de arroz, sete ou 27% sobre piscicultura e duas ou 8% sobre cultivo de pimenta.

Quanto à produção de suínos foram apresentadas as seguintes expressões, por exemplo: “porco não da certo não, é caro não compensa não”, “Porco só deu muita despesa”, “agente compra e para ai não compensou”, “Ai agente parou de criar”. Pode-se observar que já existe uma crença que a produção de suínos não é rentável, porém mesmo assim, algumas famílias continuam produzindo para consumo próprio e comercialização de leitões no fim do ano, época de natal.

A crença que a atividade não compensa ocorre pelo fato de ter que comprar a ração da alimentação animal: “Não porque ai parou de plantar roça né e pra você ir comprar milho na cidade é muito caro”. Porém como mencionado anteriormente não há registros da contabilidade da produção que indiquem que esta atividade não é rentável.

Talvez realmente não se justifique a aquisição de milho no comércio local, a preços de varejo somados ao valor do frete. Porém não há registros numéricos que comparem o preço final da carne produzida neste sistema com o preço do quilo da carne comprada no comercio local ou mesmo de vizinhos. Há uma dedução de que há uma crença extrativista, em que a atividade que se investe com recursos financeiros não seja compensatória. Assim como não realizam a adubação da pastagem, porém quando o pasto não responde mais àquela produtividade anterior, então alugam pastagem de terceiros, até o ponto de realizar financiamento para recuperação de pasto. Ou então argumentam dizendo que a qualidade da terra que é ruim. Sustenta-se esta afirmação baseada no seguinte discurso: “Fracasso... Acho que foi o pasto viu. É porque se você andar no pasto você vai ver o sofrimento das vacas agora. É por isso que o (Nome próprio) tava procurando pasto. Vai andar no

pasto lá agora fica nossa... A gente fica triste por conta das vacas...” (Resposta à 13ª questão do questionário anexo B).

Outra possibilidade é o fracasso anterior na atividade, como podemos perceber nos estudos de SOUZA et al (2009) nos Projetos de Assentamento no município de Goiás, em que vários assentados se organizaram em cooperativa para trabalhar com a produção de suínos, porém a atividade não vingou deixando grande parte dos assentados inadimplentes com os financiamentos realizados, o que dificultou a realização de novos financiamentos junto aos bancos. Existem estruturas abandonadas destes projetos coletivos de suinocultura nos Projetos de Assentamento São Carlos, Lavrinha e Mosquito, todos localizados na Cidade de Goiás.

Quanto às demais atividades em que o motivo de desistência foi prejuízo, a entrevistada alega que no caso da produção de pimenta as causas foram doenças nos pés, que já se encontravam há mais de dois anos no mesmo local e não conseguiram manter sob controle. Para piscicultura o investimento em alevinos e ração na produção foi perdido, visto que os peixes foram roubados nos tanques por vizinhos ou pessoas que passavam na estrada em frente a parcela. E em relação ao plantio de arroz a produtividade era pequena, devido ataque de pássaros, conforme exposto pela assentada: “então se você planta uma moitinha de arroz ai os passarinhos vêm e como tudo, porque quando todo mundo planta, ai eles divide um pouquinho num, um pouquinho noutro. Igual teve um ano que nois planto uma roça de arroz num cantinho ali eu tive que ficar lá o dia inteirinho batendo na lata pros passarinhos deixar agente colher um pouquinho”.

A categoria seis foi o resultado do agrupamento de unidades de texto que faziam inferência à relação dos assentados com a terra (propriedade rural). Nesta categoria foram enquadradas as seguintes subcategorias primárias conforme comportamentos apresentados no discurso: Pertença a terra e saudosismo, com 25% das UCEs, Subsistência, com 16% de UCEs, Extrativismo, com 9% e Empreendedorismo com 50% das UCEs, conforme tabela 6.

TABELA 6 - Frequência e percentagem das unidades de contexto elementar (UCE) em tópicos e subtópicos da Categoria 6 referentes à análise do discurso das mulheres assentadas.

CATEGORIA 6: RELAÇÃO COM A TERRA			
Subcategoria primária	f	% Subtotal	% Total
Pertença a terra e saudosismo	22	25%	11%
Subsistência	14	16%	
Extrativismo	8	9%	
Empreendedorismo	43	50%	
Subtotal 6	87	100%	

Na subcategoria primária Pertença a terra e saudosismo, foram agrupados os seguintes exemplos: “eu falo não, só mudo daqui quando eu morrer”, “se tivesse jeito de me enterrar aqui eu achava bom, mas já que não tem”, “Também tinha vontade de plantar uma lavoura de café”, “Então eles vivem muito no passado deixam muito a desejar”, “Eles pensam muito assim no que já foi, eles tão sempre apegados no que passou”.

Essas são crenças culturais, passadas como herança, na formação da identidade social (PRETTE & PRETTE, 2003). Percebe-se que a motivação ideológica para manter a exploração agrícola está, normalmente, associada ao interesse em preservar o patrimônio familiar e uma identidade social sustentada na utilização agrícola desse patrimônio, na maioria das vezes identificado à figura do pai que é mantido na agricultura graças à ajuda financeira de filhos que já se estabeleceram em outros setores (CARNEIRO, 1999).

A subcategoria primária subsistência apresenta atitudes para quem a relação com a terra é uma alternativa às restrições do mercado de trabalho urbano onde a baixa remuneração da mão-de-obra desqualificada e o crescente custo da reprodução social na cidade impulsionaram a migração cidade-campo como uma alternativa às limitações impostas à sobrevivência na cidade (ALENTEJANO, 1997 citado por CARNEIRO, 1999). São exemplos disso: “então ‘tando’ aqui é mais fácil você ’tando’ com menos dinheiro você passa”, “planta uma coisa, planta outra e vai passando”, “Vez em quando vende” e “Agora horta, todo ano eu planto a horta, mas assim mesmo só pra despesa”.

A subcategoria extrativismo são relações unilaterais com a terra, também culturais, em que se extrai tudo que a terra pode oferecer sem a ideia de sustentabilidade. Esta crença já foi mencionada anteriormente neste capítulo e apresentou 9% das UCES, sendo exemplo delas: “É porque se você andar no pasto você vai ver o sofrimento das vacas agora”, “É por isso que o (Nome Próprio) tava procurando pasto” e “A esperança e assim pra desmatar”.

A produção extrativista é dominada pelos habitantes do cerrado há séculos. A inter-relação existente entre homem e natureza demonstra a capacidade de uso racional dos recursos naturais (FREITAS et al, 2009). Porém somente em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público (BRUNDTLAND, 1991).

Já a subcategoria empreendedorismo apresentou metade da UCEs dessa categoria. São de forma geral expressões que mostram a visão de negócio em relação à terra. Embora a grande maioria dessas mulheres não seja considerada empreendedora a denominação desse grupo levou em conta expressões com crenças que demonstram tratamento de empresa rural à terra.

São exemplos desta categoria: “Eu queria ter um abatedouro, pra mim arrumar meus frangos dentro do padrão, eu queria isso”, “Nossa meu desejo profissional e de eu conseguir fazer meus tanques de peixe ali”, “Meu sonho e fazer uma ‘represona’ aqui e fazer meu pesque e pague” e “No entanto tenho a te projeto pesque e solte eu que fiz”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber através deste estudo que grande parte das mulheres assentadas vive sob repressão machista, seja externa pela relação com o sexo oposto seja interna pela repressão psíquica a que elas mesmas se submetem devido internalização de crenças no momento do desenvolvimento da identidade social, visto que vivemos em uma sociedade machista.

Estas crenças as colocam em condição de comportamentos que vão de submissão à subalternidade, apresentando assim alto grau de dificuldade no momento de tomada de decisão e desenvolvimento da autonomia.

As mulheres apresentam preferência a atividades voltadas ao lar, culinária, costura, e criação de pequenos animais. Demonstram que atividades que gerem renda são típicas masculinas.

O envelhecimento da população e a evasão de jovens é a consequência de uma tentativa inconsciente dos pais de se libertarem de um conflito entre crença e realidade, já que suas ideologias sobre a terra não se concretizaram e investem na formação dos filhos como forma de em longo prazo buscar formas alternativas de renda, descontinuando seu sistema de crenças em que os filhos acabam por abandonar o meio rural.

Metodologias de desenvolvimento da equidade social e econômica devem primar atividades de cunho comportamentais e sistema de mudança de crenças mais efetivo que capacitações técnicas produtivas, visando libertação destas mulheres de crenças que atrapalhem o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

As crenças estão intimamente relacionadas com o processo de formação da identidade social, logo metodologias que proponham o empoderamento de mulheres e equidade de gênero devem assumir atividades com todos os membros da comunidade, visto que a condição humana é de legitimar-se no grupo em que está inserido, e a não consideração disso levaria a conflitos internos e a condição de subversividade das mulheres.

Apesar dessas relações de crenças as mulheres têm apresentado necessidade e vontade de conhecimento e melhoria na condição de vida, além de visualizar a importância de formas associativas e cooperativas no fortalecimento da comunidade. Reconhecem também a importância da assistência técnica continuada no desenvolvimento e sucesso da atividade agropecuária.

5. REFERENCIAS

1. ALENTEJANO, P. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos. 1997. Dissertação Rio de Janeiro. 1997. (Mestrado em Ciências Sociais) CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

2. AYORADE, J. A.; IBRAHIM, H. I.; IBRAHIM, H. Y. Analysis of women involvement in livestock production in Lafia area of Nasarawa State, Nigeria. **Livestock Research for Rural Development**, Cali, v. 21 n. 12, article 220, 2009.

3. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

4. BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum:** Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV 1991. p. 46.

5. Batalha, M. O; Buainain, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; Tecnologia de Gestão e Agricultura Familiar. 2004. **Anais**... XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Cuiaba-MT. Julho de 2004, 19p.

6. CABRAL, S; VITAL, T.; MENELAU, A. S. Logística de distribuição dos assentamentos Timbó e Granja Jumbo em Moreno, Estado de Pernambuco. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.43, n.2, p. 57-67, 2013.

7. CALVELLI, H. G. Agrocombustíveis a partir de uma perspectiva de gênero: A produção de oleaginosas no cotidiano da mulher. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013 Florianópolis. **Anais Eletrônicos...**Santa Catarina, 2013, 12p.

8. CASTRO, H. M. **Medo e relações de poder: uma contribuição para a psicologia da educação.** 2012. 75f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontífica Universidade católica de São Paulo.

9. CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L.F.C.;MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. . **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 325-344.

10. FREITAS, C. S., RIBEIRO, E. M., SILVESTRE, L. H. A, MAGRINI, P. R., AYRES, E. C. B. Produção extrativista de agricultores familiares do norte de Minas Gerais: Um estudo do manejo sob a ótica ambiental, social e econômica. In: CONGRESSO SOBER 47, 2009. Porto Alegre.**ANAIS...** Rio Grande do Sul:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, 14p.

11. GORDO, J. M. **Avaliação da situação da biotécnica inseminação artificial bovina no Estado de Goiás**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Animal) - Universidade Federal de Goiás.

12. GRANJA, M. S. **Inclusão social pelo trabalho sazonal: É possível? Um estudo sobre trabalhadores na cultura da uva em Petrolina-PE**. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Viçosa.

13. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php> Acesso em: agosto de 2014

14. IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caracterização econômica da atividade leiteira no Paraná**: sumário executivo. IPARDES: Curitiba, 2009. 29p.

15. INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relação de Projetos de Reforma Agrária.** 2012. Disponível em: http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria Acesso em: 18/09/2013

16. LOPES, M. N. Analise da divisão sexual do trabalho na unidade de produção familiar agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA 11, 2003. São Paulo. **Anais...**São Paulo: SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 2003, 14p.

17. MARCONDES, W. B.; ROTENBERG, L.; PORTELA, L. F.; MORENO, C. R. C. **O peso do trabalho "leve" feminino à saúde** . São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol.17, n.2, p. 91-101, 2003

18. MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais**. Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura, IICA: São Paulo, julho 2011.18p.

19. PAULA, M.M, KAMIMURA, Q. P, SILVA, J. L. P. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v23, n1, p33-43, 2014.

20. PAULILO, M. I. S. **A mulher e a terra no brejo Paraibano**. In: Trabalhadoras do Brasil. S. Paulo: Brasiliense/ F. C. Chagas, 1982.

21. PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Santa Catarina, v 9, n 28, sp, 1987.

22. PRETTE, A. D., PRETTE, Z. A. P. D. Assertividade, Sistema de crenças e identidade social. **Psicologia em Revista,** Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 125-136, jun. 2003

23. ROCHA, F. E. C; MARCELINO, M. Q. S; MARTINS, C. R; SANTOS, L. P. **Avaliação de Crenças e Comportamentos sobre o Uso e a Conservação dos Recursos Hídricos por meio de Análise de Conteúdo Conjugada: modelo de Bardin e software Alceste**. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 301). Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. 2011.

24. SOUZA, F. E., COELHO J. B., RODRIGUES, M. S. C., BORGES, J. A. Do assentamento Mosquito ao assentamento Serra Dourada: as lutas pela conquista e permanência na terra no município da Cidade de Goiás. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Agrária, 2009. P.1-27.

ANEXO A

ANÁLISE DE PERFIL DA MULHER RURAL NA PROPIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Perguntas fechadas

Nº de identificação: ____ Data: ____/____/_____

Local (comunidade) de atuação:_____

1. Estado civil: ( )Solteira ( ) Casada ( )Viúva ( )Divorciada ( )Amasiada

2. Número de pessoas que vivem na casa: ( )1 ( )2 ( )3 ( )4 ( ) Acima de 4

3. Número de filhos: ( )0 ( )1 ( )2 ( )3 ( ) Acima de 3: ____

4. Idade: ____

5. Escolaridade: ( )Sem alfabetização ( )Alfabetizado ( )Fundamental
   ( ) Ensino Medio ( ) Superior

6. Renda familiar: ( )Abaixo de meio salário ( )Acima meio salário ( )Salário
   ( )Até 2 Salários ( )Acima de 2 Salários: R$_____

7. Participa de organização: ( )Sim ( )Não
   ( )associação ( )cooperativa ( ) MST ( )Sindicato ( )Grupo de igreja
   ( )Grupo de família ( )FETAEG ( )Outra:_____

8. O que pretende fazer ou faz com a produção:
   ( )Consumo próprio ( )Comercializa produção toda
   ( )comercializa o excedente ( )agroindustrialização

9. Qual a origem da renda familiar:
( ) Pecuária ( ) Leite e derivados ( ) Farinha e Polvilho ( ) Aves e Ovos
( ) Agricultura ( ) Arrendamento ( ) Trabalho Externo ( ) Aluguel de pasto
( ) Fruticultura ( ) Aposentadoria ( ) Programas Sociais ( ) Oficiais Outras atividades (artesanato, culinária)

10. Conhece alguma política publica para fortalecimento da agricultura familiar:
    ( ) Pronaf ( )PAA ( )PNAE ( )Agroindustria ( )Outros: _____

ANEXO B

ANÁLISE DE PERFIL DA MULHER RURAL NA PROPIEDADE

ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCURSIVA – Perguntas abertas

Nº de identificação: ____ Data: ____/____/_____

Local (comunidade) de atuação:_____

1. Quanto do rendimento é atribuído a mulher especificamente?
2. Quais as atividades realizadas na propriedade? Dentre estas quais auxiliam diretamente na renda familiar?
3. Quais outras atividades realizadas, além das domésticas?
4. Em quais áreas gostaria de receber treinamentos? (Entrevistador elaborará uma lista para facilitar as respostas deixando sempre um espaço para inclusão de temas novos).
5. Como se sente em relação a seu desenvolvimento pessoal/profissional?
6. O que poderia ser feito para que a Senhora se sentisse mais satisfeita como agricultora familiar?
7. Se a senhora participasse mais efetivamente das atividades profissionais da propriedade como se sentiria?
8. Quais os fatores/processos a impedem de crescer e ter uma atividade profissional remunerada ou que a auxilie na renda familiar?
9. O que poderíamos (órgãos governamentais e não-governamentais) fazer para melhorar a qualidade de vida desta comunidade?
10. Relacione seus desejos e esperanças pessoais e profissionais. Quais as vantagens e limitações de viver nesta comunidade?
11. Como a Senhora avalia a sua participação no processo de tomada de decisão na atividade agropecuária da propriedade?
12. Relate suas experiências que a Sra considera de sucesso na atividade agropecuária. Porque essa atividade teve sucesso?
13. Relate suas experiências que a Sra considera de fracasso na atividade agropecuária. Porque essa atividade foi fracassada?

ANEXO C

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

PARCELA..... ...../...../.....

PROJETO DE ASSENTAMENTO: ..... **MUNICÍPIO**.....

NOME TITULAR :.....

DATA NASC...../...../...../ **CPF**..... **ESCOLARIDADE** .....

NOME CÔNJUGUE.....

DATA NASC...../...../...../ **CPF**..... **ESCOLARIDADE** .....

1 – PESSOAS RESIDENTES NA PARCELA:

D.NASC	NOME	SEXO	PARENTESCO.TIT.	ESCOL.

2 – DE ONDE VEIO PARA O ASSENTAMENTO?

( ) CIDADE GRANDE ( ) CIDADE DO INTERIOR ( ) ZONA RURAL

3- OCUPAÇÃO ANTERIOR?

( ) BRAÇAL ( ) VAQUEIRO ( ) AGRICULTOR ( ) COMERCIANTE ( ) COZINHEIRO(A)

( ) PEDREIRO ( ) SERVENTE ( ) MOTORISTA ( ) CABELEREIRA ( ) DOMÉSTICA

( ) OUTROS. **QUAL?** .....

6 – QUAIS AS DOENÇAS MAIS COMUNS EM SUA FAMÍLA?

( ) GRIPE ( ) PNEUNOMIA ( ) DIARRÉIA ( ) VERMINOSE ( ) DOENÇAS VASCULARES

( ) ALERGIA ( ) DOENÇAS VENÉREAS ( ) CAXUMBA ( ) SARAMPO ( ) HIPERTENSÃO

( ) CORAÇÃO ( ) TUBERCULOSE ( ) OUTRAS.

QUAIS?.....

.....

7 – FONTES DE ÁGUA DE USO FAMILIAR:

( ) CÓRREGO / RIO ( ) CISTERNA ( ) MINA ( ) REPRESA/LAGO ( ) POÇO ARTESIANO

8 – FORMA DE TRATAMENTO DA ÁGUA DE BEBER:

( ) FILTRADA ( ) COADA ( ) FERVIDA ( ) COADA/FILTRADA ( ) DIRETO DA FONTE

( )COADA/FERVIDA ( ) CLORO ( ) OUTRA. **QUAL?** .....

9 – DESTINO DOS DEJETOS SANITÁRIOS:

( ) RIOS E CÓRREGOS ( ) FOSSA SÉPTICA ( ) CÉU ABERTO

10 – O QUE FAZ COM O LIXO DOMESTICO:

( ) ENTERRA ( ) QUEIMA ( ) ENTERRA E QUEIMA ( ) JOGA NOS CURSOS D'ÁGUA

( ) LIXÃO DA CIDADE ( ) DEIXA A CÉU ABERTO ( ) OUTRO DESTINO. **QUAL?**.....

11 – QUAL O TIPO DE DIVERSÃO QUE SUA FAMÍLIA MAIS GOSTA?

( ) DANÇAR ( ) PESCAR ( ) FUTEBOL ( ) BARALHO ( ) FESTAS ( ) TV

( ) CANTAR ( ) RÁDIO ( ) LER ( ) PASSEAR ( ) CONVERSAR ( ) OUTRAS

QUAIS? .....

12 – VÔCE PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE FOLCLÓRICA/CULTURAL NO PA?

( ) FOLIA DE REIS ( ) CATIRA ( ) GRUPO DE VIOLEIROS ( ) CONGADA ( ) TEATRO

( ) CAVALGADA ( ) DANÇA ( ) FESTA JUNINA ( ) QUERMERSSE ( ) MÍSTICA

( ) FESTA RELIGIOSA ( ) OUTRAS. **QUAIS?** .....

13- POSSUI CASA NO ASSENTAMENTO?

( ) PROVISÓRIA ( ) DEFINITIVA. **ESTADO DE CONSERVAÇÃO** ( ) B ( ) REG. ( ) R

14 – ONDE FICA A CASA?

( ) AGROVILA ( ) NÚCLEO DE MORADIA ( ) NA PARCELA PERTO DA ESTRADA

( ) NA PARCELA PRÓXIMO A AGUADA ( ) OUTRO LOCAL

QUAL? .....

15 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA CASA:

( ) ALVENARIA ( ) LONA ( ) PAU-A-PIQUE ( ) ALVENARIA E MADEIRA ( ) PALHA

16 – A CASA POSSUI ÁGUA ENCANADA?

( ) SIM ( ) NÃO

17 – A CASA POSSUI ENERGIA ELÉTRICA?

( ) SIM ( ) NÃO

18 – QUAIS OS ELETRODOMESTICOS VOCÊ POSSUI EM CASA?

( ) RÁDIO ( ) GELADEIRA ( ) TELEFONE ( ) FOGÃO A GÁS ( ) LIQUIDIFICADOR

( ) FREZZER ( ) BATEDEIRA ( )VENTILADOR ( ) APARELHO DE SOM ( ) TV ( ) TANQUE

( ) DVD ( ) OUTROS. **QUAIS?** .....

19 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO? QUANTOS POSSUI?

CARRO ( ) MOTO ( ) TRATOR ( ) BICICLETA ( ) CHARRETE ( ) ÔNIBUS ( ) ANIMAL

OUTROS ( )

20 – PARTICIPA DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO?

( ) SINDICATO ( ) FETAEG ( ) MST ( ) MTL ( ) ASSOCIAÇÃO ( ) GRUPO DE IGREJA

( ) GRUPO DE FAMÍLIAS ( ) OUTROS. **QUAL?** .....

21 – VÔCE PREFERE TRABALHAR?

( ) INDIVIDUALMENTE ( ) COLETIVAMENTE ( ) INDIVIDUALMENTE/COLETIVAMENTE

22 – QUAL É O DESTINO DAS FRUTAS E PLANTAS MEDICINAIS DA ÁREA DO PA?

( ) CONSUMO PRÓPRIO ( ) COMERCIALIZAÇÃO ( ) AGROINDUSTRIALIZAÇÃO

22 - O QUE PRETENDE FAZER OU FAZ COM A SUA PRODUÇÃO?

( ) CONSUMO PRÓPRIO ( ) COMERCIALIZAR TODA PRODUÇÃO

( ) COMERCIALIZAÇÃO DO EXCEDENTE ( ) AGROINDUSTRIALIZAR

23 – VOCÊ AGROINDUSTRIALIZA SUA PRODUÇÃO? COMO?

( ) QUEIJOS ( ) COMPOTAS ( ) LICORES ( ) CARNES ( ) CONSERVAS ( ) EMBUTIDOS

( ) FARINHA DE MANDIOCA ( ) FARINHA DE MILHO ( ) POLVILHO ( ) RAPADURA

( ) EMPACOTAMENTO DE LEITE ( ) OUTROS. **QUAIS?** .....

24 – QUAL A ATUAL ORIGEM DA RENDA FAMILIAR?

FONTE	VALOR	PERIODICIDADE
PECUÁRIA		
LEITE		
AGRICULTURA		
ARRENDAMENTO		
TRABALHO EXTERNO		
ALUGUEL DE PASTO		
FRUTICULTURA		
PROGRAMAS SOCIAIS		
APOSENTADORIA		
AJUDA FAMILIAR		

OBS:.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

25- DESPESAS :

DESPESA	VALOR	PERIODICIDADE
SUPERMERCADO		
SAÚDE		
ENERGIA		
INSUMOS AGRÍCOLAS		
PRODUTOS VETERINÁRIOS		
TRANSPORTE		
TELEFONE		
ESCOLA		
MORADIA EXTERNA		

OBS:.....

.....

.....

26 – O QUE VOCÊ TEM NO ASSENTAMENTO?

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
VACAS CORTE			
VACAS LEITE			
TOUROS - RAÇA			
NOVILHAS (2 anos)			
GARROTES (2 anos)			
BEZERRAS			
BEZERROS			
SUÍNOS			
AVES			
EQUINOS E MUARES			

27 – QUAIS AS MAQUINAS E FERRAMENTAS QUE POSSUI PARA TRABALHAR?

( ) TRATOR ( ) COLHEITADEIRA ( ) PLANTADEIRA ( ) ARADO ( ) PÁ ( ) FAÇÃO

( ) ENXADA ( ) TRITURADOR ( ) MATRACA ( ) FOICE ( ) CARRO DE BOI

( ) MACHADO ( ) PICARETA ( ) CAMINHÃO/CAMIONETE ( ) CHARRETE

( ) IMPLEMENTOS DE TRAÇÃO ANIMAL ( ) OUTROS **QUAIS?** .....

.....

28 – O QUE VOCÊ PRODUZ NO ASSENTAMENTO?

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	TOTAL
VACAS DESCARTE			
BEZERROS			
BEZERRAS			
LEITE (LITROS/DIA)			
SUÍNOS			
AVES			
ARROZ			
FEIJÃO			
MILHO			
MANDIOCA			
HORTALIÇAS			
FRUTAS			

OUTROS:.....

.....

.....

29 – LEITE:

29.1 PASTAGENS /ÁREA HÁ: ----------

29.2 ESPÉCIE: BRACHIÁRIA ( ) COLONIÃO ( ) ANDROPOGON ( ) MOMBAÇA ( ) TANZÂNIA ( ) NATIVAS ( ) OUTROS . **QUAIS?** .....

29.3 PRODUÇÃO DIÁRIA: SECA ..... ÁGUAS.....

29.4 VALOR DE VENDA (MÉDIA) SECA .....ÁGUAS .....

29.5 FORMA DE ENTREGA: GRANEL ( ) G. INDIVIDUAL ( ) G. COLETIVO ( ) LATÃO ( )

29.6 RAÇÃO CONCENTRADA: SIM ( ) NÃO ( ) **ONDE E COMO COMPRA?** .....

29.7 PERÍODO DE ARRAÇOAMENTO: SECA ( ) ÁGUAS ( ) ANO TODO ( )

29.8 QUANTIDADE POR CABEÇA: FIXA ( ) VARIÁVEL ( )

29.9 CANAVIAL / CAPINEIRA / ÁREA ---------- ESTADO : BOM ( ) MÉDIO ( ) RUIM ( )

29.10 SILAGEM: SIM ( ) NÃO ( ) MILHO ( ) SORGO ( ) CANA ( ) PERÍODO MESES **( )**

29.11 SUPLEMENTAÇÃO MINERAL: BRANCO ( ) MINERALIZADO ( ) MISTURADO( )

OBS:.....

.....

.....

30 –O QUE PRETENDE EXPLORAR NO FUTURO?

PRODUTO	ÁREA / QUANTIDADE

31- COMO ESTÁ OCUPADA SUA PROPRIEDADE?

COBERTURA VEGETAL	ÁREA	%
PASTO		
CAPINEIRA/CANAVIAL		
LAVOURA		
CAPOEIRA		
MATA/CERRADO		
RESERVA LEGAL		
PRESERVAÇÃO PERMAMENTE		

32 – COMO É O SOLO EM SUA PARCELA?

TIPO	ÁREA	%
CULTURA 1º - MACIÇO		
CULTURA DE 2º		
CHÃO VERMELHO		
CHÃO AMARELO		
ARENOSO		
PEDREGOSO		

33 – COMO É A TOPOGRAFIA NA ÁREA DE SUA PARCELA?

TIPO	ÁREA	%
PLANO / SUAVE ONDULADO – (0 – 10 %)		
ONDULADO – (10 – 20 %)		
FORTE ONDULADO – (20 – 45 %)		
MONTANHOSO – (> 45 %)		

34 – COMO ESTÃO SUAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMAMENTE?

( ) DEMARCADAS ( ) PRESERVADAS ( ) DEGRADADAS ( ) CERCADAS ( ) SEM CERCAS

35 – EXISTE ALGUM PROBLEMA AMBIENTAL EM SUA PARCELA ?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? .....

.....

36 – A FAMILIA EXPLORA OU PRETENDE EXPLORAR ALGUMA ATIVIDADE NÃO AGRÍCOLA NO PA.? ( ) ARTESANATO ( ) OLARIA ( ) SERRARIA ( ) EXPLORAÇÃO MINERAL ( ) OUTRA. QUAL? .....

37 – JÁ PARTICIPOU DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO?

( ) MEIO AMBIENTE ( ) BOVINOCULTURA ( ) SUINOCULTURA ( ) AVICULTURA
( ) CONSERVAS ( ) OLERICULTURA ( ) ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA
( ) ASSOCIATIVISMO ( ) AGRICULTURA ORGÃNICA ( ) INDUSTRIALIZAÇÃO DE LEITE
( ) ARMAZENAMENTO ( ) CULTIVO DA MANDIOCA ( ) PROCESSAMENTO DE FRUTAS
( ) COMERCIALIZAÇÃO ( ) CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS ( ) COOPERATIVISMO
( ) MANEJO DE PASTAGENS ( ) FABRICAÇÃO DE FARINHA ( ) VIVEIRO DE MUDAS
( ) DESTINAÇÃO DO LIXO ( ) PRESERVAÇÃO DE AGUADAS ( ) OUTROS
QUAIS?.....

38 - QUEM MINISTROU?

AGÊNCIA RURAL ( ) SENAR ( ) SEBRAE ( ) EMBRAPA ( ) UFG ( ) FNS ( ) OUTROS

39- INTERESSE EM FAZER?

( ) SIM ( ) NÃO **QUAIS?** .....
.....

36. RELAÇÃO DE FINANCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS .

FINANCIAMENTO	VALOR	PRAZO	N.º PARC.	QUITADO	EM DIA	ATRASO
PROCERA						
PRONAF A						
PRONAF A/C						
PRONAF MULHER						
PRONAF JOVEM						
PRONAF C, D, E						
OUTROS						
TOTAL						

37. TÊM RESTRIÇÕES JUNTO AO BANCO DO BRASIL?

( ) SIM ( ) NÃO **QUAIS?** .....
.....

38. OBSERVAÇÕES:

.....
.....
.....
.....